



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO: MESTRADO EM GEOGRAFIA  
HUGO DE OLIVEIRA MONTEIRO

**TRAJETÓRIAS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS DE MULHERES INDÍGENAS E  
EXTRATIVISTAS NO ESTADO DO ACRE**

RIO BRANCO – ACRE  
2024

HUGO DE OLIVEIRA MONTEIRO

**TRAJETÓRIAS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS DE MULHERES INDÍGENAS E  
EXTRATIVISTAS NO ESTADO DO ACRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Geografia da Universidade  
Federal do Acre para obtenção do título de  
Mestre em Geografia

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Jesus Moraes

RIO BRANCO – ACRE

2024

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

---

- M775t Monteiro, Hugo de Oliveira, 1996 -  
Trajetórias de lutas e resistências de mulheres indígenas e extrativistas  
no estado do Acre / Hugo de Oliveira Monteiro; orientador: Profa. Dra.  
Maria de  
Jesus Morais. – 2024.  
101 f.: il.; 30 cm.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de  
Pós- Graduação, Mestrado em Geografia. Rio Branco, 2024.  
Inclui referências bibliográficas.
1. Trajetórias. 2. Mulheres. 3. Movimentos sociais. I. Morais, Maria de  
Jesus (orientadora). II. Título.

CDD: 910

---

À minha mãe e minha avó, Aparecida e Benizia, respectivamente, por terem sido exemplos de mulheres guerreiras na minha vida.

À todas as mulheres dos movimentos sociais, líderes sindicais, coordenadoras de coletivos indígenas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, às Deusas e Deuses do universo por me permitirem chegar a fase de conclusão da pesquisa e por me concederem a dádiva de compartilhar momentos importantes na vida.

Agradeço a Rainha das Águas, minha orixá protetora Iemanjá, e a Nossa Senhora Aparecida, por me purificarem e me encaminharem pelos melhores caminhos.

Agradeço imensamente à minha mãe, Aparecida, e a minha avó, dona Benizia, as duas mulheres mais fantásticas que eu conheço na minha vida e se pudesse escolher, viria filho e neto delas mil vezes. E à minha tia Verônica por sempre ter estado ao meu lado me dando suporte sempre que necessário.

À minha orientadora Profa. Dra. Maria de Jesus Moraes pelas correções que sempre tinham como objetivo a qualidade do texto que eu me propus a escrever.

Aos professores do Programa de Mestrado em Geografia da Ufac como um todo, em especial José Alves, Silvio Simione e Karina Furini da Ponte Alves por sempre estarem a postos quando surgia uma dúvida ou precisava de indicação de literatura.

Às professoras Amélia Cristina Bezerra (Uff) e Karina Furini Ponte Alves (Ufac) pelos valiosos apontamentos na banca de qualificação e pelo incentivo em buscar melhorar as discussões propostas na dissertação.

Ao Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves (*in memoriam*), pessoa por quem eu tinha enorme admiração e por toda contribuição à nossa amada Geografia da Amazônia, área que ganhou meu coração graças às várias produções deste renomado professor que tive o prazer de estudar.

À Marta Aguiar, ex presidente do STR de Manoel Urbano, que desde uma fala na Ufac em 2015 (quando eu ainda era graduando de Geografia), me atravessou com sua história de vida por ser uma mulher a frente dos movimentos sociais, e que mesmo em meio a sua campanha de vereadora em 2024, me atendeu prontamente para minhas entrevistas e deixou o canal de comunicação aberto para nos falarmos sempre. Obrigado Martinha!

À incrível e admirável Dercy Teles, pessoa a quem a história sempre me emocionou e que foi maravilhosa me cedendo entrevista. Dercy me emociona sempre que leio ou escuto sobre ela, pois é uma das mulheres mais fortes que já conheci na vida.

À queridíssima Maria José Arara que sempre esteve disponível a conversar comigo, compartilhar suas lutas e sua trajetória de vida, mesmo depois de longos dias de deslocamento

entre suas agendas e retornos para a Aldeia São Sebastião, em Marechal Thaumaturgo. Obrigado Maria José, você é uma potência à frente das Mulheres Jaminawa-Arara do Rio Bagé.

À querida Nedina Yawanawá que mesmo com sua agenda de diretora de uma secretaria estadual me concedeu entrevista às 23 horas de um dia tumultuado, quase sem voz, mas com a força de uma mulher que sempre lutou e luta pelos direitos dos Povos Originários. Meu muito obrigado, Nedina.

À amiga Raquel Brandão que enche meu coração de saudade e que, embora não esteja perto espacialmente, é uma das pessoas que mais me apoia e me ajuda na vida. Quel, muito obrigado por ter estado comigo nesse período, seus conselhos foram, e são, importantíssimos para mim. Raquel me deu de presente o Vitor, seu marido, um homem inacreditável de tão maravilhoso, que eu admiro e que amo de todo meu coração.

À minha amiga, chefe, e irmã, Daniela Dias, a Dani, que sempre está disponível para ajudar, ouvir e ensinar quando é necessário, tanto no trabalho quando na vida, e por ser minha parceira para aquela cerveja às sextas, segundas ou o dia que der na nossa telha (risos). Sempre estaremos juntos, Dani.

Às minhas colegas do mestrado, Rayane e Sineide, por serem pessoas incríveis e sempre terem palavras de conforto quando, em vários momentos, eu tive surtos com a pesquisa e queria desistir de tudo. Agradeço também pelas nossas inúmeras risadas que compartilhamos no nosso amado grupo “Genteee, vamos almoçar??”. Vocês são tudo meninas.

Ao meu parceiro de todos os dias na sala de estudo, meu primo e melhor amigo, Heyk Sphiel, que tem um coração que não cabe no corpo e uma inteligência e sagacidade para fixar conteúdos que me deixa impressionado e com muita admiração. Heyk foi minha companhia quase diária ao longo do mestrado, dividindo angústias e sofrimento com a pesquisa, sendo meu leitor crítico e me ajudando a melhorar o texto da dissertação.

À minha amiga Thayna Souza por sempre me dar valiosos conselhos de vida e sempre gritar, com uma entonação de voz que eu reconheceria a milhares de quilômetros: “*HUGO, RESPIRA*”, quando minha ansiedade ataca e eu acho que vou morrer. Obrigado por me aguentar todos os dias sendo esse ser humano exagerado e nervoso, Thayna. Eu amo você.

Aos meus queridos colegas de trabalho da SOS Amazônia: Jannyf Santos, Lair Cristina, Luiz Henrique, Suzy Anne (a Suzsmeee), Khelven Castro, Hellen Lirtêz, Gabriela Antônia, Daniela Dias, Thayna Souza, Jaqueline Mangabeira e meu diretor geral (e amigo do peito) Miguel Scarcello por tornarem o ambiente de trabalho mais leve e me ensinado que as vezes nada nos resta fazer a não ser aceitar as adversidades da vida... ou ir para um bar tomar cerveja e rir na cara do caos.

Aos meus amigos queridos, Caio Moreno, Ana Beatriz e Kellvy Aquino que me acolheram em diversos momentos para rir, celebrar a vida, tomar um bom café superfaturado ou apenas desabafar das coisas chatas da vida. As vezes o supérfluo é necessário (e que nunca nos falte o supérfluo rsrs). Talvez, acredito eu, eles nem saibam o quanto os amo e o quanto me salvaram quando nem sabiam que estavam fazendo isso.

À minha amiga Ludmilla Brandão, a iiLud, que desde 2018 compartilha momentos ao meu lado e que nesta caminhada do mestrado esteve muito presente, obrigado pelas muitas tardes em que me refugiei do calor e da superlotação da biblioteca no laboratório que ela trabalha na Ufac. Lud, você estará no meu coração, temos muito a viver. Te amo, sis.

Por fim, mas nunca menos importantes, à todas as mulheres extrativistas e indígenas que todos os dias lutam para que suas vozes ecoem pelos territórios, e para todas as mulheres que enfrentam o machismo e o preconceito de gênero nesta sociedade patriarcal e sexista que tenta reduzir os espaços de TODAS vocês. Aprendi com vocês que o lugar de mulher é onde vocês querem estar e como autor desta pesquisa sempre serei um aliado da luta de TODAS vocês. Gratidão.

## **RESUMO**

Este trabalho analisa as trajetórias de luta e resistência das mulheres indígenas e extrativistas do Acre, com foco em suas experiências e contribuições para a defesa dos direitos territoriais e a promoção da justiça social na Amazônia. A pesquisa, fundamentada com entrevistas, busca amplificar as vozes dessas mulheres, frequentemente silenciadas e/ou invisibilizadas nos estudos acadêmicos, que desempenham um papel central na luta de classe e na construção de alternativas em suas comunidades. As narrativas coletadas revelam que a resistência dessas mulheres vai além do enfrentamento de adversidades impostas por um sistema patriarcal; elas constroem redes de apoio e promovem práticas que fortalecem os movimentos sociais na Amazônia acreana, desafiando normas sociais, e locais, que historicamente as marginalizaram. A interseção entre gênero e território é fundamental para compreender a complexidade de suas lutas, onde a defesa de seus territórios está intimamente ligada à preservação de seus modos de vida, no caso das mulheres agricultoras e extrativistas, e saberes ancestrais, no caso das mulheres indígenas. Além disso, a pesquisa enfatiza a necessidade de um reconhecimento mais amplo das contribuições dessas mulheres nas esferas sociais e políticas. Em suma, este trabalho não apenas documenta a luta dessas mulheres, mas também serve como um chamado à ação para apoiar suas causas e promover a equidade de gênero em todos os níveis da sociedade. A luta das mulheres indígenas e extrativistas reflete as lutas mais amplas por justiça social. Celebrar suas conquistas e reconhecer suas lutas contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos possam viver com dignidade e ter suas vozes respeitadas, independentemente de seu gênero.

**Palavras-chave:** Lutas e resistências; Mulheres; Movimentos sociais; Amazônia; Acre;



## **ABSTRACT**

This work analyzes the trajectories of struggle and resistance of indigenous and extractivist women in Acre, focusing on their experiences and contributions to the defense of territorial rights and the promotion of social justice in the Amazon. The research, based on interviews, seeks to amplify the voices of these women, often silenced and/or rendered invisible in academic studies, who play a central role in the class struggle and the construction of alternatives in their communities. The collected narratives reveal that the resistance of these women goes beyond facing adversities imposed by a patriarchal system; they build support networks and promote practices that strengthen social movements in the Acrean Amazon, challenging social and local norms that have historically marginalized them. The intersection of gender and territory is fundamental to understanding the complexity of their struggles, where the defense of their territories is closely linked to the preservation of their ways of life for agricultural and extractivist women, and ancestral knowledge for indigenous women. Furthermore, the research emphasizes the need for broader recognition of these women's contributions in social and political spheres. In summary, this work not only documents the struggle of these women but also serves as a call to action to support their causes and promote gender equity at all levels of society. The struggle of indigenous and extractivist women reflects the broader struggles for social justice. Celebrating their achievements and recognizing their struggles contributes to building a more just and equal society, where everyone can live with dignity and have their voices respected, regardless of gender.

**Keywords:** Trajectories; Women; Social movements; Amazon; Acre.

## **LISTA DE SIGLAS**

AMAAIAC – Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

COMIN - Conselho Missionário Indígena

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COP – Conferência do Clima

CPI-Acre - Comissão Pró-Indígenas do Acre

CPT-AC – Comissão Pastoral da Terra – regional Acre

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FEPHAC – Federação dos Povos Huni Kuin do Acre

FPA - Frente Popular do Acre

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

IMAZON - Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MATPHA – Manxinerune Tsihi Pukte Hajene

MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONGs - Organizações Não Governamentais

OPIAC – Organização dos Professores Indígenas do Acre

OPIRJ – Organizações dos Povos Indígenas do Rio Juruá

PND I – I Plano Nacional de Desenvolvimento

PND II – II Plano Nacional de Desenvolvimento

PT - Partido dos Trabalhadores

RESEX - Reservas Extrativistas

SAVA - Superintendência para o Abastecimento do Vale da Amazônia

SEMTA - Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores

SEPIAC - Secretaria Extraordinária de Povos Indígenas do Acre

SESP - Serviço Especial de Saúde Pública

SITOAKORE - Organização de Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de

Rondônia

STR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais STR

TI – Terras Indígenas

UC – Unidades de Conservação

UNI-AC – União das Nações Indígenas do Acre

WWF - Fundo Mundial para a Natureza

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 – Perspectiva histórico-geográfica da produção do espaço amazônico: ofensivas do capital e resistência dos povos-que-vivem-da/na-floresta .....</b>	<b>24</b>
1.1 A produção do espaço amazônico: do extrativismo às políticas de integração nacional.....	24
1.2 A produção do espaço amazônico no Acre e as origens do sindicalismo rural.....	32
1.3 A luta dos seringueiros: a organização sindical e a criação das reservas extrativistas no Acre.....	40
1.4 A articulação dos Povos Indígenas no Acre: um olhar sobre sua organização e resistência .....	52
<b>CAPÍTULO 2 – Mulheres e movimentos sociais: a luta por espaço nos movimentos sociais no Brasil e no Acre. ....</b>	<b>61</b>
2.1 O movimento feminista e o fortalecimento sindical de mulheres.....	64
2.3 A luta das mulheres no Acre: perspectivas históricas e participação nos movimentos sociais .....	67
2.4 A luta por mais representatividade: as mulheres indígenas do Acre .....	78
<b>CAPÍTULO 3 – Trajetórias de lutas e resistências das mulheres indígenas e seringueiras: elas por elas .....</b>	<b>84</b>
3.2 Interseção entre gênero e território .....	87
Considerações finais .....	96
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>98</b>

## INTRODUÇÃO

Quando se fala em movimento feminino na Amazônia, nos referimos ao engajamento e as lutas das mulheres trabalhadoras da região em defesa de seus direitos e da igualdade de gênero. Esse movimento busca promover a participação ativa das mulheres nos sindicatos, bem como abordar as questões específicas que afetam as trabalhadoras, e moradores em geral, na região.

Uma das principais motivações para o surgimento do movimento sindical feminino, em todos os lugares do mundo, foi a necessidade de combater as desigualdades e discriminações enfrentadas pelas mulheres na sociedade. As trabalhadoras amazônicas podem estar envolvidas em diferentes setores, como agricultura, extrativismo, indústria e serviços, e enfrentam desafios específicos, segundo Coutinho (2019), relacionados à dupla jornada, à discriminação salarial, à falta de creches e à violência de gênero.

Desde a década de 1970, segundo Souza-Lobo (2021), tem acontecido uma ampliação da participação de mulheres nos sindicatos e ocuparam cargos de liderança, de forma a garantir a representação de suas demandas e perspectivas. Além disso, o movimento sindical feminino na Amazônia tem se articulado com outros movimentos sociais, fortalecendo alianças e ampliando o impacto de suas reivindicações.

Entretanto, apesar dos avanços, o silêncio das mulheres sindicalistas na Amazônia ainda é um fenômeno que merece atenção. Muitas dessas mulheres enfrentam barreiras significativas para expressar suas experiências e reivindicações, frequentemente subestimadas em um espaço historicamente dominado por vozes masculinas. Esse silêncio não é apenas uma questão de falta de representação, mas reflete uma cultura de invisibilidade que marginaliza suas contribuições e lutas. Exemplos disso podem ser observados nas trajetórias de líderes como Valdiza Alencar de Souza e Dercy Teles de Carvalho Cunha.

Valdiza Alencar de Souza é uma referência na luta sindical no Acre, destacando-se por sua atuação em defesa dos direitos das mulheres e dos trabalhadores. Como líder sindical, Valdiza foi fundamental na organização de movimentos que buscavam melhores condições de trabalho e a valorização das experiências das mulheres no campo (Nascimento, 2013). Sua trajetória é marcada pela mobilização e pela busca por justiça social, tornando-se uma voz ativa na luta contra a desigualdade de gênero e a discriminação no ambiente de trabalho, apesar dos desafios que frequentemente a silenciaram. De acordo com Nascimento (2013), Valdiza Alencar morreu aos 65 anos após uma parada cardiorrespiratória, era mãe de 6 filhos, avó de 17 netos e bisavó de 3 bisnetos.

Dercy Teles, por sua vez, foi uma das primeiras mulheres a ser presidente de um sindicato de trabalhadores rurais, no município de Xapuri. Dercy ficou conhecida por sua dedicação à causa dos trabalhadores rurais e à promoção dos direitos das comunidades tradicionais. Durante a sua entrevista para esta pesquisa, fez questão de ressaltar como sua atuação à frente do sindicato foi marcada por eventos de machismo e preconceitos, mas ela sempre foi muito comprometida com a causa que a levou à presidência do sindicato e enfrentou muitas situações que um homem jamais sofreria.

Por isso, a motivação para esta pesquisa surge de uma vontade pessoal e uma necessidade de amplificar a voz dessas mulheres e iluminar suas histórias, que muitas vezes permanecem à sombra das narrativas predominantes. Ao explorar suas experiências, busco compreender não apenas os desafios que enfrentaram e enfrentam, mas também as estratégias que desenvolvem para reivindicar seus direitos e lutar por igualdade. Essa investigação é fundamental para visibilizar as injustiças que persistem na sociedade amazônica e para destacar a importância do papel das mulheres na construção de um movimento sindical mais inclusivo e representativo.

A partir disso elas têm promovido ações para combater a violência de gênero nos locais de trabalho, assegurar a igualdade salarial, garantir condições de trabalho adequadas e combater a discriminação e o assédio, bem como atuam em espaços de formação, capacitação e troca de experiências, visando fortalecer a consciência de gênero e a autonomia das trabalhadoras.

As mulheres sindicalistas têm se organizado, mobilizado e alcançado avanços significativos na busca por melhores condições de trabalho e na transformação de estruturas e práticas discriminatórias. Seu trabalho é essencial para construir um movimento sindical mais plural, representativo e justo.

O movimento de luta de mulheres na região amazônica, com mulheres extrativistas e indígenas, tem uma longa história de luta e resistência. Antes de dar seguimento é importante ressaltar que as mulheres indígenas se organizam de forma diferente das mulheres extrativistas. Essas mulheres desempenharam, ao longo do tempo, um papel fundamental na preservação da floresta e na conservação dos recursos naturais.

Como extrativistas, as mulheres amazônicas estão envolvidas na coleta de produtos florestais não madeireiros, como frutas, castanhas, ervas medicinais e óleos essenciais. Elas desempenham um papel vital na economia local e na conservação da biodiversidade.

Importante ressaltar aqui que embora valorizem os recursos naturais, essas mulheres não se identificam necessariamente como ambientalistas. Elas preservam e utilizam os recursos naturais porque constituem sua fonte de subsistência, fornecendo os produtos que

comercializam, permitindo a abertura de seus roçados para a agricultura familiar e criando animais para consumo próprio, ou até mesmo para a comercialização, embora de maneira não intensiva.

Ao longo do tempo, mas sobretudo na década de 1980, as mulheres organizam-se em cooperativas, associações e comissões pró-indígenas para fortalecer sua voz coletiva e garantir melhores condições de trabalho e acesso a mercados justos (Souza-Lobo, 2021).

E falando em mulheres protagonistas em preservar a região Amazônica, as mulheres indígenas da Amazônia são “guardiãs” do conhecimento tradicional e dos modos de vida ancestrais. Elas têm um profundo vínculo espiritual e cultural com a terra e tem ganhado cada vez mais destaque como líderes na luta pela proteção dos direitos territoriais e pela preservação das florestas e dos recursos naturais.

São mulheres que enfrentam inúmeros desafios, como a degradação ambiental, a violência de gênero, a discriminação e a falta de reconhecimento de seus direitos (Coutinho, 2019). A inclusão das mulheres indígenas e extrativistas é fundamental para uma compreensão abrangente e aprofundada dos movimentos sociais no Acre.

Ao abordar essas questões, esta pesquisa pretende contribuir para a construção de um conhecimento mais amplo sobre as mulheres extrativistas e indígenas no Acre, fornecendo informações valiosas para estudiosos, movimentos sociais e formuladores de políticas públicas. Além disso, busca-se ampliar o entendimento das dinâmicas sociais, econômicas e políticas na região, considerando a interseção entre gênero, indigenismo e atividades seringueiras.

A participação das mulheres no movimento sindical é uma questão de extrema relevância no contexto da Amazônia, especialmente quando se considera as mulheres extrativistas e indígenas.

A representação dessas mulheres nas organizações sociais<sup>1</sup> e sua capacidade de influenciar as decisões e as pautas do movimento sindical são desafios enfrentados nessa região. A sub-representação em espaços de fala e em formulações de políticas públicas levanta questionamentos sobre as barreiras e os obstáculos que limitam a participação feminina ativa dentro de sindicatos, organizações e outros espaços de representação.

A desigualdade de gênero é uma realidade arraigada na sociedade e no ambiente de trabalho em geral, e o movimento sindical não é exceção. Mulheres enfrentam estereótipos de gênero, falta de oportunidades de liderança e barreiras culturais que dificultam sua participação

---

<sup>1</sup> Optamos por utilizar organizações sociais ou movimentos sociais por entender que sindicatos é um instrumento institucionalizado e algumas dessas mulheres atuam em cooperativas, associações de trabalhadores rurais ou organizações da sociedade civil.

e ascensão dentro das estruturas sindicais e organizações. Além disso, mulheres indígenas e extrativistas enfrentam desafios adicionais, relacionados à sua identidade étnica, suas condições de trabalho específicas e sua relação com o território e o meio ambiente.

As atividades econômicas de seringueiros e indígenas desempenham um papel significativo na Amazônia, e muitas mulheres indígenas e extrativistas estão envolvidas nessas atividades. Suas lutas por direitos territoriais são inseparáveis de sua participação nos movimentos sociais

Compreender como essas atividades se entrelaçam com o engajamento sindical das mulheres é fundamental para uma análise abrangente e contextualizada. Assim, se elege como pergunta principal desta pesquisa: como se deu e em que contexto mulheres surgem como líderes sindicais dos trabalhadores rurais e como representantes de povos indígenas? E buscará responder ainda: como é visto o papel da mulher nos territórios indígenas, nas colônias/seringais e em espaços rurais, como os sindicatos de trabalhadores.

Quando falamos na luta dessas mulheres, estamos falando de um conceito bastante discutido na Geografia da Amazônia e que nos dias atuais tem ganhado mais força: justiça territorial, sobretudo a respeito das populações amazônicas que, de um lado tem indígenas lutando pela demarcação de suas e a segurança das já demarcadas, e de outro unidades de conservação, como algumas reservas extrativistas do Acre, sendo ameaçadas de redução de sua área, como é o caso da Resex Chico Mendes<sup>2</sup> que pode ter sua área reduzida se o Projeto de Lei 6.024<sup>3</sup> for aprovado no Congresso Nacional.

Assim sendo, a justiça territorial é um conceito fundamental para compreender as lutas das mulheres indígenas e extrativistas na Amazônia, pois envolve o reconhecimento e a proteção dos direitos territoriais dessas populações. Segundo Porto-Gonçalves (2012):

Essas populações se apresentam hoje com a autoridade de quem resistiu ao modelo devastador; de quem tem o saber sobre a floresta porque têm nela o seu habitat. Buscam hoje, nos setores da sociedade civil do Primeiro Mundo, o apoio para a sua luta por direitos individuais básicos, como o direito à vida, assim como outros direitos de cidadania já relativamente estabelecidos no Primeiro Mundo. Fazem assim da ecologia um trunfo no seu diálogo em busca de direitos e de justiça social, mostrando que o processo de globalização pode ter uma outra cara, posto que, do ponto de vista desses protagonistas, deve incorporar também a extensão de direitos e de justiça a todos de todo o planeta (Porto-Gonçalves, 2012, p. 64).

<sup>2</sup> A Reserva Extrativista Chico Mendes foi criada em 1990 através do decreto nº 99.144 de 12 de março e abrange os municípios acreanos de Assis Brasil, Xapuri, Brasiléia, Capixaba, Sena Madureira e Rio Branco

<sup>3</sup> O PL 6024/2019, de autoria da ex-deputada Federal do Acre Mara Rocha (MDB), propõe alterar os limites da Reserva Extrativista Chico Mendes, localizada no Estado do Acre, e modificar a categoria do Parque Nacional da Serra do Divisor.



A fala de Porto-Gonçalves ressalta a importância do conhecimento tradicional e da relação íntima que essas comunidades mantêm com a terra, que vai além da mera exploração econômica. A busca por justiça territorial é, portanto, uma luta por reconhecimento, dignidade e direitos básicos, como o direito à vida e à cidadania, que muitas vezes são negados em contextos de exploração e marginalização.

Ao escrever uma dissertação sobre mulheres indígenas e extrativistas do Acre, reconheço que, como homem, ocupo um lugar de fala distinto do das mulheres que são o foco da pesquisa. No entanto, pretendo abordar esse tema com respeito e responsabilidade, utilizando meu lugar de fala para amplificar as vozes e experiências dessas mulheres.

Por este motivo, neste trabalho, opto por utilizar a primeira pessoa do singular em algumas partes da dissertação para expressar de forma mais clara e pessoal minha relação com a pesquisa e com os sujeitos envolvidos. Essa escolha visa humanizar a narrativa e reconhecer que a pesquisa não é apenas um exercício acadêmico, mas também um espaço de diálogo e reflexão sobre as experiências das mulheres indígenas e extrativistas. Ao me posicionar como pesquisador, busco não apenas relatar suas histórias, mas também refletir sobre meu papel e as implicações éticas desse processo, promovendo uma conexão mais genuína entre o conhecimento produzido e as vozes que ele representa.

Embora a expressão “lugar de fala”, que surgiu a partir das reflexões de mulheres, principalmente negras, que começaram a pensar sobre as suas vivências Ribeiro (2017), como nos é apresentado esteja frequentemente associada ao feminismo, é importante reconhecer que a interseccionalidade nos convida a considerar a multiplicidade de identidades que cada indivíduo possui. Como um homem cisgênero, negro e gay, meu lugar de fala é atravessado por outras categorias sociais, como raça, classe social, orientação sexual e nacionalidade, que também influenciam minha perspectiva sobre o mundo.

Amparado em obras como “O que é Lugar de Fala?” de Djamila Ribeiro (2017) e “O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras” de Bell Hooks (2018), me inspiram a pensar sobre o papel dos homens na luta pela igualdade de gênero. Ribeiro (2017) argumenta que os homens não devem se calar diante do feminismo, mas sim se engajar na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Já Hooks (2018) nos convida a repensar a masculinidade tradicional e construir novas formas de ser homem que não se baseiem na dominação e na opressão.

Na pesquisa, buscaremos utilizar meu lugar de fala para apresentar as trajetórias de mulheres indígenas e extrativistas do Acre. Pretendemos amplificar suas histórias, experiências e lutas através de entrevistas, pesquisas bibliográficas e outras metodologias que possam

retratar fielmente suas realidades. Além disso, analisar as desigualdades de gênero que permeiam a vida dessas mulheres, investigando como as disparidades impactam suas trajetórias. Mais do que identificar problemas, buscaremos propor soluções que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde homens e mulheres possam colaborar harmoniosamente.

Outro ponto que me fez buscar dissertar sobre esse tema foi o silenciamento dentro das produções acadêmicas sobre o sindicalismo feminino na Amazônia, que revela uma lacuna significativa na academia e que frequentemente ignora as experiências e contribuições das mulheres nesse contexto. Essa ausência de estudos não apenas limita a compreensão das dinâmicas sociais e econômicas da região, mas também perpetua a invisibilidade das vozes femininas em um espaço historicamente dominado por narrativas masculinas.

Discutir o sindicalismo feminino na Amazônia dentro da geografia é fundamental, pois permite analisar as interações entre gênero, trabalho e território, além de destacar a importância das mulheres na construção de movimentos sociais e na luta por direitos. Harvey (2010), em suas reflexões sobre a geografia do capitalismo e a luta de classes, enfatiza como as relações de poder e resistência se manifestam em diferentes contextos, o que é essencial para entender as dinâmicas do sindicalismo na região. Ao trazer à luz essas questões, a pesquisa geográfica pode contribuir para a formação de um entendimento mais inclusivo e representativo das realidades amazônicas.

Nosso intuito aqui é compreender os desafios que enfrentam, as estratégias que utilizam para superá-los e a relação entre sua participação no movimento sindical e suas lutas por direitos territoriais e igualdade de gênero. O objetivo geral desta pesquisa é analisar as experiências das mulheres extrativistas e indígenas no Acre e buscar compreender os desafios enfrentados por essas mulheres.

Como objetivos específicos buscaremos atingir os pontos a seguir:

- Analisar, na perspectiva de gênero, como se deu o processo de produção do espaço acreano com os movimentos de resistência sindical, destacando a criação das reservas extrativistas e o fortalecimento dos movimentos indígenas no contexto do Acre;
- Compreender a interação entre a participação das mulheres indígenas e extrativistas no movimento sindical do Acre, suas reivindicações e as conexões entre as dimensões de gênero, etnia e classe;
- Investigar as trajetórias de lutas e resistências das mulheres sindicalistas e indígenas no Acre, com enfoque nas dinâmicas de gênero que moldaram suas experiências e contribuíram para os movimentos sociais na região.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa seguirá a estrutura em 3 capítulos. De modo que o primeiro abordará a produção do espaço amazônico e as estratégias do movimento sindical na região do Acre para a criação das reservas extrativistas e das organizações indígenas para a garantia de direitos. O segundo explorará a trajetória da participação de mulheres no movimento sindical, suas reivindicações por direitos territoriais e trajetórias de luta, com recorte para as mulheres indígenas e extrativistas da Amazônia acreana. Por fim, o terceiro capítulo analisará as formas de organização e resistência das mulheres extrativistas e indígenas no Acre.

Para esta pesquisa, serão entrevistadas lideranças femininas que desempenharam, e desempenham até hoje, papéis fundamentais em sindicatos e organizações representativas no Acre. Entre as entrevistadas estão mulheres sindicalistas e ex-presidentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STR) de Manoel Urbano e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri – Marta Aguiar e Dercy Teles, respectivamente, que têm uma longa trajetória de lutas e conquistas em prol dos direitos trabalhistas e sociais.

Marta Aguiar foi presidente dos STR de Manoel Urbano por dois mandatos seguidos, o primeiro em 2007 e o segundo em 2014, e em 2024 se elegeu vereadora do município pelo Partido Social Democrático (PSD). Marta é mãe, líder sindical que esteve à frente de muitas mobilizações em prol dos trabalhadores rurais de Manoel Urbano, uma dessas manifestações foi contra a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), em 2016, ano em que tive a oportunidade de ouvi-la palestrar sobre esse assunto no curso de geografia da Universidade Federal do Acre (Ufac).

Outra líder sindical do Acre é Dercy Teles de Carvalho Cunha, Dercy mora na comunidade da Pimenteira, no entorno da Resex Chico Mendes, reserva que ela, ao lado de outros líderes sindicais ajudou na implementação. Dercy é uma das primeiras líderes sindicais do Brasil, tendo sua primeira estada no sindicato no início da década de 1980. Dercy viu a história acontecer, esteve ao lado de Chico Mendes, Wilson Pinheiro, participou de empates, viveu a repressão da ditadura militar, foi presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Xapuri por 3 mandatos e um como vice-presidente.

Além disso, também foram entrevistadas lideranças indígenas de destaque, como vice-diretora da Organização de Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia (SITOAKORE) e diretora da Secretaria Extraordinária de Povos Indígenas do Acre – SEPIAC, a Nedina Yawanawá, e a coordenadora da Associação de Mulheres Jaminawa-Arara do Rio Bagé, Maria José Arara.

Nedina é descendente de uma linhagem de lideranças da Terra Indígena do Rio Gregório. A Terra Indígena Rio Gregório, fica localizada no município de Tarauacá, no estado

do Acre, é habitada pelo povo Yawanawá, os Yawanawá são um grupo da família linguística Pano, e o nome Yawanawá significa “Povo da Queixada” (Vinnya *et al.*, 2006)

Já Maria José mora no município de Marechal Thaumaturgo, no Acre, e vive na Aldeia São Sebastião, da Terra Indígena Jaminawa-Arara do Rio Bagé, a última aldeia da Terra Indígena subindo o Rio Bagé. Maria José é mãe, avó, esposa e coordenadora de um coletivo de mulheres indígenas da Terra Jaminawa-Arara, coletivo este que ela mesma incentivou a criação e atua para que outras mulheres Arara busquem se integrar mais em prol da qualidade de vida e da segurança alimentar nas aldeias da T.I.

Essas mulheres têm sido vozes ativas na defesa dos direitos territoriais, culturais e sociais de suas comunidades, enfrentando desafios significativos e promovendo a igualdade de gênero dentro e fora de suas aldeias.

As entrevistas aconteceram todas de forma remota dada a localização das mulheres que pensamos em conversar, com exceção de Nedina Yawanawá, que mora na capital do Acre - Rio Branco, e de Maria José Arara que graças a uma agenda do meu trabalho pude estar nos mesmos espaços que ela e lá pude conhecer a história de vida dela e do seu povo.

Enquanto Marta Aguiar e Dercy Teles concederam entrevistas para a pesquisa por ligação via *WhatsApp*. Marta por estar numa campanha eleitoral entre zona rural e urbana de Manoel Urbano e por falta de recurso não podemos acompanhá-la em seu município de origem.

Com Dercy Teles, mesmo sendo por telefone, agendamos a entrevista para uma sexta-feira, fim de mês, quando ela foi à cidade de Xapuri para fazer as compras do mês, aproveitamos essa ida dela, agendamos com ela e ela nos reservou o tempo necessário para a nossa conversa. Dercy, assim como todas as outras entrevistadas foram extremamente acessíveis ao nosso diálogo.

Assim sendo, logo no capítulo inicial, discutimos como esse novo padrão de organização do espaço, centrado nas estradas, também trouxe mudanças políticas para a Amazônia, com novos agentes socioeconômicos atuando na região e resultando na marginalização da antiga elite tradicional, representada pelos seringalistas e os chamados “barões da borracha”. A pecuária se tornou a atividade predominante no território acreano, levando os seringueiros a reivindicarem seus direitos, uma vez que seus modos de vida foram profundamente alterados.

Morais (2016) ressalta que a participação das mulheres extrativistas e indígenas no movimento sindical está intrinsecamente ligada às suas lutas por direitos territoriais e movimentos sociais. A autora destaca:

O movimento social de índios e seringueiros conseguiu importantes conquistas, tanto

do ponto de vista do reconhecimento das identidades específicas quanto da criação de territórios reservados às comunidades tradicionais; pois antes de 1980, **não existia nenhum território de preservação ou de conservação no estado do Acre**. Entre os territórios reservados às comunidades tradicionais no Estado, conquistados diretamente pelo movimento social destacam-se: as Reservas Extrativistas, os Projetos de Assentamentos Extrativistas e as Terras Indígenas (Morais, 2016. P. 173-174, *grifo nosso*).

Como destacado pela autora, naquele momento não se pensava na luta ambientalista, que ganharia um marketing absurdo no governo da Frente Popular do Acre – FPA (Morais, 2016, p. 26), e muito diferente de alguns relatos, a luta era muito mais pela terra, pelo espaço de viver, do que propriamente pelo meio ambiente, não que este devesse ser desconsiderado, afinal de contas era de lá que essas populações tiravam seu sustento.

Conforme ressaltado pela autora, naquela época, a questão ambiental não era uma preocupação central, ao contrário do que ganharia destaque durante o governo da Frente Popular do Acre - FPA que se iniciou no ano de 1999 (Morais, 2016, p. 26). Diferentemente de algumas narrativas, a luta era principalmente pela posse da terra, pelo direito ao espaço de moradia, mais do que especificamente pela preservação do meio ambiente, embora este último não devesse ser negligenciado, uma vez que era a fonte de subsistência dessas comunidades.

Nesse cenário de conflitos, que buscaremos aprofundar no segundo capítulo, após o assassinato dos líderes sindicais Wilson Pinheiro e Chico Mendes, Dercy Teles tornou-se a primeira mulher a ser presidente de um sindicato dos trabalhadores rurais no Acre, no município de Xapuri. Dercy é uma das mulheres que se destacam no Acre pelo movimento feminino em prol da floresta, das reservas e do extrativismo, além disso, ela participa do debate sobre a necessidade de organização visando garantir a posse da terra, no início do ano de 1980, com 26 anos de idade.

Assim, a proposta metodológica para conduzir esta pesquisa com contribuições socioculturais, conforme mencionado por Cardoso (2005), será necessário empregar os seguintes métodos básicos de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental que abordem os movimentos sindicais e indígenas no Acre e entrevistas semiestruturadas com mulheres que estiveram, e estão até hoje, a frente de movimentos de lutas e resistências no Acre.

Esse procedimento metodológico nos permitirá uma compreensão aprofundada das experiências das mulheres indígenas e extrativistas no movimento sindical na Amazônia, fornecendo subsídios para a análise e interpretação dos dados coletados. A abordagem qualitativa adotada visa amplificar e valorizar ainda mais as vozes e perspectivas dessas mulheres, promovendo uma compreensão mais ampla das dinâmicas de gênero e do movimento sindical na região.

Para um melhor detalhamento da pesquisa e aprimorar a análise das falas das entrevistadas, organizaremos os dados em duas grandes categorias: dimensão familiar e dimensão coletiva. Dentro dessas categorias, exploraremos subcategorias como lutas, resistências e conquistas. Com essa estrutura poderemos explorar em uma análise mais aprofundada e organizada das experiências das mulheres entrevistadas.

Essa abordagem está fundamentada nos princípios de Graham Gibbs (2009) sobre análise de dados qualitativos, como descrito em sua obra “*Analyzing Qualitative Data*”<sup>4</sup>. Gibbs enfatiza a importância da codificação, categorização e interpretação sistemática dos dados para revelar padrões e significados profundos. Seguindo essa metodologia, as falas das entrevistadas serão categorizadas de acordo com as categorias principais de dimensão familiar e dimensão coletiva, essas categorias nós dividimos em: trabalho nos movimentos sociais e trabalhos domésticos.

Através da análise comparativa, examinaremos como as experiências e desafios enfrentados na dimensão familiar influenciam e são influenciados pelas atividades e conquistas na dimensão coletiva. A construção de uma narrativa coerente, que integre os dados de forma significativa, resultará em uma compreensão abrangente das trajetórias das mulheres entrevistadas.

Essa narrativa destacará a interdependência entre o papel das mulheres nas famílias e suas participações em movimentos coletivos, evidenciando como suas experiências familiares e coletivas se entrelaçam para formar uma luta unificada por direitos e reconhecimento. Atualmente, boa parte das pesquisas qualitativas trata de dar espaço a grupos que outrora estiveram desprivilegiados, diante da produção do conhecimento, da história contada (geralmente por mãos brancas, masculinas e heterossexuais), diante das relações de poder, dos espaços.

As mudanças de paradigmas na ciência estão em sintonia com as transformações sociais, políticas, econômicas e ambientais da sociedade. De forma específica, na América Latina, esses espaços vêm sendo ocupados a partir da década de 1970 que levaram a educação, as ciências sociais e a ciências humanas repensarem sobre a interpretação da realidade (Araújo, 2010).

Ainda segundo Araújo (2010), a abertura política, ocorrida em quase todos os países latino-americanos, ao final da década de 1970, fez reacender o paradigma qualitativo nas pesquisas iniciadas na década de 1980. Nesse contexto, a organização de mulheres em

---

<sup>4</sup> Análise de Dados Qualitativos, em livre tradução.

movimentos sociais, associações, sindicatos no Acre, objeto de estudo nesta pesquisa, emerge a partir da década de 1970, refletindo as mudanças políticas, sociais e econômicas que caracterizaram esse período na região.

Buscaremos, assim, fazer uma análise histórico-geográfica da produção do espaço amazônico acreano, analisando como os povos indígenas e seringueiros do Acre foram se organizando em associações, sindicatos e coletivos de resistência em busca de ocupar mais espaços de representatividade. E nesse cenário, apresentar mulheres que fizeram, e fazem até os dias atuais, a diferença nesses movimentos.

O capítulo 1 desta pesquisa investiga a produção do espaço amazônico, com foco nas estratégias adotadas pelo movimento sindical, que no caso do Acre tiveram a teologia da libertação como fator primordial para a formação de lideranças sindicais, e organizações indígenas no Acre. Exploraremos um breve histórico de ocupação e transformação do território amazônico e acreano, destacando a luta dos seringueiros pela criação das reservas extrativistas e o processo de organização dos povos indígenas no estado. Além disso, abordaremos a influência do discurso ambientalista na região, examinando os fatores exógenos que atuaram nesse contexto, desde a utilização dos rios até a implementação das rodovias para a integração nacional proposta pela ditadura militar, conforme descrito por Becker (2007).

No capítulo 2, buscamos explorar a interação entre a participação das mulheres indígenas e extrativistas no movimento sindical, suas reivindicações por direitos territoriais, conservação ambiental e equidade social, examinando as conexões entre essas dimensões e como influenciam suas atividades nos movimentos e coletivos em que atuam. Neste capítulo também traremos as falas de mulheres que, ativamente, participaram destes movimentos sociais e que vivenciaram de perto o preconceito de ocupar estes espaços.

E, por fim, no capítulo 3 analisamos as formas de organização e resistência das mulheres extrativistas e indígenas no Acre, concentrando-se na evolução das organizações comunitárias da década de 1970 até os dias atuais, incluindo a sucessão dos movimentos sociais e a estrutura das lideranças indígenas, além de examinar os desafios enfrentados, como assédio, silenciamento e exclusão, por meio de entrevistas com lideranças engajadas nas organizações.

## **CAPÍTULO 1 – Perspectiva histórico-geográfica da produção do espaço amazônico: ofensivas do capital e resistência dos povos-que-vivem-da-na-floresta**

Neste capítulo inicial, revisitamos alguns momentos da produção do espaço amazônico e como se deram as resistências das populações seringueiras e a aliança com povos indígenas, ao qual adotaremos chamar respeitosamente de *povos-que-vivem-da-floresta* influenciados pelo Prof. Carlos Walter Porto-Gonçalves (*in memoriam*) (2012), pelo Prof. Elder Andrade de Paula (2013, 2016) e autores como Camely (2018), Ponte (2014) e Morais (2016). Também neste capítulo buscaremos abordar as origens do sindicalismo no estado do Acre.

A Amazônia sempre testemunhou investimentos significativos de capital na região, abrangendo desde infraestrutura até políticas econômicas, gerando impactos profundos na biodiversidade, cultura e sociedade local. O fato é que existem muitas *Amazônias* em uma Amazônia só, e a este respeito Porto-Gonçalves (2012) acrescenta:

Há várias Amazônias na Amazônia, muitas delas contraditórias entre si. Há que se optar por aquelas que tornem possível uma vida melhor, não só para os seus habitantes, mas também para o planeta. Poucas são as regiões do mundo que têm esse trunfo. E esse caminho passa necessariamente por incorporar suas populações aos direitos básicos de cidadania, oferecendo-lhes condições de fazer melhor o que já sabem, além, de buscar novos caminhos a partir da experiência acumulada [...] É essa Amazônia de múltiplas comunidades indígenas, caboclas, ribeirinhas, extrativistas, negras remanescentes de quilombos, de mulheres quebradeiras de coco de babaçu, de migrantes recém-chegados que, tal e qual o migrante de ontem, se vê desaparecido culturalmente para viver com ecossistemas extremamente delicados e complexos a serem descobertos (Porto-Gonçalves, 2012, p. 10).

A produção do espaço amazônico é uma narrativa marcada por mudanças profundas, influenciada por uma interseção complexa de atores, políticas e interesses variados, desde o século XVII até os dias atuais, esses fatores diversos possibilitaram que os povos da floresta legitimassem suas vozes e ações através de organizações e associações de resistência, emergindo como organizadores e representantes de uma “vontade coletiva” tanto em âmbito local quanto regional.

### **1.1 A produção do espaço amazônico: do extrativismo às políticas de integração nacional**

Para compreender a exploração do látex, a matança dos povos indígenas no Acre e a emergência do sindicalismo rural, é fundamental discutir a produção do espaço amazônico. Essa discussão nos permite entender a lógica de (re)produção desse espaço sob a influência do capital, tanto nacional quanto internacional, além das políticas públicas que moldaram essa dinâmica. Essas forças impulsionaram a destruição das lógicas de vida dos povos indígenas e



seringueiros, promovendo um cenário de conflito e exploração.

Dentro desse contexto, emergiram as resistências e lutas das comunidades locais. Ao focar nas trajetórias das mulheres extrativistas e indígenas, analisamos como essas resistências se manifestaram e evoluíram, evidenciando o papel fundamental das mulheres na defesa de seus territórios e modos de vida frente às pressões externas. Carlos Walter Porto-Gonçalves em “*Amazônia, Amazônias*” (2012), oferece uma análise detalhada sobre a forma de organização na região. O autor identifica dois modelos distintos que moldaram a configuração espacial na Amazônia: o padrão *Rio-Várzea-Floresta* e o padrão *Estrada-Terra Firme-Subsolo*.

Essa metodologia de divisão em padrões é interessante de analisar, pois permite compreender a ocupação e exploração da Amazônia de forma mais abrangente ao considerar não apenas os aspectos econômicos e políticos, mas também os aspectos sociais, culturais e ambientais. O padrão *Rio-Várzea-Floresta* é o mais antigo dos dois, e se caracteriza pela ocupação das várzeas fluviais, que são áreas de planícies alagadas periodicamente. Porto-Gonçalves (2012) destaca:

Até a década de 1960 foi em torno dos rios que se organizou a vida das populações amazônicas. A partir de então, e por decisões tomadas fora da região, os interesses se deslocam para o subsolo, para suas riquezas minerais, por uma decisão política de integrar o espaço amazônico ao resto do país, protagonizado pelos gestores territoriais civis e militares. O regime ditatorial se encarregou de criar as condições para atrair os grandes capitais para essa missão geopolítica (Porto-Gonçalves, 2012, p. 79).

A ocupação das várzeas fluviais foi facilitada pelo fato de que essas áreas eram as mais acessíveis da floresta amazônica. Os rios eram utilizados como meio de transporte e comunicação, e as várzeas eram utilizadas para o cultivo de alimentos e para a construção de moradias. Nesse período, os portugueses estabeleceram uma série de missões religiosas e militares na região. As missões religiosas tinham como objetivo catequisar os povos indígenas, enquanto as missões militares objetivavam garantir a segurança da região contra invasões de outros países, conforme destaca Porto-Gonçalves (2012):

Assim, a região será objeto de permanente preocupação diplomática tendo a cartografia um papel importante. A essa apropriação no papel, cartográfica, correspondiam, no entanto, esforços de penetração e conquista por meio da fundação de Fortes. Foram esses fortes as primeiras marcas da civilização ocidental na Amazônia [...] As Ordens Religiosas foram autorizadas pelo Estado Colonial a conquistar as almas indígenas e, assim, garantir para os portugueses os territórios. A mais importante cidade da região, Belém, nasce em 1616, sob esse signo da cruz e da espada, com o significativo nome de Forte do Presépio (Porto-Gonçalves, 2012, p. 80-81).

E aqui cabe destacar que a exploração da Amazônia ocorria através das chamadas

“drogas do sertão” através da extração e cultivo de produtos, inclusive o látex, mas sem muito vulto econômico. Somente no século XIX que a borracha entra no cenário internacional do capital. Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2012) destaca que

A Amazônia, pelo idos de 1830, já exportava sapatos e tecidos emborrachados principalmente para os Estados Unidos. Com a descoberta do processo de vulcanização, em 1839 a goma elástica deixa de ser um produto marginal e se inscreve no cerne de novos procedimentos técnicos da revolução industrial como: correia de transmissão, amortecedor de impactos das engrenagens industriais, encapamento de fios etc. [...] O impacto na Amazônia será enorme e é importante registrar que o surto da expansão da extração do látex deu-se antes da produção generalizada de pneumáticos, o que revela que ele se deu em função da importância da borracha como matéria-prima de componentes para as máquinas industriais e na fabricação de fios para redes elétricas e de comunicação (telégrafo, telefone, energia) (Porto-Gonçalves, 2012; p. 83).

A extração da borracha *in natura* para exportação teve início por volta de 1827 como matéria-prima. Cerca de uma década depois, por volta de 1839-1840, o inventor estadunidense Charles Goodyear desenvolveu o processo de vulcanização, um avanço que permitiu a produção de pneus e impulsionou as exportações de borracha natural proveniente das plantações na região amazônica. Esse desenvolvimento provocou um aumento significativo na imigração para a região, especialmente em cidades como Manaus, que experimentaram um rápido crescimento populacional.

O primeiro auge da borracha, que teve seu ápice entre o período de 1870 e 1910, deslocou as bases de poder das oligarquias tradicionais da Amazônia – latifundiários, pecuaristas, produtores de cana-de-açúcar, cacau, café e algodão – para a exploração do látex. Tal período entrou em decadência devido a concorrência com a produção asiática a partir de sementes contrabandeadas décadas antes, resultando em uma produção muito mais barata do que a brasileira.

Paula (2016) pontua:

A entrada no mercado mundial da borracha oriunda dos seringais de cultivo implantados pelos ingleses na Malásia, levou a bancarrota o monoextrativismo da borracha na Amazônia continental. A eficiência técnica e racionalidade comandada pelo padrão de acumulação capitalista vigente, elevaria em enormes proporções a produtividade do trabalho (*apud* Silva, 1982).

Este fato, além de provocar a quebra do monopólio da Amazônia no mercado mundial da borracha natural, lançava o extrativismo da região numa profunda crise. A produção da Malásia crescia vertiginosamente, provocava constantes quedas no preço do produto e estabelecia uma concorrência onde os velhos seringais nativos não possuíam a menor chance de competição. A baixíssima produtividade derivada do sistema extrativista mostrava-se absolutamente incapaz de concorrer com a produção oriunda do moderno sistema de cultivo da Malásia (Paula, 2016, p. 35).

Este fato de biopirataria provocou uma queda abrupta nos preços do látex, inviabilizando seu uso comercial na região amazônica. Como resultado, a produção brasileira

de borracha entrou em crise, paralisando a economia da região. Ponte (2014) enfatiza:

[...] o primeiro auge da borracha na Amazônia, ocorrido no final do século XIX e início do século XX, representou um modelo econômico, político e social que não privilegiou o desenvolvimento da região e de sua população. Primeiro, porque os recursos econômicos vindos da extração do látex acabaram não sendo utilizados para o desenvolvimento da região, pois foram drenados para o Centro-Sul do país; segundo, que era um produto destinado exclusivamente para a exportação, com vista a suprir a demanda industrial internacional; e, terceiro, a organização do espaço amazônico era comandada por poucas firmas estrangeiras, sendo assim, quando houve a queda da produção, o capital estrangeiro também migrou (Ponte, 2014, p. 52).

A crise econômica resultante do declínio do ciclo da borracha deixou consequências profundas em toda a Amazônia: houve uma queda na arrecadação estadual, aumento significativo do desemprego e um êxodo em massa, tanto urbano quanto rural (Paula, 2016, p. 67).

Os trabalhadores dos seringais, em sua maioria nordestinos que migraram para a Amazônia em busca de trabalho na produção de borracha, viram-se desamparados após o declínio da extração, levando muitos deles a migrarem para as periferias das maiores cidades amazônicas, como Belém e Manaus, em busca de melhores condições de vida. O mesmo fenômeno ocorreu em cidades acreanas, onde trabalhadores que anteriormente viviam nos seringais ao sul do estado do Amazonas migraram para cidades como Cruzeiro do Sul e Rio Branco em busca de novas oportunidades.

Após o declínio do primeiro Ciclo da Borracha (1870-1913) devido à ascensão da produção de borracha no Oriente, especialmente na Malásia, tanto os seringalistas da Amazônia quanto a população brasileira passaram a questionar a viabilidade de uma nova demanda significativa pela borracha nacional. No entanto, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a borracha amazônica experimentou uma demanda em larga escala mais uma vez, desta vez para suprir as necessidades dos Países Aliados, do qual Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos eram os membros principais.

Esse novo momento de ascensão da borracha amazônica ocorreu após a invasão do Japão às colônias produtoras de látex na Malásia, deixando os países Aliados sem a borracha necessária para fabricar uma variedade de produtos essenciais para o esforço de guerra (Ponte, 2014, p. 54). Diante disso, o governo dos Estados Unidos procurou o governo brasileiro para garantir o suprimento de borracha.

A mobilização brasileira foi tão intensa que levou à criação, em 1942, do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores – SEMTA para a Amazônia, com o objetivo de recrutar milhares de trabalhadores, a maioria oriunda do Nordeste, para atuar nos seringais na extração do látex (Miranda, 2013). Esse período ficou marcado como a “Batalha da Borracha”,

com a participação de mais de 100.000 trabalhadores, conhecidos como “soldados da borracha”, que estiveram ativamente envolvidos nessa empreitada (Loureiro, 2009, p. 41).

De acordo com Reis, Siqueira e Freitas (2022), o SEMTA lançou várias campanhas, conforme a figura 1, para atrair nordestinos para a região, prometendo apoio às suas famílias e utilizando a seca como um incentivo para deixarem o Nordeste, entretanto, para muitos desses trabalhadores, a migração representava uma jornada sem volta.

A Figura 2, a seguir, que documenta o trabalho na Amazônia durante o período da borracha, apresenta uma realidade marcante: a ausência total de mulheres nos caminhões de recrutamento. Essa invisibilidade, além de revelar o profundo machismo da época, reflete uma lógica específica: a concepção de que o trabalho pesado de extração do látex era exclusivamente masculino.

**Figura 1** – Campanhas de mobilização de trabalhadores nordestinos para trabalhar na extração do látex na Amazônia



**Fonte:** Museu de Arte da UFC – organizado por Reis, Siqueira e Freitas, 2022, p. 92.

**Figura 2** – Trabalhadores rumo à Amazônia



**Fonte:** Museu de Arte da UFC – organizado por Reis, Siqueira e Freitas, 2022, p. 29.

A presença de mulheres e famílias era vista como um desvio do objetivo principal, que era a maximização da produção de borracha para abastecer o mercado internacional. Essa lógica excluía deliberadamente as mulheres, subestimando seu potencial contributivo e relegando-as a uma invisibilidade que perpetuava desigualdades de gênero e ignorava a complexidade da dinâmica social e familiar no seringal.

A homogeneidade masculina no registro retrata um grupo de homens, reforçando a narrativa dominante que relegava as mulheres a um papel subalterno e invisível na história da borracha. Essa exclusão simbólica, perpetuada até hoje em registros históricos e iconográficos, contribui para a marginalização das mulheres e a negação de suas contribuições.

No caso dos seringais do Acre, a presença feminina foi sempre muito invisibilizada, Cristina Wolff acrescenta:

Uma das questões que mais chama a atenção em todos os relatos sobre este período é a acentuada diferença de número entre a população masculina e a feminina na região dos altos rios. Os autores que escreveram sobre o período de implantação dos seringais e sobre a vida dos seringueiros são unânimes em afirmar que a presença feminina nos seringais era mínima ou então inexistente (Wolff, 1998, p. 71).

A respeito da presença de mulheres durante os ciclos da borracha e também a presença delas nos seringais, Blanco e Bambirra (2017) destacam:

Os chamados “trabalhos do dia-a-dia” eram cuidar do lar e dos filhos. Os trabalhos que as mulheres exerciam no seringal não eram vistos como “trabalho”, eram considerados invisíveis, uma vez que, além de serem minoria, a tarefa de cuidar da casa era considerada menos importante (Blanco e Bambirra, 2017, p. 149).

E, ao contrário do que se discutia na literatura, Wolff volta a pontuar que as mulheres sempre estiveram nos processos:

No entanto havia mulheres, como comprovam mesmo os inúmeros casos “extraordinários” sobre as relações entre homens e mulheres contados por vários autores. Em 1906, o Coronel Thaumaturgo de Azevedo, primeira autoridade brasileira na área, reportou a população total do Alto Juruá, incluindo Cruzeiro do Sul e o rio Tarauacá e seus tributários em 14.208 pessoas, das quais, 10.581 (74,5%) eram homens, e, portanto, apenas 3.627 (25,5%) mulheres. Possivelmente, o que acontecia é que durante os primeiros anos de implantação dos seringais, cada vez mais para o alto dos rios, não houvessem ali mulheres. Nesta hipótese, somente quando se assentavam ali mais definitivamente os seringueiros resolviam casar-se ou encontrar companheiras (Wolff, 1998, p. 72).

Retomando a vinda dos homens nordestinos, ao chegarem na Amazônia, encontram, porém, uma outra realidade. Ao esgotarem suas energias na extração do látex, muitos seringueiros foram deixados à própria sorte na Amazônia, enfrentando ameaças como malária, febre amarela, hepatite e ataques de animais selvagens, como onças, cobras e escorpiões. Paula (2016) acrescenta:

Os “homens livres” do sertão nordestino se dirigem para a Amazônia na esperança de encontrar, enfim, o seu “paraíso”; afinal, as terras eram abundantes e havia lugar para todos. Porém, ao chegar ao seringal e tomar conhecimento do lugar que lhes é reservado pela empresa extrativista, deparam-se com uma realidade muito diversa daquela sonhada: existia terra livre para ser ocupada, mas ela estava fora de seu acesso. A almejada condição de liberdade individual desaparece no momento em que os migrantes passam a subordinar-se às regras dos patrões seringalistas (Paula, 2016, p. 28).

Além disso, o governo brasileiro falhou em cumprir a promessa de reconhecer esses “soldados da borracha” como heróis de guerra e em proporcionar-lhes pensões equiparadas às dos militares ao término do conflito (Reis, Siqueira e Freitas, 2022, p. 20).

Além da SEMTA, o governo criou na época a Superintendência para o Abastecimento do Vale da Amazônia (SAVA) e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) com o propósito de apoiar a “Batalha da Borracha” (Miranda, 2013). Também foi instituído o Banco de Crédito da Borracha, atualmente conhecido como Banco da Amazônia.

O segundo ciclo da borracha teve seu declínio logo após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, com a ascensão da borracha sintética no mercado global, o que desvalorizou novamente o látex na região. Com o encerramento desse ciclo, nos anos seguintes, o governo brasileiro, visando atrair investimentos estrangeiros para a Amazônia, delineou novos planos para a integração da região.

A este período do “novo” direcionamento da produção do espaço amazônico, Porto-Gonçalves (2012) denomina como *Estrada-Terra Firme-Subsolo*. Esse modelo tem como marco inicial a construção da rodovia Belém-Brasília na década de 1950, representando uma nova abordagem na ocupação da região. Agora, em vez de seguir os cursos dos rios, a ocupação se dá ao longo das rodovias, com foco nas atividades econômicas da terra firme (principalmente agropecuária e exploração madeireira) e do subsolo (mineração).

A construção de hidrelétricas, a expansão da pecuária, os projetos de mineração e a exploração madeireira são elementos proeminentes no segundo modelo de organização do espaço amazônico. Enquanto no primeiro ciclo da borracha (padrão *Rio-Várzea-Floresta*), os migrantes se estabeleciam ao longo dos rios, atualmente, atraídos por incentivos governamentais, concentram-se nas margens das estradas em projetos de colonização oficial.

Esse segundo padrão de produção do espaço abrange o período desde os anos de 1960 até os dias atuais, caracterizado pelas tentativas e estímulos do Estado para integrar o território amazônico e atrair investimentos internacionais. Entretanto, vale destacar aqui mesmo com a ascensão do segundo padrão (estrada-terra firme-subsolo), o padrão rio-várzea-floresta ainda é bastante presente na realidade de muitas cidades amazônicas. No Acre, municípios como Santa Rosa do Purus, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo e Jordão não são conectados por estradas, o acesso principal se dá pelos rios.

Os impactos desse novo modelo de ocupação sobre a dinâmica socioambiental da região têm sido significativos. Um exemplo emblemático é a construção da Rodovia Transamazônica (BR-230), planejada durante o regime militar do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) para cortar o Brasil de leste a oeste (Alves, 2014, p. 57).

O governo militar via a necessidade de preencher o “*vazio demográfico*” da região e, nesse contexto, instituiu o I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, entre 1972 e 1974. Naquele momento, o governo Médici buscava desestruturar os movimentos sociais pela reforma agrária no Sudeste e Nordeste e planejava, por meio de uma “colonização formal”, ocupar essa área vista como vazia na região amazônica (Tavares, 2011, p. 116).

No período subsequente, de 1974 a 1979, foi implementado o II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PND) e o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA), nos quais se destacavam os polos de desenvolvimento, tanto agropecuários quanto minerais. Em 1974, foi estabelecido o POLAMAZÔNIA, com o objetivo de explorar as potencialidades agropecuárias, agroindustriais e florestais em áreas prioritárias da Amazônia, as quais deveriam servir como centros irradiadores de desenvolvimento para toda a região (Tavares, 2011, p. 117).

À medida que a região amazônica se tornava o epicentro das políticas de

desenvolvimento do governo militar, o estado do Acre também se viu profundamente afetado por essas mudanças. Enquanto as estratégias nacionais se concentravam em preencher o “vazio demográfico” e explorar os recursos naturais da região, o Acre é parte integrante dessa dinâmica, enfrentando particularidades únicas.

A este respeito Almeida (1993) contribui:

Diversos projetos de colonização e empreendimentos agropecuários resultaram numa incidência em áreas indígenas ao suporem esses territórios como “espaços vazios”. Terras indígenas foram consideradas como terra de domínio público e dispostos a ocupação o que gerou grandes entreveros. Os intrusamentos acirraram antagonismos e criaram áreas críticas de conflito e tensão social (Almeida, 1993, p. 236).

No Acre, ainda segundo Almeida (1993), as terras Yawanawá e Manchineri enfrentaram sérios desafios devido à invasão de suas terras ancestrais. Ao longo da história, essas comunidades indígenas foram alvo de conflitos com seringueiros e pecuaristas que buscavam tomar posse das terras já ocupadas por estes povos.

Esses confrontos resultaram em perdas significativas, com muitos indígenas perdendo suas vidas em defesa de seus territórios tradicionais. A luta pela proteção das terras indígenas no Acre é marcada por uma história de resistência e enfrentamento contra a violência e a exploração, evidenciando a importância da defesa dos direitos territoriais dos povos originários.

Além das perdas significativas para os povos indígenas, os extrativistas também enfrentaram sérias consequências com a expansão da pecuária e da exploração madeireira no Acre. A chegada de grandes projetos econômicos, impulsionados por políticas públicas voltadas à exploração de recursos naturais, resultou na expropriação de terras, na destruição de seringais e no desmatamento, afetando diretamente a subsistência das famílias seringueiras.

O avanço da pecuária intensiva e da extração de madeira colocou em risco o modo de vida tradicional dos extrativistas, levando-os a lutar por alternativas sustentáveis e pela criação de reservas extrativistas, onde pudessem preservar seu trabalho e a floresta. Essas resistências também se entrelaçam com a defesa das terras indígenas, formando uma rede de lutas pela proteção dos territórios amazônicos.

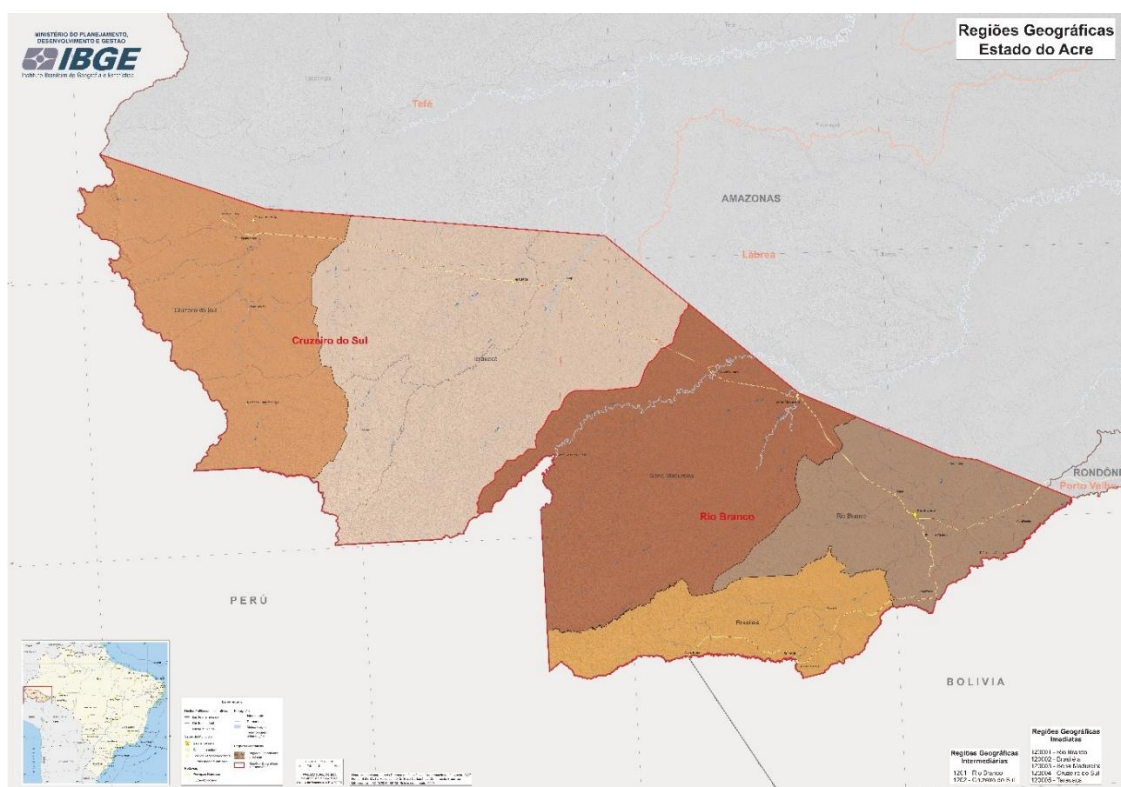
## **1.2 A produção do espaço amazônico no Acre e as origens do sindicalismo rural**

O estado do Acre, conforme figura 3, é formado por 22 municípios, organizados em cinco regiões geográficas imediatas, as quais estão agrupadas em duas regiões geográficas intermediárias, conforme a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em vigor desde 2017.



As regiões geográficas intermediárias foram introduzidas em 2017, durante a atualização da divisão regional do Brasil, representando uma revisão das antigas mesorregiões, que estavam em uso desde 1989. As regiões geográficas imediatas, por sua vez, passaram a substituir as microrregiões. Na divisão anterior a 2017, os municípios do Acre estavam organizados em cinco microrregiões e duas mesorregiões, de acordo com o IBGE.

**Figura 3 – Regiões geográficas do Acre.**



Fonte: IBGE, 2017 – organizado pelo autor.

Com a atualização de 2017, agora as regiões intermediárias e imediatas estão dispostas, conforme quadro 1, da seguinte forma:

**Quadro 1: Divisão das regiões intermediárias e imediatas do Acre.**

Região geográfica Intermediária	Regiões geográficas Imediatas	Municípios
<b><u>Rio Branco</u></b>	Rio Branco	Acrelândia, Bujari, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Senador Guimard
<b><u>Rio Branco</u></b>	Brasiléia	Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri
<b><u>Rio Branco</u></b>	Sena Madureira	Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira

<b><u>Cruzeiro do Sul</u></b>	Cruzeiro do Sul	Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves
<b><u>Cruzeiro do Sul</u></b>	Tarauacá	Feijó, Jordão, Tarauacá

**Fonte:** IBGE, 2017 – organizado pelo autor.

A história do Acre está intrinsecamente ligada à exploração da borracha. No final do século XIX, o estado tornou-se um importante centro de produção de borracha natural, atraindo milhares de migrantes de todo o Brasil e do mundo. A exploração da borracha foi responsável por profundas transformações na região, tanto do ponto de vista econômico quanto social.

Com a decadência da borracha na segunda metade do século XX, os seringueiros enfrentavam crescente endividamento, enquanto os proprietários elevavam os preços das mercadorias. Diante disso, muitos seringueiros optavam por abandonar os seringais, migrando para centros urbanos ou países vizinhos como Bolívia e Peru (Morais, 2016), em busca de oportunidades melhores. Entretanto, em vez de encontrarem melhorias, frequentemente se viam à margem da sociedade, enfrentando dificuldades significativas.

Contudo, nem todos os seringueiros deixaram os seringais, alguns poucos resistiram, como observado por Ponte (2014):

Por outro lado, os seringueiros que continuavam nos seringais se dividiam entre o estabelecimento de uma agricultura de subsistência e o extrativismo que ainda se mantinha como a principal atividade econômica ao longo das décadas de 1950-60. Apesar do declínio externo da atividade, a borracha amazônica passa a ser direcionada para abastecer as demandas da indústria brasileira, já que o contexto nacional estava envolvido pela política de substituição de importações via processo de industrialização interna. (Ponte, 2014, p. 98).

A desativação dos seringais e a implantação da pecuária extensiva de corte no final da década de 1960 no Acre ocasionaram profundas mudanças no modo de vida da população local. Para os seringueiros que continuaram nos seringais, houve uma divisão entre o extrativismo e a agricultura de subsistência. A borracha, embora em declínio, passou a abastecer o mercado interno brasileiro, mas os seringueiros já não dependiam exclusivamente dos seringalistas para comercializar sua produção.

Nesse período, é importante mencionar que a Amazônia era vista como um território a ser “conquistado”, Paula (2013) destaca:

E necessário lembrarmos, ainda, que de meados dos anos 60 até a metade dos 70 a floresta amazônica foi considerada ou percebida pelo núcleo dirigente do Estado e seus aliados internacionais, principalmente os norte-americanos, como um obstáculo

a ser vencido. A expansão do progresso técnico para a região tinha como suposto fundamental a remoção de uma parcela substancial de suas florestas. Assim, com a justificativa de resguardar as fronteiras nacionais, o Estado procura impor um projeto de modernização na Amazonia que, a exemplo das demais regiões do país, caracteriza-se pelo agravamento das condições sociais de vida de uma significativa parcela da população e privilegia grandes grupos empresariais com diversos incentivos fiscais e financeiros no intuito de dirigir investimentos para essa nova fronteira (Paula, 2013, p.80).

Por outro lado, segundo Ponte (2014), a inserção da pecuária extensiva no Acre também trouxe novos desafios, pois grandes áreas de floresta foram desmatadas para dar lugar à criação de gado, modificando a paisagem e gerando conflitos em relação à posse da terra. Com isso, enquanto muitos seringueiros mantinham firmes na defesa de seus territórios e no sustento familiar através da agricultura e do extrativismo, outros foram seduzidos pelas novas oportunidades oferecidas pela pecuária, o que contribuiu para a fragmentação das comunidades tradicionais.

O resultado foi uma mudança profunda nas relações de trabalho e no uso da terra, além da crescente pressão sobre as áreas florestais. Essas transformações contribuíram para o surgimento de novas formas de organização política e reivindicação de direitos, com os seringueiros emergindo como um novo sujeito político na luta pela preservação da floresta e pela criação de reservas extrativistas.

A este respeito, Paula (2013) destaca:

Para se ter uma dimensão da magnitude dos impactos sociais gerados por esse movimento expansionista, e preciso levar em conta que 72% da população do estado vivia na zona rural, em uma estrutura fundiária caracterizada, na época, por um alto índice de concentração da terra: 514 imóveis com áreas acima de 1.000ha ocupavam 93,59% das terras cadastradas; 526 estavam na faixa de 101 a 1.000ha, equivalentes a 4,63%; 2.807 na faixa 1,0 a 100ha, correspondentes a 1,78% da área cadastrada (INCRA, 1998). Além da alta concentração da propriedade da terra, “85,3% das famílias ocupadas no setor primário não eram proprietárias das terras que cultivavam” (Silva, 1982, p. 48), isto é, um enorme contingente de “posseiros”, formado por seringueiros, ribeirinhos e colonos (Paula, 2013, p. 85).

A viabilidade econômica, ambiental e social do extrativismo como modelo de produção familiar está relacionada à diversificação da produção. Esse modelo, que combina a coleta, beneficiamento e distribuição de produtos da biodiversidade nativa com a agricultura e a pecuária, representa um modelo efetivo de assentamento rural que concilia a preservação do meio ambiente com a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Os padrões de organização do espaço amazônico, exerceram um impacto significativo no estado do Acre, especialmente o padrão *estrada-terra firme-subsolo*, durante a segunda metade do século XX. A construção de estradas facilitou o acesso às áreas anteriormente utilizadas quase que exclusivamente pelos *povos-que-vivem-da-floresta* na Amazônia acreana,

revelando suas riquezas e atraindo novos agentes produtivos e práticas econômicas para o território amazônico.

De forma mais explicativa, no Acre é possível notar que os interesses de “rasgar” a floresta, como diria Loureiro (2009), seguem em alta, isso porque em novembro de 2019 foi dado início um trabalho de abertura de uma trilha de cerca de 90 quilômetros do município de Cruzeiro do Sul até o município peruano de Pucallpa, a responsável pela abertura dessa trilha foi, de acordo com o G1 Acre, a Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – SEINFRA. Utilizamos esse salto temporal de exemplo da estrada para Pucallpa para trazer a mesma lógica que foi utilizada na década de 1970

O jornalista acreano Leandro Chaves publicou em março de 2022 uma reportagem que discutia a problemática da abertura de uma estrada que atravessaria uma unidade de conservação, o parque nacional da Serra do Divisor, que fica localizada no município acreano de Mâncio Lima. Na ocasião, Chaves destacou:

As primeiras discussões da estrada ocorreram entre 2005 e 2011, mas foram enterradas por falta de apoio político. A ideia voltou à tona em 2019, quando representantes de grandes produtores rurais assumiram o governo do Acre, depois de duas décadas sem cargos.

A família do governador Gladson Cameli é dona de uma madeireira que, nos anos 1990, foi acusada de extração ilegal no território indígena de Ashaninka, vizinha ao parque. Em 2020, um acordo pôs fim à disputa judicial que se estendia, e a empresa Mamud Cameli concordou em indenizar os indígenas em R\$ 14 milhões (Chaves, 2022, n.p).

Em uma declaração presidencial<sup>5</sup> conjunta em fevereiro, o então presidente do Peru, Pedro Castillo, e Jair Messias Bolsonaro, abordaram vários pontos, sendo a estrada o único ponto de aparente desacordo entre os líderes. Apenas o ex-presidente Bolsonaro expressou a intenção de continuar com sua construção: “Bolsonaro reiterou o interesse do governo brasileiro na conexão terrestre entre Cruzeiro do Sul (AC) e Pucallpa (Ucayali), destacando seu grande potencial para impulsionar a integração econômica”, conforme indicado no documento.

Em matéria a este respeito a revista eletrônica National Geographic Brasil destaca:

A rodovia, que pretende ligar Cruzeiro do Sul (Brasil) a Pucallpa (Peru), é promovida pelo governo de Jair Bolsonaro e pelo governo regional de Ucayali e evoca inevitavelmente o fantasma da bioceânica, uma cara obra viária construída pela empresa brasileira Odebrecht, cujo objetivo era promover o comércio entre os dois países, mas acabou sendo investigada pela má gestão na sua execução, além de ter desencadeado o desmatamento de 177 mil

---

<sup>5</sup> Nota à imprensa nº 17 publicada em 03/02/2022 pelo Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-presidencial-conjunta-dos-presidentes-da-republica-federativa-do-brasil-jair-messias-bolsonaro-e-da-republica-do-peru-jose-pedro-castillo-terrones](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-presidencial-conjunta-dos-presidentes-da-republica-federativa-do-brasil-jair-messias-bolsonaro-e-da-republica-do-peru-jose-pedro-castillo-terrones). Acesso em 15 de janeiro de 2024.

hectares de floresta nativa no lado peruano (Site da National Geographic Brasil, 2020, n.p).

A reportagem cita “o fantasma da bioceânica”, que se refere a Estrada do Pacífico que prometia trazer uma nova forma de integração do Brasil com a região dos Andes e, posteriormente, com o mercado asiático (Bicalho, 2013, p.22). As situações mencionadas acima ilustram como o modelo de produção *estrada-terra firme* tomou forma no Estado e desde a década de 1960 até os dias atuais a produção do espaço econômico do Acre a partir dos governos, tanto federal, mas sobretudo o estadual, buscam subterfúgios para o desenvolvimento da região através de modelos exógenos à região e que impactam consideravelmente a população que vive dos recursos naturais. A ala empresarial por outro lado é grande aliada dessas propostas de desenvolvimento, desenvolvimento este que beneficia apenas esta pequena parcela da sociedade acreana, os ricos.

Sob essa perspectiva, é possível observar que a nova forma de organização espacial ao longo das rodovias ocasionou mudanças políticas na Amazônia e, conseqüentemente, no Acre. Novos agentes socioeconômicos passaram a atuar na região, provocando a marginalização da antiga elite tradicional, representada pelos seringalistas e os barões da borracha. Esse novo padrão de organização espacial trouxe a pecuária como atividade predominante para o território acreano, o que gerou reivindicações por parte dos seringueiros, cujo modo de vida foi totalmente prejudicado pela posse da terra e o desmatamento ocasionados pela atividade pecuarista.

Na década de 1970, principalmente pecuaristas do centro-sul do Brasil, atraídos pelo baixo preço das terras acreanas e pela promessa de lucro fácil, migraram para o Acre, buscando estabelecer e expandir negócios agropecuários nas áreas rurais anteriormente ocupadas pelos seringais. No entanto, essa migração resultou apenas na transferência de problemas, uma vez que a significativa mudança na economia regional desencadeou uma disputa incessante pela posse da terra, envolvendo comunidades locais como indígenas, seringueiros, assentados e grandes latifundiários. A este respeito Machado (2016) destaca:

Motivados pelo slogan *Investir no Acre, produzir no Acre e exportar pelo Pacífico*, muitos empresários do Centro-Sul vieram investir no Acre, principalmente, na pecuária. Outros, vieram apenas especular com as terras acreanas.

O governador Wanderley Dantas, cujo mandato foi de 1971 a 1974, teve seu governo conhecido na história do Acre como *O governo que abriu as porteiras do Acre para os “paulistas”*. Este pretendia ter, na pecuária, a linha mestra para o desenvolvimento do Estado.

O fenômeno da pecuarização propagou-se rapidamente nas terras acreanas, principalmente nos municípios do Vale do Acre, devido ao fato de sua posição geográfica oferecer melhores condições de acesso que a dos Vales do Juruá e Purus (Machado, 2016, p. 13).

Os investimentos no *marketing* do governo nessa época foram bem sucedidos, pois as condições naturais do Acre favoreciam a criação de pastagens, essenciais para a criação de gado. O governo estadual também incentivou a migração de pessoas interessadas em desenvolver projetos pecuários, oferecendo incentivos fiscais, acesso facilitado ao crédito por meio de financiamentos com baixas taxas de juros e prazos de carência prolongados. Essas estratégias eficazes atraíram numerosos migrantes do centro-sul do Brasil para o Acre.

Nesse sentido, Nascimento (2013) destaca:

Enquanto o Brasil modernizava-se, o Acre continuava com a agricultura tradicional, alheio ao processo nacional, porém, ao tomarem o poder no Brasil, após o golpe de 1964, os militares definiram políticas públicas para a Amazônia, visando seu suposto povoamento. Por ser uma região de fronteira, formas definidas de estratégias de integração foram criadas visando a segurança nacional. Paradoxalmente, sob o slogan *Integrar para não Entregar*, o governo concedia enormes concessões a grupos estrangeiros, principalmente para a exploração de minerais (Nascimento, 2013, p. 72).

Com a chegada de pecuaristas de outras regiões, atraídos pelos benefícios fiscais e acesso ao crédito, o desmatamento e a degradação ambiental se intensificaram, uma vez que os fazendeiros priorizavam a expansão das pastagens, ameaçando ainda mais a atividade extrativista. Diante da devastação de suas terras, os seringueiros começaram a se organizar para impedir a destruição da floresta, fonte de subsistência através da coleta de castanhas, látex e outros recursos. Nesse sentido, Machado acrescenta:

As terras acreanas, antes ocupadas e organizadas em função do extrativismo vegetal, cederam gradativamente lugar às fazendas. Consideráveis partes das florestas foram derrubadas e transformadas em grandes pastagens, destinadas à pecuária bovina para o corte. Com a pecuarização, o extrativismo que já entrara em crise devido ao corte dos incentivos governamentais para sua produção e pelo fato de outros centros terem passado a produzir borracha de melhor qualidade e em maior escala, retraiu-se, transformando a paisagem geográfica acreana (Machado, 2016, p. 13-14).

Uma das estratégias mais notáveis foi a resistência pacífica dos seringueiros, que enfrentavam ameaças e violência por parte dos capatazes das fazendas, contratados para proteger os interesses dos fazendeiros, essas estratégias de resistência ficaram conhecidas como “empates” (Paula, 2016).

Paula (2013) ainda enfatiza que:

Existem outros olhares sobre a expansão da fronteira para o Acre. Sob um viés antropológico, Aquino (1976) enfatiza a forma de expropriação violenta praticada pelos “novos proprietários rurais” contra os ocupantes das terras acreanas e as reações a esse processo que resultaram em inúmeros conflitos sociais no campo. Nesse confronto político acabariam sendo forjadas, segundo ele, duas identidades distintas: a dos “paulistas” e a dos “acreanos”. Os “paulistas” – denominação dada regionalmente aos “novos proprietários” de terras oriundos do Centro-Sul do Brasil -, vistos como os verdadeiros inimigos dos “acreanos” – seringueiros, colonos e índios

–, que seriam as vítimas iniciais da expropriação em massa no campo (Paula, 2013, p. 89).

Deste modo, é neste cenário de resistência que as Reservas Extrativistas (RESEX) emergiram como uma resposta à degradação ambiental e à ameaça de perda de terras. Sua criação representou um marco na proteção do modo de vida dos seringueiros e na preservação da biodiversidade amazônica, entretanto, vale ressaltar que o processo para a criação das reservas não se deu de forma simples. Exploraremos agora como as Reservas Extrativistas se tornaram uma ferramenta importante para conciliar a conservação ambiental com os direitos das comunidades locais.

Na década de 1970, o mundo testemunhou os impactos ambientais devastadores do crescimento econômico desenfreado, uma realidade que não podia mais ser ignorada. Nesse contexto, emergiu os movimentos ambientalistas que ganharam força a partir da década de 1970, especialmente após a Conferência de Estocolmo em 1972, que foi a primeira conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente. A partir daí, diversas iniciativas e organizações começaram a se mobilizar em defesa da proteção ambiental.

Nos anos de 1980 e 1990, esses movimentos se intensificaram com a criação de ONGs como o Greenpeace e a WWF, além de um aumento na conscientização pública sobre questões como poluição, desmatamento e mudanças climáticas. A publicação de relatórios como o “Relatório Brundtland”, em 1987, também ajudou a consolidar a agenda ambiental global.

De acordo com Camely (2018), esse movimento culminou em acordos internacionais significativos, como o Protocolo de Kyoto, adotado uma década após o “Relatório Brundtland”, em 1997, que estabeleceu metas obrigatórias de redução de emissões de gases de efeito estufa para os países desenvolvidos, e o Acordo de Paris, firmado em 2015, que buscou ampliar esses compromissos de forma global, incluindo todos os países em um esforço conjunto para limitar o aquecimento global.

Organizações não governamentais, como o Greenpeace e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF<sup>6</sup>), também surgiram, pressionando governos e empresas a adotarem práticas mais sustentáveis. Esse movimento marcou o início de uma conscientização ambiental mais ampla e da integração de questões ecológicas nas agendas políticas e econômicas globais impulsionado pela sociedade, que exigia uma mudança fundamental na abordagem da relação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, conforme aponta Schmidlehner (2012) no *Do\$\$iê Acre*, e o autor acrescenta:

---

<sup>6</sup> WWF é a sigla para *World Wildlife Fund*, que em português significa Fundo Mundial da Natureza.

Este movimento inicialmente reivindicou uma mudança de paradigma, a partir do entendimento que crise ambiental vinha sendo causada pelo consumismo nos países centrais e pela sede de extrair matérias primas para suas indústrias.

Os governos também tinham que reagir. Inúmeros estudos foram elaborados por especialistas ambientais, tornando assim a discussão mais técnica e, aos poucos, afastando-a da sociedade [...] (Schmidlehner, 2012, p. 13-14).

De acordo com Silva (2005), no início da década de 1970, o estado do Acre abrigava aproximadamente 200 mil habitantes, dos quais 30% residiam em áreas urbanas e 70% em regiões agrícolas denominadas “campos e florestas”. Essas áreas eram habitadas por alguns grupos indígenas remanescentes da primeira fase da colonização, além de seringueiros e uma outra categoria de agricultores, predominantemente localizados nas margens dos rios, que subsistiam da agricultura de subsistência e da venda de pequenas quantidades de excedentes.

### **1.3 A luta dos seringueiros: a organização sindical e a criação das reservas extrativistas no Acre**

Com a chegada da frente pecuarista, a dinâmica social dos seringueiros enfrentava uma ameaça real. Diante desse cenário, esses grupos precisam buscar estratégias coletivas de resistência, o que efetivamente fazem. De acordo com Schmidlehner (2012), foi a partir da organização sindical, iniciada por volta da década de 1970, e com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e de setores da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação, desenvolvem novas formas de luta e mobilização coletiva, destacando-se os eventos conhecidos como “empates”.

Nesse sentido, Ponte (2014) nos explica o que foi esse movimento de resistência seringueira:

O empate significava um importante instrumento de luta coletiva do seringueiro pela resistência em seu território de vida e de trabalho. Significava a defesa da floresta e, portanto, de suas condições particulares de vivência, ou seja, com base no extrativismo, na agricultura de subsistência, na caça e na pesca, além das dimensões culturais criadas a partir do território da floresta. Essa mobilização era coletiva e contemplava todos os membros da família como mulheres e crianças, além dos seringueiros chefes de família, pois acreditava que inserindo toda a família era uma estratégia para coibir a repressão policial acreditando que amenizaria a violência do ataque policial (Ponte, 2014, p. 108).

Nesse contexto, apesar do papel desempenhado pela CONTAG na questão fundiária no estado do Acre, houve uma desconexão em relação à realidade local, afastando-se das diretrizes do sindicalismo rural. Ao categorizar o seringueiro como posseiro, a CONTAG negligenciou suas particularidades, o que resultou na falta de atendimento às demandas dos sindicatos dos seringueiros (Ponte, 2014).



O que a CONTAG fez foi buscar subterfúgios para caracterizar os seringueiros como posseiros. Assim, “muitos seringueiros se tornam colonos, o que negligenciava as necessidades específicas dessa população em termos territoriais e produtivos” (Ponte, 2014, p. 105). Como resultado, muitos abandonaram as áreas devido às condições desafiadoras de produção e comercialização.

A este respeito Paula (2016) destaca:

A CONTAG instala a sua delegacia no Acre no momento em que o campo atravessa uma situação explosiva, com conflitos sociais pela posse de terras generalizados em todo o estado. Esses conflitos refletem a violência do novo modelo de ocupação econômica da região, ao expropriarem em massa milhares de seringueiros e demais posseiros (Paula, 2016, p. 71).

Essa medida resultou na reconfiguração do espaço agrário acreano, com a chegada de trabalhadores de diferentes origens socioculturais e políticas. Com a ascensão do padrão *estrada-terra firme-subsolo*, a construção da BR-364, financiada pelo Banco Mundial, desencadeou significativa destruição e conflitos violentos na região amazônica (Schmidlehner, 2012). A BR- 364 facilitou o acesso terrestre ao Acre, e, obviamente, entrada de grandes fazendeiros ao Estado.

Além disso, o governo começou a cobrar os empréstimos concedidos aos seringalistas que, com o declínio da indústria da borracha, enfrentaram dificuldades financeiras e falências. Neste cenário, Schmidlehner (2012) destaca a evidência de personalidades importantíssimas no movimento seringueiro no Acre:

Assim, enormes áreas de floresta puderam ser compradas por preços irrisórios. Por meio, ainda, de subsídios do Governo, práticas de grilagem, e com ajuda da polícia, os seringueiros foram expulsos, a floresta derrubada e as grandes fazendas se instalaram. Emergiu assim o movimento de resistência dos seringueiros, liderado por um grupo de pessoas carismáticas, tais como Chico Mendes, Wilson Pinheiro, Ivair Higino, Osmarino Amâncio e Dercy Teles. Chico Mendes conseguiu estabelecer parcerias com pessoas e organizações no exterior, dando assim visibilidade para a luta dos seringueiros em âmbito internacional (Schmidlehner, 2012, p. 15).

Paula (2016) destaca a relevância dos sindicatos no processo de resistência dos seringueiros no Acre, observando que, entre os sindicatos estabelecidos no estado, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia (STR de Brasiléia) e, posteriormente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (STR de Xapuri) ganharam destaque. Assim, Paula (2016) destaca:

O modelo de sindicalismo que se constitui no Acre se expressa de forma mais “pura” no STR de Brasileia, no período de 1976 a 1980, consagrando-o como principal referência da luta de resistência pela terra no estado. Foi no eixo Rio Branco-Xapuri-Brasileia-Assis Brasil que se instalaram os maiores conflitos pela posse da terra no Acre. É nessa região que se deu a maior concentração das fazendas voltadas para a

exploração da pecuária extensiva de corte (Paula, 2016, p. 95).

A CONTAG havia, segundo Paula (2016), desenvolvido uma extensa preparação aos seringueiros, conduzindo cursos sobre sindicalismo com o intuito de fornecer conhecimentos básicos sobre essa forma de organização. Esses cursos abordavam as normas legais de funcionamento dos sindicatos, questões administrativas fundamentais e destacavam a importância dessas entidades para os trabalhadores. Desta forma, os participantes mais aptos eram incentivados a assumir cargos de liderança no então sindicato.

Paula (2016) discorre:

A primeira ação de impacto desse sindicato ocorreu em março de 1976, no seringal Carmem, quando um fazendeiro ameaçou expulsar os seringueiros da área e eles se recusaram a sair. A forma encontrada por esses trabalhadores e pela direção do sindicato foi organizar um grupo de homens para se concentrarem na área onde estava se iniciando a primeira etapa dos trabalhos de desmatamento, para impedir que os peões prosseguissem com o seu trabalho. Realizou-se, assim, o primeiro de uma série de “empates”<sup>7</sup>, como veremos mais detalhadamente adiante. Essa se tornou uma nova forma de luta desenvolvida pelos seringueiros do Are, com o objetivo de impedir os desmatamentos nos seringais por eles ocupados, garantindo assim a preservação de sua principal fonte de sobrevivência: a floresta (Paula, 2016, p. 96).

Os “empates” foram um marco na luta dos seringueiros, demonstrando a eficácia da ação coletiva para reivindicar seus direitos. Além disso, inaugurou uma nova abordagem pelo sindicalismo emergente na região. A CONTAG, preocupada com a segurança, encaminhou relatórios às autoridades competentes avisando que estava agindo conforme legislação da ditadura, a orientação da CONTAG aos seringueiros era que assumissem a responsabilidade pelos “empates”, evitando complicações legais para os sindicatos (Paula, 2016).

A respeito dos empates, em entrevista, Dercy Teles então destaca:

Nesse período os empates eram intensivos, inclusive o primeiro maior empate que aconteceu no município de Xapuri, foi na estrada de Brasileia na Fazenda Santa Fé, que na época pertencia ao município de Xapuri, no dia 2 de maio de 1982 né, que o sindicato era presidido por mim, foram presas 112 pessoas naquele empate. Assim, foi uma grande mobilização, mas também teve esse episódio né que foram presas 112 pessoas num cordão de isolamento, porque não tinha polícia, não tinha espaço pra trancafiar, algumas pessoas foram trancadas em cela que eram consideradas agitadores né, porque na época era, naquela época ainda perdurava a ditadura né, e aí tinha aquelas pessoas que eles chamava de cabeça né, que tavam é... incentivando as pessoas a fazerem revolução [...] inclusive entre essas 112 pessoas tinha mulheres né, as mulheres estavam presente né, nesse evento, inclusive uma pessoa que era da diretoria do sindicato. Agora eu como presidente havia uma orientação da CONTAG, da delegacia regional da CONTAG né, e da própria assembleia do sindicato que o presidente não participaria, porque recentemente tinha acontecido o assassinato do Wilson Pinheiro em Brasileia, e aí a CONTAG e a própria assembleia dos

<sup>7</sup> Os “empates”, já mencionados anteriormente e citados por Paula (2016), consistiam na mobilização de extrativistas armados com suas armas de caça, como a espingarda, e ferramentas de trabalho como a foice e facão – a fim de impedir, ou empatar, que eles avançassem com as derrubadas.

trabalhadores tomaram essa precaução porque achavam (*a ditadura*) que o presidente era o cabeça, era quem conduzia todo esse processo de mobilização, então se tirasse o presidente do páreo (*para eles*) a coisa esfriava né, e aí gente como presidente, a gente não participava, participava da mobilização em si, da articulação, dos contatos, fazia reunião na comunidade, passava os informes tudo e ficava na cidade pra garantir o diálogo com apoiadores, com advogados e tudo mais. (informação verbal).<sup>8</sup>

Segundo Paula (2016), para resolver o conflito, uma reunião foi realizada entre seringueiros, dirigentes do sindicato, a delegacia da CONTAG e o fazendeiro, resultando em um acordo onde os seringueiros concordaram em trocar suas colocações por lotes individuais de 25 hectares de terra. No entanto, o próprio Chico Mendes relatou em entrevista que “tanto a direção do sindicato como os seringueiros não estavam bem certos do que pretendiam; não possuíam uma noção clara do que representava esse tipo de solução” (Mendes, 1988 *apud* Paula, 2016, p. 97).

Foi também na década de 1970, mais especificamente entre 1975 e 1977, que, segundo Paula (2016), foram fundados os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais do Acre, com exceção do STR de Plácido de Castro (Paula, 2016, p. 132), conforme o quadro 2 a seguir:

**Quadro 2: Fundação dos primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Acre**

<b>Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)</b>	<b>Município</b>	<b>Data de criação</b>
	Sena Madureira	20 de setembro de 1975
	Brasiléia	21 de dezembro de 1975
	Rio Branco	23 de maio de 1976
	Cruzeiro do Sul	11 de setembro de 1976
	Tarauacá	19 de dezembro de 1976
	Feijó	09 de abril de 1977
	Xapuri	09 de setembro 1977
	Plácido de Castro	Junho de 1984

**Fonte:** Paula (2016, p. 73; 132); AC24HORAS (2015, s.p). Organizado pelo autor.

Sob a liderança de Wilson Pinheiro no Sindicato de Brasileia e tendo Chico Mendes como secretário, que naquele momento era um dos poucos seringueiros que sabia ler e escrever (Paula, 2016, p. 183), os seringueiros e posseiros começaram a confiar mais na organização sindical, tendo em vista que conflitos com a primeira gestão, ligada à CONTAG, fizeram com que parte dos membros “desacreditassem” no sindicato. Isso resultou em um aumento da resistência contra alguns acordos estabelecidos com os fazendeiros. Paula (2016) ressalta:

<sup>8</sup> Entrevista realizada por telefone com a líder sindical em agosto de 2024.

Entre 1979 e 1980, o Sindicato de Brasileia organizou dezenas de empates para interditar a ofensiva dos pecuaristas. Agravou-se substancialmente a tensão social nessa região, transformando-a numa das áreas de maiores conflitos de terras no país. As ações do STR de Brasileia chegaram a ocupar espaço na grande imprensa nacional, especialmente no jornal O Estado de São Paulo (Paula, 2016, p. 98).

A década de 1980, entretanto, marca uma mudança significativa para o sindicalismo rural no Acre, trazendo consigo desafios adicionais (Paula, 2016). A luta pela posse da terra, que historicamente foi o foco central do movimento, já não é mais o único ponto de convergência das lutas sociais no campo.

Essa transformação não é exclusiva do cenário regional, pois o sindicalismo em todo o país passa por um processo de redefinição em sua orientação (Silva, 2005). Em vários lugares, observa-se um aumento das disputas pela liderança das lutas sindicais entre diferentes correntes políticas que compõem o movimento sindical.

Deste modo, Ponte (2014) destaca:

Com o assassinato de Wilson Pinheiro, em 1980, e com as ações do estado do Acre nas áreas de conflito com a concessão de títulos de posse de terra, houve uma desestruturação do movimento de resistência liderado pelo STR de Brasília (Ponte, 2014, p. 106).

E a autora ainda acrescenta que:

Já o STR de Xapuri foi um dos últimos a ser fundado devido à desarticulação política dos seringueiros locais e a falta de apoio da igreja, mas “em 1984 [se consolida] como a grande referência do sindicalismo rural no estado do Acre” (Paula, 1991, p. 176 *apud* Ponte, 2014, p. 106).

Ao concentrar suas atividades na defesa e na luta pelas demandas dos seringueiros, o STR de Xapuri alcançou sua consolidação em 1984 como a principal referência do sindicalismo rural no estado do Acre. Os “empates” tornaram-se mais frequentes nos seringais de Xapuri, representando a principal estratégia de mobilização desses trabalhadores.

Outra organização que se destaca nesse momento é o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) que, segundo Ponte (2014), foi estabelecido em 1985 como uma organização representativa dos seringueiros, com o objetivo de defender preços justos para a borracha e outros produtos extrativistas, promover alternativas para a comercialização dos recursos da floresta e assegurar a permanência dos seringueiros na floresta, preservando seu modo de vida e de trabalho. Ponte (2014) ainda destaca:

Desse modo, o Conselho Nacional dos Seringueiros surgiu vinculado especificamente aos seringueiros, embora posteriormente acabasse ampliando a base de representação incluindo outros trabalhadores extrativistas como: ribeirinhos, coletores de castanha, açaf, cupuaçu, quebradeiras de coco-babaçu, dentre outros. Nesse contexto, o CNS objetivava “construir no território amazônico vínculos identitários políticos entre os

seringueiros e outras categorias de trabalhadores extrativistas” (Paula; Silva, 2008, p. 109).

Para tanto, o CNS além de ter uma forte base de apoio interna na estrutura sindical, já que apresenta relações estreitas com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, veio para dar unidade ao sindicalismo rural no sentido de assimilar bandeiras de lutas de categorias minoritárias, embora o CNS represente outra forma de organização dos trabalhadores sem manter uma estrutura de sindicato (Ponte, 2014, p. 112).

O CNS ficou estreitamente ligado ao STR de Xapuri, sendo considerado seu principal ponto de apoio. Além disso, recebe influência e colaboração de Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos ambientalistas internacionais (Camely, 2018). Essas entidades desempenham um papel relevante ao divulgar a luta dos seringueiros tanto no cenário nacional quanto internacional, além de fornecerem financiamento para os Encontros Nacionais dos Seringueiros (Ponte, 2014). Sua participação na condução desses encontros também influenciou na modificação do Estatuto do CNS.

O 1º Encontro dos seringueiros acontece então no ano de 1985, e de acordo com Camely (2018, p. 244), é nesse encontro que de fato se firma a aproximação de indígenas e seringueiros. Sobre esse encontro Moraes (2016) destaca que

No 1º Encontro estiveram presentes 17 entidades, entre essas as dos extrativistas do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia. Cento e trinta (130) seringueiros estiveram presentes no encontro, cuja pauta abordou cinco temas: – Direitos históricos dos soldados da borracha (influência dos seringueiros de Rondônia); – Os seringueiros e o desenvolvimento da Amazônia; – Os seringueiros e a reforma agrária; – Política para a borracha; – Cultura, educação e saúde nos seringais. Entre as principais conquistas desse encontro, pode-se destacar: a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); **a elaboração da proposta de reforma agrária diferenciada – as Reservas Extrativistas –; e a proposta de Aliança dos Povos da Floresta, isto é, a união de índios e seringueiros** (Moraes, 2016, p. 140, *grifo nosso*).

Assim sendo, Ponte (2014) complementa:

A Aliança dos Povos da Floresta representa uma união dos sujeitos que aspiram as mesmas necessidades e sofrem as mesmas ameaças vindas da lógica do capital. O construto social da floresta enquanto elemento essencial de vida não corresponde somente aos seringueiros, mas a todos os sujeitos que a habitam historicamente. E foi essa proximidade que aliou seringueiros e índios ocasionando instrumentos de luta e territorialidades semelhantes, tanto é que a proposta da criação da Reserva Extrativista dos seringueiros foi pautada pela luta dos índios pela demarcação das terras indígenas (Ponte, 2014, p. 115).

Deste modo, as Reservas Extrativistas surgiram a partir de um movimento social que tomou forma na década de 1980. Esse movimento foi uma resposta às crescentes pressões sobre os recursos naturais da região, incluindo a expansão do desmatamento, a grilagem de terras e a violência associada a essas atividades.

Paula (2016) enfatiza

A importância da liderança de Chico Mendes nesse movimento nucleado em Xapuri deve-se, sobretudo, à sua formidável capacidade de fazer as conexões entre o particular e o geral. Nesse processo, tão importante quanto o seu resultado imediato – a crítica ao modelo de modernização pautado na destruição da floresta e a elaboração da proposta de Reservas Extrativistas como alternativa a ele – foi a difícil construção de diálogos entre atores sociais e interlocutores diversos. Ao contrário do que se afirma correntemente, o encontro entre a luta de resistência dos seringueiros com organizações e movimentos ambientalistas não se deu de forma tão “harmônica” (Paula, 2016, p. 189).

Assim, ainda de acordo com Paula (2016), Chico Mendes conseguiu estabelecer colaborações com indivíduos e organizações no exterior, o que aumentou a visibilidade da luta dos seringueiros em escala internacional. Reconhecimentos internacionais, como o prêmio Global 500, ajudaram a destacar globalmente a perseguição enfrentada pelos seringueiros e a batalha que estavam travando.

Em 1988, os assassinatos de Wilson Pinheiro e Ivair Higino já haviam ocorrido, e a morte de Chico Mendes parecia iminente para muitos (Schmidlehner, 2012), e de fato era uma tragédia anunciada, pois segundo Camely (2018, p. 176): “duas de suas mais importantes lideranças foram assassinadas: Wilson Pinheiro, assassinado em 21/07/1980, na sede do sindicato de trabalhadores rurais de Brasília, e Chico Mendes, assassinado em sua casa em Xapuri, em 22/12/1988.”

A este respeito, Paula (2016) pontua:

Logo após o assassinato do presidente do STR de Xapuri, Chico Mendes, em 1988, e com as repercussões deste fato na imprensa mundial, o Acre transforma-se em alvo de inúmeras atenções. A partir desse momento, revela-se uma mudança radical nos enfoques dados anteriormente à luta de resistência dos seringueiros, que passam a ser analisados sob a ótica ambientalista (Paula, 2016, p. 18).

Assim sendo, concepção das Reservas Extrativistas não pode ser compreendida apenas no contexto da batalha dos seringueiros, mas também na relevância política assumida pela luta dos povos indígenas pela demarcação de suas terras na conjuntura nacional. Ao adotar as Reservas Extrativistas como uma bandeira de luta, os seringueiros pavimentaram o caminho para uma maior proximidade com o movimento indígena.

Após longos embates e perdas significativas de vidas, o desejo de preservar o território natural dos trabalhadores, a floresta, foi finalmente concretizado, quanto à batalha pela criação das reservas e seu papel na demarcação dessas áreas, é importante considerar que:

As Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos Agroextrativistas, ao lado das Terras Indígenas e das Terras de Quilombo, constituem uma parte importante do regime territorial no Brasil, por assegurarem direitos coletivos para populações que ocupam tradicionalmente biomas de importância nacional: são seringueiros e castanheiros, pescadores artesanais, coletores de babaçu, ervateiros de faxinais, coletores de berbigão, entre outras. O

qualificativo de “tradicional” significa que essas comunidades têm utilizado os recursos do território com tecnologias de baixo impacto. Em vez de “atrasadas”, essas técnicas devem ser vistas como eficientes para a conservação (De Almeida; Allegretti; Postigo, 2018, p. 29).

A proposta da Reserva Extrativista foi significativa tanto para o movimento interno quanto externamente. Internamente, representava a alternativa que os seringueiros necessitavam. Externamente, sua importância residia na contemporaneidade em relação à busca por alternativas que promovessem uma convivência mais equilibrada entre a sociedade e a natureza. Assim:

A Reserva Extrativista é a reforma agrária do seringueiro. É o reconhecimento de áreas de floresta, ocupadas tradicionalmente por seringueiros e outros extrativistas, como áreas de domínio da União, com usufruto exclusivo dos seringueiros organizados em cooperativas ou associações. Na REs não há títulos individuais de propriedades. Nelas serão respeitadas as culturas e as formas tradicionais e organização de trabalho dos seringueiros, que continuarão a realizar a extração de produtos de valor comercial como a borracha, a castanha e muitos outros, bem como a caça e pesca não predatória, juntamente com pequenos roçados de subsistência em harmonia com a regeneração da mata. As REs não serão inviáveis economicamente: garantida a floresta, os seringueiros organizados aumentarão a produtividade, introduzindo inovações tecnológicas adequadas. Além disso, dará continuidade à criação de escolas, postos de saúde e cooperativas geridas por seringueiros. A RE não é apenas a reforma agrária dos seringueiros, mas também uma forma de preservação da natureza e dos que dela dependem (STR de Xapuri, CNS, CUT, 1989:16 *apud* Paula, 2016, p. 153).

Para entender a concepção dessa proposta, é importante destacar que, até então, a legislação brasileira não contemplava a categoria de Reserva Extrativista. As leis ambientais se concentravam principalmente nos aspectos físico-geográficos e *bioecológicos* da natureza, resultando na criação de Parques, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, entre outras categorias.

Assim, a criação das reservas extrativistas na Amazônia, ou apenas RESEX, foi definida por Alegretti (2002) como “a reforma agrária da Amazônia” (Camely, 2018, p. 253). No entanto, no Acre, a criação das reservas extrativistas tomou um rumo diferente após a ascensão da chamada Frente Popular, uma coalizão política liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que adotou o lema “Governo da Floresta” a partir de 1999. Sob esse contexto, as Reservas Extrativistas passaram a ser encaradas como uma forma de reforma agrária estadual. Camely (2018) destaca essa mudança de direção durante esse período:

O PT no Acre teve sua ascensão ligada ao movimento seringueiro e chegou ao governo estadual em uma frente de vários partidos que governa o estado desde 1999. Após o assassinato de Chico Mendes, passou a usar a imagem dele como ícone do governo estadual da Floresta. Desde a campanha eleitoral de 1990, o PT do Acre aciona a trajetória do movimento seringueiro como símbolo da identidade acreana, da acreeanidade. Segundo Moraes (2008) esta construção identitárias têm contribuído para o consenso em torno das políticas públicas de cunho ambientalista no estado do Acre

(Moraes, 2008 apud Camely, 2018, p. 273).

As reservas extrativistas no Acre representam uma estratégia inovadora para a conservação ambiental e a proteção das comunidades tradicionais. A primeira Reserva Extrativista do Brasil foi a Resex Alto Juruá, criada em 23 de janeiro de 1990, por meio do Decreto Presidencial nº 98.863, que estabeleceu a unidade de conservação federal em uma área de 506.186 hectares (MMA, 2001).

A criação da RESEX Chico Mendes, também em 1990, foi um reconhecimento da importância do legado deixado pela luta dos seringueiros. A reserva não apenas protege uma área significativa da floresta amazônica, mas também serve como um espaço de resistência e afirmação dos direitos das comunidades que dependem do extrativismo.

A Reserva Extrativista Chico Mendes ganhou notoriedade internacional não apenas por sua vasta extensão e biodiversidade, mas principalmente por carregar o nome de um dos mais emblemáticos defensores da Amazônia e dos direitos dos trabalhadores rurais, Chico Mendes. O ativista seringueiro, que se tornou um símbolo de luta pela preservação ambiental, dedicou sua vida à defesa das florestas e das comunidades extrativistas no Acre.

Silva (2023) destaca:

Teles insere mais uma vez em sua narrativa o pesar do assassinato de Chico Mendes. Ela comenta mais uma vez sobre a tristeza de existir um discurso voltado à sustentabilidade e progresso usando o nome de Chico Mendes para agentes de poder terem notoriedade política, mas sem ter coerência com o discurso formado e as políticas públicas em relação a RESEX Chico Mendes. Ainda cita a forma “mascarada” de agir dos agentes envolvidos na exploração da natureza, e pontua “você tem o tapete puxado, tomba no solo e não se dá conta que é esse tal do desenvolvimento que tá te jogando, te botando pra atrás a ponto de você perder a tua identidade”. Sobre a “identidade”, a sindicalista se refere também ao processo de modernização vendido pelo capitalismo, e na mesma comunicação oral Teles aborda sobre as mudanças acontecidas na RESEX após a instalação de energia elétrica. Em que segundo ela, os meios de consumo são formas de reproduzirem um consumo capitalista prejudicial às vidas dos moradores da zona rural, e não condizente com a vida financeira da maioria. Dercy Teles não relaciona diretamente a “perda de identidade” dos povos tradicionais com a chegada da energia elétrica. Entretanto, pontua sobre o acesso a um aparelho de televisão, e outros eletrônicos como gatilho de interesse de consumo, o que leva os trabalhadores rurais a venderem até um único boi em sua posse para conseguir adquirir esses produtos (Silva, 2023, p. 57-58).

A reserva, portanto, não é apenas um espaço geográfico; é um símbolo de interseção entre a conservação ambiental e a justiça social, refletindo a visão de Mendes de que as florestas devem ser preservadas para as futuras gerações, em harmonia com as comunidades que delas dependem.

Após vários anos desde a fundação da RESEX Chico Mendes, é evidente que os desafios permanecem, especialmente no que diz respeito à questão da terra que ainda está longe



de ser resolvida. Dercy Teles, figura central na luta por uma resolução satisfatória desse problema, ocupou a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Xapuri em quatro ocasiões distintas, ela mesma nos recorda sua passagem pelo STR:

Eu fui presidente do sindicato pela primeira vez nos anos 80 né, no período de 81 a 82 pelo período de um ano né, porque naquela época o mandato dos presidentes era de dois anos, eu conclui o mandato do presidente fundador que foi afastado pela assembleia geral, e me elegeu, não só a mim, elegeu uma nova diretoria né pra concluir o mandato. É, nesse período ainda na época de... na década de 80 melhor dizendo né. Em 2006 eu retornei ao sindicato como oposição, fui presidente por dois mandatos consecutivos né, de 2006 à 2009 por um período de três anos que na época o estatuto preconizava um mandato de três anos, depois na reforma estatutária o mandato de quatro anos. Então eu fui presidente consecutivamente por dois mandatos por um período de sete anos, e num outro mandato de quatro anos como vice-presidente (informação verbal)<sup>9</sup>.

Durante seus mandatos no STR de Xapuri, Dercy estabeleceu parcerias com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Comissão Pastoral da Terra e outras entidades ligadas aos trabalhadores e extrativistas da RESEX Chico Mendes (Camely, 2018). No entanto, suas críticas construtivas às políticas governamentais geraram tensões e conflitos com o PT, que a via como uma crítica necessária, mas também como uma adversária em determinados momentos<sup>10</sup>.

Segundo Camely (2018):

Depois de 28 anos de sua criação e de ter sido alardeada como a solução de todos os problemas dos camponeses extrativistas, a situação daqueles que vivem na RESEX Chico Mendes é de graves dificuldades, a maioria vivendo em condição de miséria. Seguem enfrentando os mesmos problemas do período anterior e principalmente o problema da terra não está resolvido (Camely, 2018, p. 262).

Atualmente, nas proximidades da Reserva Extrativista Chico Mendes, há extensas propriedades rurais dedicadas à atividade pecuária, exercendo pressão considerável sobre a região (Obadowsky e Jarrah, 2023). Devido à instabilidade das receitas provenientes da economia extrativista, especialmente relacionada à produção de castanha e à baixa extração de látex, muitos residentes da RESEX são tentados por ofertas de grandes proprietários rurais locais.

Essas ofertas frequentemente envolvem a venda de suas terras em troca de dinheiro ou a conversão dessas áreas em pastagens para a pecuária. Esses incentivos financeiros colocam em risco a sustentabilidade das práticas extrativistas e a preservação da floresta, levando a uma crescente transformação da paisagem local.

<sup>9</sup> Entrevista realizada com a líder sindical em agosto de 2024.

<sup>10</sup> Temas que aparecerão no capítulo 2 dessa dissertação detalharemos mais a trajetória de desta importante líder sindical no Acre.

O fato levantado por reportagem de Obadowsky e Jarrah (2023) leva ao desmatamento da floresta para a criação de pastagens. Como resultado, a pecuária é realizada de forma compartilhada, num sistema comumente chamado de “boi na meia”<sup>11</sup>, resultando em um aumento expressivo no número de rebanhos dentro da unidade de conservação, excedendo os limites aceitáveis para esse tipo de atividade.

Numa entrevista realizada por Camely (2018), Dercy Teles relata sobre a farsa que gira em torno da criação da RESEX:

A criação da RESEX não resolveu o problema da terra. Hoje os seringueiros estão sob a tutela dos órgãos do estado, como o IBAMA, que impõe regras que impedem a produção. Viver apenas do extrativismo não é possível. Durante estes dezoito anos não foi desenvolvida uma política que garantisse mercado para os produtos extrativistas. Hoje, viver exclusivamente do extrativismo é estar condenado a viver na miséria. A situação da maioria dos extrativistas é ter de colocar dez latas de castanha num burro e andar dois ou três dias para vender este produto. O mesmo com a borracha, e para esta a situação do mercado é muito pior [...] é por estas dificuldades extremas que alguns foram criar gado, porque para o gado não falta mercado e ele chega até o mercado com as próprias pernas ou mesmo o comprador vai até lá buscar. Isto é o principal problema dos seringueiros, não ter como viver com dignidade. O acesso à saúde e à educação é inexistente, se nem na cidade se tem acesso, imagine no campo. A ideia que se tinha era que a Reserva Extrativista seria gerenciada pelo seringueiro. Toda essa mudança, essa burocratização, ela se deu ao longo da pelegagem, depois que os líderes do movimento deixaram de representar os interesses dos trabalhadores. Porque este Plano de Utilização da RESEX acaba sendo um tiro no pé da pessoa. Porque do jeito que este plano do IBAMA veta todas as atividades complementares, mas que na realidade são principais, porque o extrativismo está desvalorizado, e os produtos extrativistas que são citados como possibilidades, simplesmente não existem, porque não existe uma política de mercado que dê alguma garantia a estes produtos. Então os trabalhadores da Reserva estão sem alternativas de continuarem vivendo na Reserva, porque do extrativismo é impossível viver e as atividades complementares são inviabilizadas pelas normas estabelecidas pelas regras ambientais. (Dercy Teles Cunha apud Camely, 2018, p. 262-263).

A fala de Dercy é completamente carregada de significado, devido à sua longa experiência na reserva, onde testemunhou o crescente avanço da atividade agropecuária nas áreas circundantes e até mesmo dentro da própria reserva. Isso ocorre devido à falta de apoio aos moradores, que veem na pecuária uma opção mais atrativa e imediata para obter retorno financeiro.

No interior da Reserva Extrativista Chico Mendes, diversas famílias ainda dependem inteiramente das atividades extrativistas para sua subsistência. Entretanto, um obstáculo significativo destacado por Obadowsky e Jarrah (2023) é a falta de atualização do número de

---

<sup>11</sup> No esquema denominado “boi na meia”, os residentes da reserva assumem a responsabilidade pelo pasto, arrendando a terra e retendo a primeira cria como forma de pagamento. As crias subsequentes são divididas, com metade destinada aos residentes e a outra metade ao proprietário do gado, o pecuarista. Os bezerros nascidos dentro da reserva são posteriormente vendidos ao fazendeiro que introduziu o gado ilegalmente na região. Este último, então, revende os animais de forma “legalizada” fora da Reserva Extrativista, como se nunca tivessem estado dentro de uma unidade de conservação na Amazônia (Obadowsky e Jarrah, 2023).

famílias e indivíduos que dependem da reserva, uma vez que os dados não são atualizados desde 2009.

Essa falta de atualização, segundo Obadowsky e Jarrah (2023), em parte atribuída à responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio – de realizar um recenseamento periódico, resulta em muitas pessoas, inclusive nativos da reserva, que não constam nas estatísticas oficiais, dificultando a compreensão e atendimento das necessidades das comunidades locais. O avanço contínuo da atividade pecuária e as ameaças persistentes à Reserva Extrativista Chico Mendes refletem os desafios enfrentados na preservação da região Amazônica como um todo.

A preservação da Amazônia é uma preocupação global, como apresenta Camely (2018), entretanto essa preocupação muitas vezes é mascarada pelos interesses capitalistas na região amazônica que, de acordo com Paula (2013):

Trata-se de um processo movido por forças representantes de interesses aparentemente contraditórios: de um lado, petroleiras, mineradoras, madeireiras, agronegócio, corporações ligadas a biotecnologias e, de outro, ONGs ambientalistas. Na produção midiática, comprometida com a ideologia do “capitalismo verde”, esses conflitos são abordados como resultado do confronto entre as forças do “bem” e do “mal”, isto é: de um lado, os que almejam um estilo de “desenvolvimento” que contemple as preocupações com a conservação ambiental e, de outro, os que mantêm a lógica da produção destrutiva (Paula, 2013, p. 22).

Deste modo, observamos que ao longo da história, a região amazônica foi moldada pelos interesses do capital internacional, visando tanto os mercados internacionais quanto o nacional. Desde o padrão inicial *Rio-Várzea-Floresta* (Porto-Gonçalves, 2012) até os dias atuais, atividades como exploração madeireira, pecuária sem fiscalização e abertura de estradas destacam a influência dos interesses econômicos sobre o ambiente local.

As transformações no espaço amazônico foram influenciadas por diversos fatores e atores ao longo do tempo, resultando em realidades distintas. A vasta riqueza natural da Amazônia impulsionou seu desenvolvimento desde a colonização, atendendo a diferentes interesses ligados ao sistema de produção predominante e à divisão internacional do trabalho (Loureiro, 2009, p. 233).

No Acre e em grande parte da região, esses processos se intensificaram com investimentos em projetos de infraestrutura e desenvolvimento territorial. O avanço da atividade pecuária e as ameaças à Reserva Extrativista Chico Mendes refletem os desafios na preservação da região. Estudos independentes, como os desenvolvidos pelo Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia – o IMAZON (Imazon, 2022), destacam a urgência de ações coordenadas para proteger áreas que deveriam ser preservadas.

Atualmente, a promoção da atividade agropecuária é um dos focos predominantes na região, porém, em paralelo, observa-se um aumento significativo nas atividades de garimpo ilegal em terras indígenas, mineração descontrolada, extração ilegal de madeira e pesca desenfreada. Essas atividades ganharam força durante o governo Bolsonaro (2019-2022), que, em grande parte, negligenciou as preocupações e necessidades das populações amazônicas e tradicionais. Diante disso, a contínua produção do espaço amazônico permanece em constante mudança, nos fazendo ficar com o seguinte questionamento: a quem o desenvolvimento na Amazônia interessa?

Vale aqui destacar que existem muitas narrativas fantasiosas, exageradas e cheias de alegorias que moldam a imagem da Amazônia conforme a visão do colonizador. O etnocentrismo europeu buscava conexões com sua própria cultura, apesar das enormes diferenças. Essa perspectiva persiste até hoje, resultando em diversas distorções na representação e na percepção da região.

No tópico a seguir, trataremos um pouco sobre a resistência indígena na Amazônia e as formas que esses povos foram deixados de lado na produção do espaço amazônico, sendo vistos como “seres sem alma” e até conflitos com seringueiros até a formação da já citada “Aliança dos povos da floresta”.

#### **1.4 A articulação dos Povos Indígenas no Acre: um olhar sobre sua organização e resistência**

Nesta seção buscamos debater sobre como os povos indígenas do Acre, ao longo do tempo, viram seus territórios invadidos por não-indígenas, em nome de interesses econômicos ligados ao capital. No final do século XIX e início do século XX, como já mencionado neste capítulo, a economia do látex tornou-se a principal atividade econômica na Amazônia, impulsionada pela demanda internacional.

Essa atividade econômica trouxe consigo a invasão de territórios indígenas por seringalistas, que impuseram uma nova dinâmica econômica e social na região, muitas vezes à custa da expulsão e marginalização dos povos originários. Os indígenas, que possuíam uma relação de equilíbrio com a floresta, foram forçados a se adaptar ou a resistir à lógica extrativista imposta pelos não-indígenas, que visavam à exploração intensa e insustentável dos recursos naturais.

Com o declínio da economia da borracha na década de 1960, a pecuarização emergiu como uma nova estratégia de desenvolvimento capitalista na região. As políticas

governamentais criaram a conversão de grandes áreas de floresta em pastagens para a criação extensiva de gado, promovendo o desmatamento e aumentando a pressão sobre os territórios indígenas.

Assim, as propostas de pecuarização, associadas à construção de rodovias e incentivos fiscais, agravaram ainda mais a invasão de terras indígenas, muitas vezes levando à expulsão de comunidades inteiras ou à manipulação de seus territórios tradicionais. Esses processos de invasão e exploração, promovidos pelo capital, continuam a ameaçar os modos de vida dos povos indígenas, que enfrentam uma luta constante para preservar suas terras e suas culturas.

As interações entre os indígenas e os migrantes nordestinos no Acre apresentam um padrão complexo de conflito e assimilação. O massacre dos indígenas durante as chamadas correrias, ocorridas nos primórdios da ocupação da região pelos seringueiros, juntamente com as doenças introduzidas por esses migrantes, que dizimaram aldeias inteiras, é uma narrativa frequentemente abordada por antropólogos e historiadores do Acre e da Amazônia (Wolff, 1998). Essa história tem implicações culturais e ecológicas, pois a morte dos indígenas também resultou na perda de seu conhecimento sobre a floresta.

De outro lado, nestas correrias vários grupos se tornaram, ou foram forçados a se tornar, seringueiros ou trabalhadores rurais, mantendo, no entanto, sua identidade distinta em relação aos “cearenses”. Muitas mulheres foram “amansadas” e passaram a ser parceiras dos seringueiros, enquanto diversas crianças foram adotadas por cidadãos locais. Além disso, muito do conhecimento sobre a floresta e as formas de sobrevivência, assim como outros aspectos culturais, como magias, festas e relações de parentesco, foram absorvidos pelos seringueiros.

A respeito das “correrias”, Wolff (1998), explica:

As expedições de matança e apresamento de índios eram chamadas de correrias. Eram organizadas por profissionais contratados pelos patrões dos seringais e muitas vezes os seringueiros participavam delas. Ao mesmo tempo em que justificam a existência dessas expedições, as pessoas, hoje, mantêm uma imagem sangrenta das mesmas (Wolff, 1998, p. 161).

Já a ideia de “fronteira indígena”, conforme descrita por Manchineri (2019) em sua dissertação, surge como resultado de séculos de invasão e exploração de territórios indígenas por não-indígenas, movida por interesses econômicos e políticos. Desde a exploração do látex no final do século XIX até as recentes políticas de pecuarização, as terras indígenas no Acre têm sido alvo de projetos desenvolvimentistas que visam a expansão do capital, muitas vezes disfarçados pelo discurso de integração nacional e progresso.

Esses projetos não apenas fragmentaram as terras indígenas, como também forçaram as comunidades locais a se dispersarem e se adaptarem a novas realidades econômicas e sociais.

A construção de estradas, como também a já mencionada *Transoceânica*, e a introdução de atividades como a pecuária extensiva e a extração de madeira, aceleraram a ocupação e manipulação das áreas indígenas, resultando em uma “fronteira de conflito”, na qual as tradições e o modo de vida dos povos indígenas foram continuamente desafiados.

Essa fronteira, como menciona Manchineri (2019), não é apenas um espaço físico, mas também um campo de disputas simbólicas e políticas. Nesse sentido, a autora destaca:

O que nos chama atenção são que o discurso que se tem que nessas fronteiras muitos as consideram como espaços vazios pelas quais são constantemente ameaçados por moradores em territórios vizinhos como é o caso do Peru e Bolívia que durante muito tempo disputou as terras acrianas com o Estado brasileiro. A maior preocupação dos povos que vivem na tri-nacional BR-BOL-PE é que esses problemas que envolvem as fronteiras indígenas remontam desde a chegada do “branco”, que fez com que os Manchineri se dispersassem em vários locais dos três países (Manchineri, 2019, p. 52).

As fronteiras nacionais, muitas vezes vistas como delimitadores rígidos, são constantemente contestadas e reinterpretadas pelos povos indígenas, que têm um entendimento diferente do conceito de fronteira. Para os Manchineri, povo da autora, a fronteira não se limita às divisões geográficas impostas pelos Estados-nação, mas está relacionada às suas relações sociais e familiares, transcendendo as barreiras nacionais do Brasil, Peru e Bolívia. Ao longo do tempo, essa fronteira indígena se tornou um espaço de resistência, onde as comunidades continuam a lutar pela preservação de suas terras e culturas, enquanto enfrentam a constante invasão de seus territórios por não-indígenas e os interesses capitalistas.

A presença de povos indígenas na fronteira tríplice entre Brasil, Peru e Bolívia é uma evidência de como esses assentamentos resistiram à fragmentação imposta pelas políticas governamentais, mantendo suas conexões culturais e familiares, apesar das tentativas de “civilização” e integração forçada pelo Estado. No entanto, como destaca Manchineri (2019), essa fronteira é também um espaço de tensão constante, onde os discursos de desenvolvimento e sustentabilidade colidem com os direitos territoriais e as tradições indígenas, criando um ambiente de conflito e resistência.

Em entrevista, a coordenadora da Associação de Mulheres Jaminawa-Arara do Rio Bagé – Maria José, da aldeia São Sebastião, Terra Indígena Jaminawa-Arara, no município de Marechal Thaumaturgo destaca pontos semelhantes ao que Manchineri (2019) trata sobre as fronteiras de conflito. Maria José pontua:

No passado, minha mãe sempre conta e eu conto para os meus filhos e meus netos, existiu um grande conflito entre os indígenas, os Jaminawa-Arara do Rio Bagé, e os extrativistas da Reserva Extrativista Alto Juruá. Isso porque o nosso território, ele era um território muito maior do que o que é hoje e o nosso povo fez na verdade foi tentar

retomar o nosso território. Com a criação da reserva, aconteceram muitos conflitos entre os indígenas e os extrativistas. Hoje não, já temos vários encontros, vários torneios entre as comunidades que fazem com que a gente se confraternize. Mas esse já foi um território de muitos conflitos. (informação verbal).<sup>12</sup>

De acordo com Pimenta (2015), os povos indígenas começaram a se tornar atores, do ponto de vista da luta e resistência, na história do Acre por volta da década de 1970, quando gradualmente se uniram no campo interétnico para proteger seus direitos, especialmente os territoriais. Essa posição política foi uma resposta à nova onda de colonização da região, impulsionada pelas ações de desenvolvimento da Amazônia durante a ditadura militar.

No contexto do Acre, é relevante destacar a presença do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), bem como da Comissão Pró-Indígenas do Acre (CPI-Acre), uma ONG para questões indígenas, e do antropólogo Terri Valle de Aquino (1977). Esses agentes foram os pioneiros em defender os interesses e direitos dos povos indígenas.

No tempo das “correrias”, os indígenas acreanos vivenciaram uma grave onda de violências, ressaltado por Moraes (2016):

O “tempo das correrias” corresponde aos primeiros contatos dos povos indígenas com a sociedade envolvente, a partir do final do século XIX. Esse contato foi marcado por violentos conflitos e expedições armadas que resultaram em massacres, acirramento de conflitos intertribais, ocupação de antigos territórios indígenas por seringueiros e seringalistas nordestinos, e dispersão dos remanescentes pelas cabeceiras dos rios. No caso dos índios do Vale do Juruá, estes, além de sofrerem a ação da frente extrativa da seringa, sofreram, também, a ação da frente extrativa do caucho. A primeira, empreendida por seringueiros brasileiros, e a segunda, por *caucheiros* peruanos (Aquino e Iglesias, 1994). O “tempo das correrias” é diferenciado em duas fases: uma, de conflito aberto contra os indígenas, a qual objetivava “limpar” a mata para os seringueiros cortarem a seringa e, a segunda, a partir de 1910-20, com objetivo de capturar o índio e incorporá-lo à empresa seringalista (Aquino & Iglesias, 1994 *apud* Moraes, 2016, p. 150).

Aquino (1977) revela que, em suas pesquisas, viu indígenas se tornarem seringueiros para evitar que fossem mortos pelos então seringalistas e, posteriormente, pelos próprios seringueiros que reivindicavam terras. Esses dois grupos, indígenas e seringueiros, ficaram por décadas um contra o outro, somente após a “aliança dos povos da floresta”, já mencionada aqui no item anterior, foi que ambos entenderam que tinham um objetivo em comum.

As mulheres indígenas não fugiam desta realidade, Wolff (1998) denuncia em sua tese que muitas mulheres indígenas eram estupradas por seringueiros que assassinavam seus companheiros, e mesmo sendo casados, violentavam as indígenas. A autora destaca em sua pesquisa:

---

<sup>12</sup> Entrevista realizada em abril de 2024 na reserva extrativista Alto Juruá durante uma reunião de um Plano de Gestão Integrada entre os extrativistas da Alto Juruá e as Terras Indígenas do entorno da Resex. A reunião foi coordenada pela ONG SOS Amazônia e pela Comissão Pró-Indígenas do Acre – CPI Acre.

Quem “pegava” uma “cabocla” na correria podia ficar com ela para si ou vendê-la para o patrão, que então a revendia para um outro seringueiro. O preço variava, e podia ser o de uma espingarda, ou, segundo o Sr. João Cunha, uma das pessoas mais idosas que encontrei na região, quatrocentos a quinhentos quilos de borracha, o que equivalia à produção anual de um seringueiro médio (um “bom seringueiro”, nos altos rios, chegava a produzir até uma tonelada de borracha). Após o apresamento era necessário “amansar a cabocla”, para o que muitas vezes utilizavam-se de práticas bem pouco, digamos, “civilizadas”, tais como amarrá-las e amordaçá-las (Wolff, 1998, p. 167).

Na seção anterior tratamos um pouco sobre como os seringueiros lutaram para ter direito à terra e como isso levou à criação das RESEX. No caso dos indígenas do Acre, o problema foi semelhante, Pimenta (2015) destaca:

As primeiras reivindicações indígenas no Acre surgiram em decorrência dos conflitos pela terra que caracterizaram essa nova fase de colonização, mas a emergência e a consolidação do movimento indígena acriano também devem ser situadas no contexto político mais amplo da afirmação étnico-política da indianidade que caracterizou as Américas a partir da década de 1970 (Pimenta, 2015, p. 340).

No contexto global, a participação de atores não indígenas desempenhou um papel relevante na defesa dos direitos indígenas, especialmente na região do Acre. Destacam-se o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) da Amazônia Ocidental, a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre) e o Conselho Missionário Indígena (COMIN) que foram os primeiros defensores da causa indígena (Neves, 2002, p. 14).

Com o apoio desses atores, lideranças indígenas começaram a surgir no âmbito interétnico, expondo os desafios enfrentados por suas comunidades, como a dependência dos não indígenas, o racismo, o desmatamento e a colonização de seus territórios. A partir de 1982, assembleias indígenas regionais passaram a ser realizadas regularmente em Rio Branco, onde os povos indígenas rejeitaram a identidade negativa de “caboclo” e afirmaram positivamente sua *indianidade*<sup>13</sup> (Pimenta, 2015), buscando a demarcação de suas terras junto ao governo federal.

Pimenta acrescenta:

Essa organização política dos índios do Acre se fortaleceu em 1986 quando lideranças de diferentes povos, reunidas em Rio Branco durante a terceira assembleia indígena do Acre e do Sul-Amazonas, decidiram pela criação de uma organização indígena regional: a União das Nações Indígenas do Acre e do Sul-Amazonas- UNI/Norte (Pimenta, 2015, p. 341).

Durante os anos que compreendem meados da década de 1980 e o início dos anos 90,

<sup>13</sup> O termo *indianidade* é utilizado por antropólogos para remeter as práticas culturais dos povos indígenas que eram obrigados a deixar sua cultura de lado e era catequizados durante as missões, que falamos anteriormente. Nesse sentido, o professor José Pimenta, antropólogo da UnB, utiliza-o em seus textos e em sua tese. Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, ver Pimenta (2015).



o movimento indígena do Acre identificou nos seringueiros, que historicamente foram considerados seus adversários por diversas questões a principal delas sendo a luta pela terra, aliados significativos na resistência contra a expansão colonial liderada pelos “paulistas” (Neves, 2002, p. 15).

Após o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, em dezembro de 1988, os povos indígenas e os seringueiros estabeleceram uma plataforma de reivindicações em comum e formaram uma aliança interétnica. De acordo com Pimenta (2015), o cenário internacional da época (anos 1980-1990), com as questões ambientais nos centros de discussões, fez com que indígenas e seringueiros ocupassem uma visibilidade política inédita. Pimenta então pontua que:

A “Aliança dos Povos da Floresta” nunca chegou a se materializar numa organização conjunta e deixou progressivamente de existir a partir de meados da década de 1990, quando lideranças indígenas e seringueiras optaram por continuar suas lutas de modo independente. No entanto, no Acre, ela constitui um momento importante do indigenismo regional e seus resultados foram particularmente importantes com a criação de várias terras indígenas, das primeiras reservas extrativistas e do Parque Nacional da Serra do Divisor (Pimenta, 2015, p. 341-342).

Uma organização que se destaca é a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, que foi fundada no dia 19 de abril de 1989, é a maior organização indígena regional do Brasil, que surgiu por iniciativa de lideranças de organizações indígenas existentes na época, e como resultado do processo de luta política dos povos indígenas pelo reconhecimento e exercício de seus direitos.

De acordo com Pimenta (2015), nos últimos vinte anos, várias organizações indígenas surgiram no estado do Acre, apesar de várias terras indígenas e grupos étnicos ainda não possuírem uma representação formal, de acordo com a CPI-Acre. Após a extinção da União das Nações Indígenas do Acre (UNI-AC), criada na década de 1980 durante a luta pela demarcação das terras e conquista dos direitos indígenas, nenhuma organização indígena de representação estadual foi estabelecida no estado Acre.

Entretanto, de acordo com dados da COIAB, o movimento indígena está organizado principalmente por organizações representativas de povos e categorias, incluindo a Federação dos Povos Huni Kuin do Acre (FEPHAC), a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC), a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC), a Manxinerune Tsihi Pukte Hajene (MATPHA)<sup>14</sup>, a Organizações dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ), Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de

---

<sup>14</sup> Associação do Povo Manchineri.

Rondônia (SITOAKORE).

Segundo Pimenta (2015), até 1970 não existia nenhum território indígena, reconhecido, no Acre. Entretanto, atualmente, de acordo com a página virtual da CPI-Acre: “o Estado do Acre se caracteriza, territorialmente, por uma significativa parcela de sua extensão representada por áreas naturais protegidas, composta por Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs)”, e assim Pimenta segue:

[...] o Acre conta com 35 terras indígenas distribuídas em metade dos 22 municípios do estado, principalmente situadas no vale do rio Juruá e seus afluentes, com uma concentração maior na região de fronteira com o Peru. Essas terras indígenas representam hoje cerca de 16% da superfície do estado (Pimenta, 2015, p. 342).

Fato importante de mencionar, segundo Pimenta (2015) é que se povos indígenas do Acre passaram a desempenhar papéis ativos na narrativa dos não indígenas a partir da década de 1970, a partir dela testemunhou uma “reinvenção” da história, na qual os indígenas se tornaram um elemento central.

Pimenta ainda acrescenta:

A partir de 1999, o Estado do Acre passou a ser governado por uma coalizão de partidos de esquerda liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A Frente Popular do Acre, nome dessa coalizão, iniciou o que tem sido apresentado pela propaganda oficial do estado como uma “nova era” que se caracterizaria pela reversão do antigo modelo desenvolvimentista etnocida e ecocida para o novo paradigma do “desenvolvimento sustentável” que propõe associar o crescimento econômico com a proteção do meio ambiente (Pimenta, 2015, p. 344).

De acordo com Moraes (2016), este governo se denominava “Governo da Floresta” e foi responsável por utilizar elementos de luta dos seringueiros, e dos indígenas obviamente, para dar ainda mais visibilidade para o tal “desenvolvimento sustentável” que propuseram. A este respeito Moraes (2016) destaca:

Concomitante a esse “tempo dos direitos”, que corresponde ao reconhecimento e demarcação de Terras Indígenas, surge também, com o Governo da Floresta, o denominado “tempo da revitalização cultural”, proporcionado pela incipiente educação bilíngue via políticas públicas indígenas, nos anos 2000 (Moraes, 2016, p. 160).

Assim vale ressaltar que com a chegada do governo da floresta, houve uma mudança significativa na abordagem das políticas em relação aos povos indígenas no Acre, mas essa mudança acontece muito mais do ponto de vista discursivo, com a reinvenção da “acrianidade” (Moraes, 2016). Esse período, que abrangeu os mandatos dos governadores Jorge Viana (1999-2006), Binho Marques (2007-2010) e Tião Viana (2011-2018), marcou uma valorização e reconhecimento dos indígenas como parte fundamental da identidade e do desenvolvimento

sustentável do estado (Morais, 2016).

Nesse período, destaca Pimenta (2015), instituições como o Núcleo de Indigenismo da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour e a Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas foram criadas para promover a visibilidade e valorização das culturas indígenas, além de desenvolver programas de apoio às comunidades. Pimenta (2015, p. 347) enfatiza que “a reinvenção da história do Acre pelos últimos governos regionais traz certamente benefícios reais para os índios que deixaram de ser “caboclos” e passaram a ter uma voz mais audível diante do poder executivo”. Contudo, apesar dos avanços, críticas surgiram em relação à implementação dessas políticas e aos desafios enfrentados pelas comunidades indígenas, especialmente após o término do governo da floresta.

Essa fase representa um feito importante na história do Acre, onde os povos indígenas deixaram de ser vistos como representantes do atraso e passaram a ser um pouco mais valorizados na região da Amazônia acreana. Todavia, Pimenta (2015) no alerta que:

Mesmo reconhecendo alguns avanços nos últimos governos, a valorização dos povos indígenas do Acre na era do “desenvolvimento sustentável” deve, no entanto, ser considerada com extrema cautela para não cairmos num entusiasmo ingênuo [...] A visibilidade dos índios do Acre também está longe de ser uma característica vivenciada por todos os povos e comunidades (Pimenta, p. 345).

E acrescenta que “embora a situação dos índios do Acre tenha melhorado nos últimos governos, ela continua desesperadamente precária e muito distante das propagandas do “índio ecológico” (Pimenta, 2015, p. 345), pois na então era do “desenvolvimento sustentável”, a visibilidade dos povos indígenas do estado esteve intrinsecamente ligada à capacidade única de cada comunidade de valorizar e preservar sua cultura e seu ambiente natural.

Existiu, também, uma tendência de idealização dos “índios bons” por parte dos últimos governos do Acre (Pimenta, 2015, p. 345), que são vistos como aqueles capazes de manter suas tradições, demonstrando proximidade com a natureza, ao mesmo tempo em que conseguem utilizar sua cultura e os recursos naturais de seus territórios para enfrentar os desafios impostos pela modernidade e pelo desenvolvimento.

Desta forma, é possível concluir que o papel dos povos indígenas na história regional do Acre ao longo do tempo foi de uma narrativa que os marginalizava, quando havia os entraves pela terra com os seringueiros, até uma valorização excessiva, com o “Governo da Floresta”, e isso reflete mudanças nas ideologias dominantes (Pimenta, 2015).

Com a ascensão do “Governo da Floresta”, políticas do proposto “desenvolvimento sustentável” buscaram integrar os indígenas e os seringueiros como protagonistas do progresso regional, mas essa valorização também reflete continuidades com ideologias anteriores e

permanece sujeita a críticas.

Ao longo dos séculos, as terras indígenas têm sido cenário de intensas lutas e revoltas dos povos indígenas no Brasil e em toda a América. Manchineri (2019) destaca que assim como no século passado, a defesa dessas terras permanece uma bandeira central, especialmente na luta pelo respeito e valorização dos povos em relação ao seu espaço vivido e à sua terra tradicional.

A questão das terras indígenas é abordada a partir da perspectiva dos próprios povos indígenas. Diferentemente da visão ocidental, que geralmente trata “território” e “terra” como conceitos interligados e centrais na Geografia, com enfoques específicos em várias disciplinas, a perspectiva indígena distingue esses termos, abordando-os sob uma ótica diferente.

Manchineri (2019) ainda destaca:

A terra Indígena, desta maneira, é compreendida através dos indicadores culturais, da semiologia, ou seja, seus códigos e significados como também do seu modo de vida dos quais eles próprios criam e descrevem. Neste sentido, os Manchineri possuem uma terra socializada com todo o espaço que os circunda, e culturalizada no entorno do homem coletivo dando significado que melhor os define, de acordo com suas realidades e repassada essa compreensão para as gerações ao longo de sua história (Manchineri, 2019, p. 61).

Dessa forma, a terra indígena possui um significado profundo para os povos indígenas, sendo mais abrangente e complexo do que o conceito de território. Enquanto o território, conforme descrito por Haesbaert (2014), se situa entre o meio natural e a atividade humana, para os indígenas, a terra carrega a conotação de planeta Terra, refletindo uma visão integral que permanece presente nas diferentes comunidades indígenas na fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia.

Nesse sentido, as terras indígenas são defendidas como um direito fundamental e como uma homenagem aos seus ancestrais. Algumas Terras Indígenas (TIs) são estabelecidas em resposta à exclusão de suas diferenças culturais na sociedade não indígena, mas também como um meio de preservar e proteger aquilo que é essencial em seu espaço tradicional. No próximo capítulo, entraremos de fato no trabalho das mulheres e na trajetórias que fortalecem os movimentos sociais no Acre.

## **CAPÍTULO 2 – Mulheres e movimentos sociais: a luta por espaço nos movimentos sociais no Brasil e no Acre.**

Neste capítulo buscaremos fazer uma reflexão sobre a trajetória de mulheres nos movimentos sindicais no Brasil com recorte para a região Amazônia, em especial, as mulheres sindicalistas e líderes de organizações no estado do Acre. Para isso, buscaremos apoio nos textos de Wolff (1998), Hooks (2018), Valdete Boni (2012), Céli Regina Pinto (2003), Elizabeth Souza-Lobo (2021), entre outros autores, mas sempre dando preferências às obras de autoras sobre a questão.

A escolha de autoras para embasar este estudo é justificada pela necessidade de amplificar as vozes e perspectivas das mulheres, que historicamente foram relegadas à margem tanto na produção acadêmica quanto nos movimentos sociais. As autoras selecionadas são especialistas em seus respectivos campos de atuação e oferecem análises críticas sobre a participação das mulheres nos sindicatos e na sociedade brasileira, com um foco específico na região Amazônica. Priorizando obras escritas por mulheres, este estudo almeja contribuir para a construção de um conhecimento mais diversificado e inclusivo, que reflita a multiplicidade de experiências e pontos de vista das mulheres na sociedade contemporânea.

### **2.1 Mulheres em luta: protagonismo e transformação no contexto sindical**

Mulheres, trabalhadoras, mães, dirigentes sindicais, secretárias estaduais, coordenadoras de organizações independentes, são mulheres que ocupam espaços que muitas vezes, ou na maioria delas, foram feitos apenas para homens. No contexto desta pesquisa, entretanto, essa identidade carrega consigo uma narrativa de luta e protagonismo político, visando afirmar o reconhecimento da mulher como extrativistas que buscam manter seus territórios em pé e mulheres indígenas que ganham protagonismo para garantir os direitos dos seus povos.

Essas mulheres enfrentam as disparidades de gênero, conquistam espaços no movimento sindical e desempenham papéis de liderança. Isso sugere a noção de um sujeito político ativo, engajado em batalhas sociais pela justiça, autonomia e igualdade. O conceito de trajetória implica em um processo em constante evolução, situado em determinado tempo e contexto, que abarca diversas experiências e interpretações, e que aponta para a formação de identidades coletivas e políticas.

Segundo Matos *apud* Ferreira (2009), é essencial analisar a formação da classe trabalhadora por meio do movimento sindical no contexto do início do século XX, focando em uma fase de levantes que ocorreram na região sudeste. Nos anos de 1980, os sindicatos rurais eram predominantemente compostos por homens (Ferreira, 2009, p. 70). Nos anos seguintes, o aumento da participação feminina na liderança sindical foi observado em paralelo à organização de movimentos sociais como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o MMTR (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais), por exemplo.

A partir da década de 1990, de acordo com Boni (2012), instituições como a Igreja Católica passaram a abrir espaço para discussões sobre a condição da mulher e as desigualdades de gênero. Essas ações ficaram evidenciadas, por exemplo, com a Campanha da Fraternidade do ano de 1990, cujo tema foi “Mulher e Homem: Imagem de Deus, iguais em dignidade e direitos” que tinha, segundo a CNBB, como um dos objetivos: “ajudar a ver como, na realidade, a mulher não é reconhecida e tratada como igual ao homem”, e naquele momento ajudou, de certo modo, a fortalecer o movimento social de mulheres (CNBB, 1990).

É fundamental ressaltar que, embora a população brasileira seja composta por 51,5% de mulheres, segundo o Censo 2022 do IBGE, a percepção de que elas são minoria ainda persiste. Essa distorção se origina de fatores históricos e culturais que relegaram às mulheres a um papel secundário na sociedade, invisibilizando sua real representatividade numérica. Isso porque, de acordo com Carvalho (2011):

Historicamente, o poder sempre foi praticado e exercido pelos homens, pois as mulheres eram consideradas subalternas, devendo obediência e respeito às pessoas do sexo masculino. Esse processo envolve relações de gênero porque as relações existentes são desiguais, ocorrendo uma forma de dominação patriarcal dos homens sobre as mulheres, em um modelo masculino de dominação, tanto na esfera privada (ambiente familiar), quanto na esfera pública (organizações que envolvem o trabalho) (Carvalho, 2011, p. 145).

O espaço religioso era um dos poucos que essas mulheres podiam frequentar livremente, visto que não tinham acesso a outras formas de organização, como associações e sindicatos. Ao se dedicarem ao cuidado espiritual, atividade socialmente atribuída a elas, as agricultoras despertaram para a realidade de desvalorização e exclusão que enfrentavam. Essa percepção deu origem à mobilização das mulheres rurais, que antecedeu a prática sindical no campo.

De acordo com Boni (2012), o final da década de 1970 foi marcado por um momento singular no campo brasileiro: o florescimento de movimentos sociais em paralelo à ascensão de um sindicalismo de oposição. Essa confluência de lutas não foi mera coincidência, mas sim

fruto de um contexto histórico e social específico, no qual a Teologia da Libertação desempenhou um papel fundamental.

Setores progressistas da Igreja Católica, inspirados pelos princípios da Teologia da Libertação<sup>15</sup>, dedicaram-se à formação de lideranças para os movimentos sociais e sindicais que emergiam no campo. Essa iniciativa visava fortalecer a organização e o protagonismo das comunidades rurais na luta por seus direitos e por uma sociedade mais justa.

Em entrevista concedida por Dercy Teles, grande sindicalista acreana e ex presidente do STR de Xapuri, ela destaca a importância que a Teologia da Libertação teve em sua trajetória para introdução aos movimentos sociais, no caso dela o movimento sindical, Dercy nos emociona ao falar sobre seu começo nos movimentos sociais:

E a minha vida assim, **a minha introdução na vida, posso assim dizer, publica iniciou a partir do grupo de evangelização.** Do grupo de evangelização eu fui coordenadora, fiz parte da coordenação da paróquia, e aí fui eleita delegada sindical da comunidade onde eu moro, e posteriormente eleita presidente do sindicato ne, numa assembleia assim muito grande que nunca, acho que na história do sindicato aconteceu mais nenhuma daquele tamanho, tinham 1500 pessoas eu tenho até a ata né, tenho copia dessa ata, e que votaram massivamente em meu nome para ser presidente, e aí eu conclui o mandato do presidente fundador mas sempre entendi que a gente não deve se perpetuar no cargo, o pessoal queria que eu continuasse, mas eu não aceitei, eu saí da presidência do sindicato fui trabalhar no projeto seringueiro, que foi um projeto piloto que levou a educação de jovens e adultos pro interior dos seringais, e auxílio a saúde, e a discussão do cooperativismo pra facilitar a viabilização da comercialização e acesso aos produtos a cesta básica, e aí foi assim que eu me inseri no movimento. (informação verbal, grifo nosso).<sup>16</sup>

Em seu depoimento, Dercy Teles destaca a importância da teologia da libertação e da igreja católica em sua trajetória como liderança comunitária, o que acabou sendo essencial para sua posterior atuação como delegada sindical. Esse envolvimento precedeu sua eleição à presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Xapuri, em 1981, após o afastamento de Luiz Damião do Nascimento, o então presidente (Silva, 2023). Segundo Dercy, os trabalhadores viram a atuação de seu antecessor como traiçoeira e ilegal, pois ele estava favorecendo os interesses dos fazendeiros enquanto ainda ocupava a carga do presidente do sindicato.

A trajetória de Dercy Teles, iniciada pela influência da Teologia da Libertação, ilustra como o movimento feminista, mesmo que naquele momento não se debatesse o feminismo, se entrelaça com as lutas sociais no Brasil. Sua inserção no movimento sindical reflete um

<sup>15</sup> De acordo com Boff (1986), o movimento de criação da Teologia da Libertação teve início com o Concílio Vaticano II (1962–1965) e foi fortalecido pelos encontros episcopais de Medellín e Puebla em 1969 e 1979, respectivamente. Nestes dois encontros, foram delineadas as novas orientações da Igreja na América Latina. Foi no encontro de Puebla (1979) que os bispos latino-americanos optaram preferencialmente pelos pobres.

<sup>16</sup> Entrevista realizada por telefone com a líder sindical em agosto de 2024.

processo maior de fortalecimento das mulheres em espaços de mobilização. A partir da década de 1970, o movimento feminista se consolidou, garantindo representatividade e protagonismo feminino em causas como direitos trabalhistas e reforma agrária. A atuação de mulheres como Dercy demonstra o impacto positivo do movimento feminino na criação de oportunidades para que outras líderes mulheres pudessem emergir e transformar o cenário social.

## **2.1 O movimento feminista e o fortalecimento sindical de mulheres**

Refletir sobre o feminismo vai além de considerar apenas como um movimento organizado, ou a primeira onda do feminismo ou o contexto atual. Implica, segundo Hooks (2018), examinar as dinâmicas de gênero que moldaram a vida das mulheres, seu trabalho, e sua participação nos âmbitos público e privado ao longo de séculos de história. Significa contemplar as conquistas laborais, mas também as mais íntimas, como o controle sobre o próprio corpo.

O feminismo abarca a história das mulheres no mundo (Ribeiro, 2019), e ainda de acordo com Hooks (2018) essa narrativa, forjada por elas, exerce uma influência significativa sobre a atuação dos grupos feministas e dos coletivos de mulheres.

Por muito tempo, as pessoas acreditavam que o Movimento Feminista era associado principalmente às mulheres urbanas de classe média ou que o movimento pertencia exclusivamente às mulheres que pertenciam ao meio acadêmico, porém essa associação pode ter sido apenas uma etapa do movimento. Hooks então destaca:

Inserir classe na pauta feminista abriu um espaço em que interseções entre classe e raça ficaram aparentes. Dentro do sistema social de raça, sexo e classe institucionalizados, mulheres negras estavam claramente na base da pirâmide econômica. Inicialmente, nos movimentos feministas, mulheres brancas com alto nível de educação e origem na classe trabalhadora eram mais visíveis do que mulheres negras de todas as classes. Elas eram minoria dentro do movimento, mas a voz da experiência era a delas. Elas conheciam melhor do que suas companheiras com privilégio de classe, de qualquer raça, os custos da resistência à dominação de raça, classe e gênero. Elas sabiam o que significava lutar para mudar a situação econômica de alguém. Havia conflitos entre elas e suas companheiras privilegiadas sobre comportamento apropriado, sobre questões que seriam apresentadas como preocupações feministas fundamentais (Hooks, 2018, p. 54).

Quando analisarmos a obra “O Feminismo é para Todo Mundo: Políticas Arrebatadoras” (2018) de Bell Hooks em sua totalidade, podemos estabelecer um paralelo com a realidade das mulheres sindicalistas da Amazônia. Assim como no início do movimento feminista, quando algumas mulheres não se identificavam com a luta por direitos reivindicados



por outras, principalmente negras e de classe média baixa, conforme a citação acima. Nesse sentido, nossa pesquisa tem pretensão de mostrar que líderes sindicais femininas, como Dercy Teles, ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri-AC, frequentemente enfrentavam calúnias, preconceito e assédios por estarem a frente do sindicato.

Ao ampliar nossa compreensão do feminismo, especialmente no que diz respeito à participação das mulheres fora do âmbito doméstico, é possível reconhecer o movimento de mulheres camponesas como parte integrante do movimento feminista desde sua origem. Apesar de seguir as fases do feminismo europeu, o feminismo no Brasil possui uma identidade própria, moldada pela história política do país.

De acordo com Boni (2012), a primeira fase do feminismo no Brasil abrange o período do final do século XIX até a década de 1930, culminando com a conquista do direito ao voto pelas mulheres em 1932. Nesse contexto, Pinto (2003, p. 10) identifica duas correntes: o chamado feminismo moderado, liderado por Bertha Lutz, e o feminismo mais radical, no qual as mulheres adotaram uma postura mais combativa contra a dominação masculina.

Entre as décadas de 1930 e 1970, particularmente no último período, o movimento feminista ressurgiu com vigor, embora não tenha sido um movimento organizado que visasse transformar a condição feminina na sociedade. Boni (2012) analisa que foram períodos de protestos e reivindicações por parte das mulheres, com objetivos específicos, como ocorreu em 1950, quando elas saíram às ruas para protestar contra o aumento do custo de vida.

A primeira fase do feminismo brasileiro, o movimento sufragista, teve como principal objetivo a conquista do direito ao voto e à participação política das mulheres. Bertha Lutz se destacou nesse período, defendendo um “feminismo moderado” (Pinto, 2003, p. 14) que, embora tenha aberto espaço para a participação feminina na política, não se debruçou sobre as questões de dominação masculina e as lutas das mulheres trabalhadoras.

Ainda segundo Pinto (2003), surgiram duas correntes distintas dentro desse movimento: o feminismo difuso, preocupado com a educação feminina e questões de liberdade sexual e divórcio; e o feminismo ligado a partidos de esquerda, como anarquistas e comunistas, que enfatizava a luta contra a exploração de classe. Enquanto o sufragismo representava as lutas por direitos civis das mulheres brancas e de elite, o feminismo anarquista lutava por melhores condições de trabalho e contra a exploração das mulheres trabalhadoras, integrando-as à luta de classes.

De acordo com Boni (2012, p. 289), as décadas de 1960-1970 marcaram o ressurgimento do feminismo no Brasil, configurando a chamada segunda onda do movimento. Esse período coincidiu com um dos momentos mais repressores da Ditadura Militar, instaurada

em 1964. Embora o contexto político brasileiro fosse extremamente conturbado, as mulheres se organizaram e retomaram a luta por seus direitos, buscando inspiração em movimentos internacionais que já eclodiam na Europa e nos Estados Unidos desde a década anterior.

Segundo Pinto (2003, p. 49), a luta por direitos e igualdade ganhou força a partir da década de 1970, com a segunda onda do movimento feminista. Inspiradas por movimentos internacionais, as mulheres brasileiras se organizaram e reivindicaram mudanças nas esferas social, política e econômica.

Movimentos como o “Movimento das Mulheres pela Anistia” e a luta por creches e berçários marcaram esse período. As mulheres também se mobilizaram em grupos de mães, movimentos de bairros e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), buscando ampliar seus direitos e construir uma sociedade mais justa. O ano de 1975 foi, para o movimento feminista brasileiro, um marco:

O ano de 1975 tem sido considerado um momento inaugural do feminismo brasileiro. Até então o movimento estava restrito a grupos muito específicos, fechados e intelectualizados, chegando mesmo a se configurar mais como uma atividade privada, que acontecia na casa de algumas pessoas. Em termos da política nacional, os últimos anos da década de 1960 e os primeiros da década de 1970 haviam sido dominados pela linha mais dura do Exército. O general Medici governava usando um aparato repressivo de grandes proporções. O espaço para qualquer manifestação pública fora praticamente reduzido a zero e a repressão chegava a níveis de violência antes não imaginados nem sequer pelos componentes do próprio regime (Pinto, 2003, p. 56).

A participação das mulheres na força de trabalho também cresceu significativamente nesse período, especialmente na indústria. Essa mudança foi acompanhada por um aumento na sindicalização feminina, impulsionada pela abertura dos sindicatos às demandas das mulheres e pela oferta de serviços de assistência.

A década de 1970 e início da década de 1980 marcaram um período de intensa efervescência no movimento sindical brasileiro. As trabalhadoras, protagonistas de diversas lutas dentro das fábricas, mobilizações e greves, desempenharam um papel fundamental na construção do “novo sindicalismo” (Souza-Lobo, 2021, p. 128). Apesar dos avanços, as mulheres ainda enfrentam desafios como a segregação ocupacional, a disparidade salarial e a sub-representação em cargos de liderança.

A luta por igualdade e melhores condições de trabalho continua a ser travada por movimentos sociais e organizações que defendem os direitos das mulheres. Esse período, segundo Boni (2012), foi marcado por grandes greves e mobilizações que culminaram na fundação do Partido do Trabalhadores (PT) em 1980 e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. O “novo sindicalismo”, conforme apontado por Souza-Lobo (2021), se consolidou como um ator coletivo de grande importância no cenário político brasileiro.

Somente com essa consolidação, na década de 1980, as questões de gênero começaram a ganhar relevância no movimento sindical. As mulheres, que já participavam ativamente das lutas, passaram a reivindicar maior espaço e representatividade nas estruturas sindicais.

Embora a história do movimento de trabalhadores brasileiros revele a participação e liderança feminina desde o século 19, no campo, tradicionalmente mais conservador, essa conquista se deu de forma mais tardia (Souza-Lobo, 2021). Nesse contexto, a figura de Dercy Telles se destaca como pioneira. Em 1981, ela assume a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, no Acre, tornando-se um marco na luta por direitos e reconhecimento das mulheres no campo, sendo a 2ª mulher a liderar um sindicato de trabalhadores rurais.

Ela mesma destaca:

Eu fui presidente do sindicato pela primeira vez nos anos 80 né, no período de 81 a 82 pelo período de um ano né, porque naquela época o mandato dos presidentes era de dois anos, eu concluí o mandato do presidente fundador que foi afastado pela assembleia geral, e me elegeu, não só a mim, elegeu uma nova diretoria né pra concluir o mandato (informação verbal).<sup>17</sup>

Sua liderança rompeu barreiras em um ambiente historicamente dominado por homens, abrindo caminho para outras mulheres assumirem cargos de liderança e protagonizarem a luta por seus direitos. A trajetória de Dercy Teles demonstra a força e a perseverança das mulheres rurais na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

### **2.3 A luta das mulheres no Acre: perspectivas históricas e participação nos movimentos sociais**

Segundo Paula (2013), a expansão da fronteira agropecuária na Amazônia se tornou um tema de intenso debate e conflitos, isso porque essa expansão modificou, em partes, o modo de vida das pessoas que viviam na região. Nesse período, é importante mencionar que a Amazônia era vista como um território a ser “conquistado”, Paula (2013) destaca:

É necessário lembrarmos, ainda, que de meados dos anos 60 até a metade dos 70, a floresta amazônica foi considerada ou percebida pelo núcleo dirigente do Estado e seus aliados internacionais, principalmente os norte-americanos, como um obstáculo a ser vencido. A expansão do progresso técnico para a região tinha como suposto fundamental a remoção de uma parcela substancial de suas florestas. Assim, com a justificativa de resguardar as fronteiras nacionais, o Estado procura impor um projeto de modernização na Amazonia que, a exemplo das demais regiões do país, caracteriza-se pelo agravamento das condições sociais de vida de uma significativa parcela da

---

<sup>17</sup> Entrevista realizada por telefone com a líder sindical em agosto de 2024.

população e privilegia grandes grupos empresariais com diversos incentivos fiscais e financeiros no intuito de dirigir investimentos para essa nova fronteira. Propôs-se inicialmente através do Plano de Integração Nacional – PIN (junho de 1970), posteriormente, via I e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) a realização de investimentos de grande monta em infraestrutura na região, que englobavam desde a construção de extensos eixos rodoviários – como a Transamazônica, a Cuiabá-Rio Branco e a Cuiabá-Santarém – destinados à integração regional e nacional, modernização do sistema de navegação fluvial, implantação de sistemas de comunicação, ampliação da produção de energia elétrica etc. Desse modo, pretendia-se colocar em marcha o processo de modernização econômica da região (Paula, 2013, p.80).

A inserção da Amazônia no novo ciclo de acumulação do país exigia transformações na sua base produtiva, estrutura de mercado e configuração demográfica. A floresta, vista como obstáculo à modernização capitalista pelo Estado e seus aliados internacionais, precisaria ser derrubada para dar lugar ao “progresso”.

Sob a justificativa de proteger as fronteiras nacionais, o Estado impôs um projeto de modernização na Amazônia. Similar ao de outras regiões do país, esse projeto excluiu grande parte da população e privilegiou grandes grupos empresariais com incentivos fiscais e financeiros.

De acordo com Silva e Almeida Silva (2020), as raízes da participação feminina nos movimentos sociais da Amazônia remontam ao início do século XX, quando mulheres se uniram aos homens em lutas por melhores condições de trabalho nos seringais e outros setores da economia. Os autores reafirmam:

A invisibilização da atuação feminina se trata de uma construção social que é alvo de reivindicações por um reconhecimento da igualdade social da mulher, desde o surgimento do movimento feminista no mundo, e, no Brasil a partir da década de 1970, e que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que se tenha, de fato, equidade de gênero (Silva; Almeida Silva, 2020, p. 23).

Apesar da participação ativa, enfrentavam o machismo e a falta de reconhecimento dentro dos movimentos. A partir da década de 1980, com o crescimento do “novo sindicalismo” (Souza-Lobo, 2021, p. 128), a participação feminina nos sindicatos, nas associações e organizações da Amazônia se intensificou, impulsionada pelo aumento da migração feminina para a região, o crescimento do trabalho informal e a abertura política.

Vale relembrar aqui que os empates, já mencionados no capítulo anterior, foram uma destas formas de luta e resistência, já que as mulheres e as crianças iam à frente para evitar o avanço do maquinário contratado para desmatar a floresta. Em algumas de suas entrevistas, Dercy destaca que geralmente os líderes sindicais não iam à frente dos empates para literalmente preservar suas vidas.

A este respeito, Dercy então destaca:

Nesse período os empates eram intensivos, inclusive o primeiro e maior empate que aconteceu no município de Xapuri, foi na estrada de Brasileia na Fazenda Santa Fé, que na época pertencia ao município de Xapuri, no dia 2 de maio de 1982 né, que o sindicato era presidido por mim, foram presas 112 pessoas naquele empate. Assim, foi uma grande mobilização, mas também teve esse episódio né que foram presas 112 pessoas num cordão de isolamento, porque não tinha polícia, não tinha espaço pra trancafiar, algumas pessoas foram trancada em cela que era consideradas agitadores né, porque na época era, naquela época ainda perdurava a ditadura né, e aí tinha aquelas pessoas que eles chamava de cabeça né, que tavam é... incentivando as pessoas a fazerem revolução [...] inclusive entre essas 112 pessoas tinha mulheres né, as mulheres estavam presente né, nesse evento, inclusive uma pessoa que era da diretoria do sindicato. Agora eu como presidente havia uma orientação da CONTAG, da delegacia regional da CONTAG né, e da própria assembleia do sindicato que o presidente não participaria, porque recentemente tinha acontecido o assassinato do Wilson Pinheiro em Brasileia, e aí a CONTAG e a própria assembleia dos trabalhadores tomaram essa precaução porque achavam (*a ditadura*) que o presidente era o cabeça, era quem conduzia todo esse processo de mobilização, então se tirasse o presidente do páreo (*para eles*) a coisa esfriava né, e aí gente como presidente, a gente não participava, participava da mobilização em si, da articulação, dos contatos, fazia reunião na comunidade, passava os informes tudo e ficava na cidade pra garantir o diálogo com apoiadores, com advogados e tudo mais. (informação verbal).<sup>18</sup>

Ainda que persistam desafios como a sub-representação em cargos de liderança, o machismo e a violência contra a mulher, a luta das mulheres nos movimentos sociais, associações e organizações sindicais da Amazônia contribuiu significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. As mulheres conquistaram importantes avanços em termos de direitos e reconhecimento, mas ainda há muito a ser feito. A luta das mulheres continua por um futuro livre de machismo, violência e desigualdade, onde todas as mulheres da Amazônia tenham seus direitos plenamente respeitados.

De acordo com Wolff (1998, p. 145), “ao longo dos quase 130 anos em que a atividade de extração de látex foi realizada de maneira sistemática na região dos altos rios amazônicos, as bases para essa sustentabilidade foram estabelecidas historicamente”. Durante o período de crise do preço da borracha, quando a migração diminuiu e o retorno ao Nordeste se tornou mais difícil, os seringueiros desenvolveram uma convivência verdadeira com a floresta, aproveitando seus recursos para a sobrevivência.

A vida na floresta se tornou um desafio durante a crise, exigindo estratégias familiares para garantir a subsistência. Homens e mulheres se envolveram em diversas tarefas, desde a coleta do látex até a produção de alimentos e o cuidado com a família. A “sustentabilidade”, nesse contexto, se tornou intrinsecamente ligada às relações de gênero (Wolff, 1998).

A este respeito, Wolff (1998) destaca:

Mesmo não considerando as mulheres como “interlocutoras privilegiadas com a natureza”, o que estou tentando demonstrar é que a mudança nas relações de gênero,

<sup>18</sup> Entrevista realizada por telefone com a líder sindical em agosto de 2024.

e na proporção populacional de homens e mulheres no Alto Juruá, no período de crise da borracha, propiciou a criação da convivência “sustentável” dos seringueiros com a floresta. Portanto, ao se pensar políticas de desenvolvimento para a região, nos dias de hoje, não se pode esquecer esta perspectiva. Investir somente nos homens, como se estes fossem os únicos responsáveis pela produção agrícola e extrativa, pela conservação ou degradação dos recursos ambientais e pela manutenção das famílias, poderia comprometer seriamente o sucesso destas políticas (Wolff, 1998, p. 149).

A presença de mulheres nos seringais ficou, por muito tempo, invisibilizada por parte da literatura acadêmica, Wolff então discorre:

Uma das questões que mais chama a atenção em todos os relatos sobre este período é a acentuada diferença de número entre a população masculina e a feminina na região dos altos rios. Os autores que escreveram sobre o período de implantação dos seringais e sobre a vida dos seringueiros são unânimes em afirmar que a presença feminina nos seringais era mínima ou então inexistente (Wolff, 1998, p. 71).

Essa disparidade pode ser explicada pelo fato de que os primeiros recrutamentos de nordestinos para a extração do látex priorizavam a vinda de homens, deixando claro que as famílias não deveriam acompanhá-los. A lógica por trás dessa prática era baseada na percepção de que a presença de mulheres e famílias poderia desviar os homens de seu principal objetivo: a extração do látex para abastecer o mercado internacional. Isso reforçou uma estrutura de trabalho dominada por homens e contribuiu para a invisibilização das mulheres nos relatos históricos sobre os seringais.

Outro fator destacado por Wolff (1998) e Hooks (2018), é a resistência masculina em aceitar o trabalho feminino como sustento da família. Essa realidade persiste até hoje, mesmo com as mulheres assumindo responsabilidades como cuidar do roçado, dos filhos, da casa e muito mais. Apesar de sua relevância, elas ainda são frequentemente reduzidas à “mulher do fulano”, ou “mãe do beltrano”, tornando-se invisíveis e sem reconhecimento.

Essa invisibilidade do trabalho feminino é resultado de uma sociedade patriarcal que desvaloriza as atividades tradicionalmente femininas. O cuidado com a casa e a família, muitas vezes visto como “natural” e “inerente” à mulher, não é reconhecido como trabalho, perpetuando a desigualdade de gênero (Hooks, 2018, p. 30).

A dupla jornada de trabalho, que combina as responsabilidades domésticas com o trabalho fora de casa, foi, e continua sendo, uma realidade para muitas mulheres. Essa sobrecarga de trabalho gera exaustão, limita as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional e reforça a desigualdade de gênero.

Wolff (1998) destaca:

O trabalho das mulheres nos seringais era, entretanto, invisível. Em primeiro lugar pela própria invisibilidade da existência das mulheres neste período, já que é comum a afirmação de que “não havia mulheres” nos altos rios daquela época. Mas também

porque a este trabalho vem sendo negado o estatuto de “importante”, “necessário”, “produtivo”, há longo tempo em nossa sociedade. Tem sido não somente “esquecido”, mas até “escondido” como vergonhoso. O trabalho das mulheres parece diminuir os homens, que são responsabilizados pelo sustento delas, e as mulheres sentem-se então associadas a homens “incompletos”, incapazes de sustentá-las como deveriam (Wolff, 1998, p. 83).

As mulheres, tanto de origem rural quanto urbana, enfrentam a dominação masculina em suas diversas formas, desde a opressão simbólica até a exploração material. Essa subjugação social as coloca em situações de extrema vulnerabilidade. Segundo Sen (2018), a desigualdade de gênero afeta a vida de milhões de mulheres em todo o mundo, restringindo suas liberdades substantivas. As liberdades substantivas se referem aos direitos que garantem a qualidade de vida e a capacidade de participação nas decisões políticas e sociais.

A luta pela igualdade de gênero é fundamental para construir uma sociedade mais justa e igualitária. É necessário combater a dominação masculina em todas as suas formas e garantir que as mulheres tenham acesso a todos os seus direitos e liberdades. A vida no seringal era árdua para todos, mas para as mulheres, as dificuldades se multiplicavam. Mesmo jovens, muitas meninas assumiam responsabilidades que, em outras realidades, seriam impensáveis para alguém da sua idade.

A exemplo de trajetória de luta no Brasil, podemos citar a luta de Margarida Alves, a página *online* do Memorial da Resistência do estado de São Paulo conta quem foi essa mulher sindicalista e símbolo da luta sindical rural da mulher:

Margarida Maria Alves foi uma liderança camponesa que atuou na região do Brejo Paraibano, agreste da Paraíba. Foi trabalhadora rural, rendeira e a **primeira mulher a assumir a presidência do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB)**. Ela participou da criação do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, que ainda hoje atua na formação política dos camponeses e busca promover o desenvolvimento rural e urbano sustentável, o fortalecimento da agricultura familiar, a reforma agrária e a defesa dos trabalhadores sem-terra. [...] Referência na ação política das mulheres camponesas, Margarida colaborou ativamente da fundação de uma das primeiras organizações da América Latina composta exclusivamente por mulheres, o Movimento de Mulheres do Brejo (MMB). Suas principais reivindicações eram pelos direitos trabalhistas elementares para camponeses da região, como carteira assinada, férias, regulamentação da jornada de trabalho, entre outras garantias. Durante os 12 anos em que Margarida Maria Alves liderou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB) os usineiros, fazendeiros, proprietários de engenhos e patrões da região sofreram centenas de ações trabalhistas, por violarem direitos básicos de trabalhadores da região (São Paulo: S.I, *grifo nosso*).

Dona Margarida Alves, segundo Ferreira (2009), foi assassinada na frente de sua casa em 12 de agosto de 1983 com “um tiro de escopeta calibre 12 no rosto, disparado por um pistoleiro. Na hora do crime ela estava acompanhada do esposo e do seu filho pequeno.” (Ferreira, 2009, p. 108).

Em memória da trabalhadora rural e líder sindical Margarida Maria Alves, a Confederação

Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, organiza a cada quatro anos, desde o ano 2000, a marcha das margaridas (Silva, 2008).

No Acre, um nome que se destaca na atuação de movimentos sociais, em especial na atuação sindical, é o de Valdizia Alencar, assim, Nascimento (2013) destaca:

Valdizia Alencar foi uma ativa militante do movimento de seringueiros. Os novos investidores que chegavam ao Acre, apoiados pelas políticas do governo federal e do governador local Francisco Wanderley Dantas, em várias ocasiões, precisaram “ceder um pouco pra não correr o risco de perder muito”. O diferencial de Valdizia, em relação aos outros seringueiros, estaria na iniciativa de ir procurar seus direitos, e esta foi sua militância [...] Ela defendeu a terra em que morava baseada no direito de posse, estabelecido pelo Estatuto da Terra, articulou-se politicamente melhor que os companheiros homens que também estavam sendo ameaçados (Nascimento, 2013, p. 29).

Como já mencionado, o governo de Wanderley Dantas foi marcado pelos incentivos aos pecuristas e nesse contexto, Valdizia era uma das mulheres que lutava para conquistar seu território. Ainda de acordo com Nascimento (2019), o primeiro registro escrito sobre Valdizia Alencar foi encontrado no *Jornal Varadouro*<sup>19</sup>, em uma matéria de fevereiro de 1978, escrita pelo jornalista Elson Martins.

O texto do jornal relata a surpresa dos compradores sulistas de um seringal ao descobrirem que, no Seringal Sacado, uma mulher não apenas possuía uma colocação, mas também era conhecedora dos seus direitos e determinada a lutar por eles. Além disso, Valdizia mobilizava outras pessoas para se unirem à sua causa, em defesa do direito à propriedade da terra.

Cuidando da casa, dos irmãos e assumindo o papel de “chefe da família”, as mulheres do seringal demonstravam uma força e resiliência notáveis. Dercy Teles é um exemplo dessa força. Em entrevista ao Brasil de Fato<sup>20</sup>, ela relata como, após o falecimento do pai, ainda jovem, teve que assumir as responsabilidades de dona de casa e cuidar dos seus irmãos.

A história de Dercy se repete em tantas outras mulheres da floresta. Desde cedo, aprendiam a cozinhar, lavar roupa, cuidar dos animais e da horta, além de ajudar na coleta do látex. A infância era breve, marcada por responsabilidades e desafios. Assumir a responsabilidade da casa foi um desafio para Dercy que vivenciou, segundo ela mesma, duas ditaduras: a militar e dos homens, ela relatou:

Naquela época, além de se viver a ditadura militar a gente também vivia a ‘ditadura dos homens’. Não era comum mulher nem ser sócia do sindicato, imagina presidente!

<sup>19</sup> O jornal Varadouro foi criado em 1977 no Acre com o objetivo de denunciar as políticas de colonização na Amazônia durante a ditadura militar.

<sup>20</sup> Entrevista disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/04/dercy-a-lider-acreana-que-venceu-a-ditadura-militar-e-a-ditadura-dos-homens>. Acesso em 20 de fev. de 2024.



Nas reuniões regionais, acho que participavam presidentes de uns 18 ou 19 sindicatos municipais e o único que tinha mulher na presidência era o de Xapuri. Então eu passei por alguns constrangimentos [...] a experiência de vida me ensinou que para eu me impor diante dos homens eu teria de ter informação, num nível igual ou maior do que o deles para poder participar dos debates, propor e contestar quando fosse necessário. E foi assim que consegui ser muito respeitada pelos camaradas, conseguimos conviver harmoniosamente. Mas na hora que precisava brigar, brigava! (Dercy Teles apud Stefano, 2019).

A fala de Dercy denuncia o que a maioria das mulheres no seringal enfrentavam situações de assédio e vulnerabilidade. O ambiente predominantemente masculino e a falta de estruturas de proteção tornavam as mulheres mais suscetíveis a abusos e assédio sexual. Essa realidade acrescentava mais uma camada de desafios às suas vidas, exigindo não apenas coragem e determinação para lidar com as responsabilidades familiares, mas também para enfrentar situações de violência e assédio.

Dercy reforçou a fala na entrevista que realizamos e destacou alguns pontos que imperavam na década de 1980, quando ela assumiu o sindicato:

Essa questão ela foi mais forte no período dos anos 80 né. Primeiro que o machismo imperava na época né, eu era jovem tinha 24 anos, era solteira e aí isso contribuía muito mais pra que essa discriminação ocorresse né, porque aquela época uma jovem solteira ela só podia pra manter o bom caráter dela, só podia sair de casa acompanhada ou pelo irmão ou pelo pai ou pelo marido, caso fosse casada. (informação oral)<sup>21</sup>.

A fala de Dercy é emblemática ao expor as dificuldades enfrentadas pelas mulheres nos seringais, especialmente em um ambiente dominado por normas patriarcais e machistas. Sua experiência revela como a combinação de juventude, solteirice e a pressão social da época a tornava alvo de discriminação e assédio.

E ela reforça em nossa entrevista:

As vezes eu ouvia as mulheres cochichando pelo lado de dentro da parede “essa mulher só aparece aqui toda vez com um homem diferente”, assim, me censurando né, e da parte dos homens também muito preconceito né, eu cheguei a atender um cidadão que veio meio que alcoolizado pagar a contribuição e aí quando chegou disse ‘eu vim pagar, pagar o meu sindicato, mas eu não quero que você assine o meu recibo, tem que ter um homem pra assinar meu recibo que eu não quero meu recibo assinado por mulher, aonde foi que já se viu mulher dirigir sindicato’. Aí essas coisas é, aconteceram né, nas reuniões também né assim, porque todos os presidentes do sindicato dos municípios eram homens, eu era a única mulher presidente, nas reuniões com os presidentes que a CONTAG realizava eu era a única mulher, e os homens mexiam comigo, as vezes metia a perna assim [por baixo da mesa], as vezes tiravam o sapato e ficava passando na minha perna eu do outro lado da mesa, aí eu disfarçava levantava fingia que tava com sede tomava água pra mudar de lugar. Então essas coisas aconteceram sim, e nos debates também né o nível de discussão por exemplo com o presidente da UTR na época, que era a união ruralista, o presidente ... numa reunião a respeito desse empate que eu já te falei, ele gritou muito comigo e disse muitos palavrão, dizia que eu ia isso e aquilo sabe, tudo com palavrão de baixo nível tentando me intimidar, mas eu nunca me incomodei não, sempre me mantive muito

<sup>21</sup> Entrevista realizada por telefone com a líder sindical em agosto de 2024.

firme ne nos meus ideais e sobrevivi a todos essas pressões de uma forma tranquila né. Só agora em 2013 né que eu tive os primeiros sinais dessa pressão que eu sofri, porque me apareceu uma síndrome né que é o efeito de muito estress (Informação verbal).<sup>22</sup>

A síndrome a qual Dercy se refere em nossa entrevista é a Síndrome de Meige. Em entrevista para Silva (2023), Dercy explica:

Essa síndrome pode afetar qualquer parte do corpo, no meu caso, é no nervo óptico. Meu olho começou a tremer e foi cansando, como se fosse um relógio que vai acabando a bateria e vai até parar, até que já estava afetando o outro. Eu faço o tratamento no hospital escola da UFRJ, que é só lá que tem um especialista. Lá você vê gente de todas as formas, eu vi um homem com espasmos no pescoço, chega causa uma agonia na gente. Essa médica é especialista que é controlada, e essa síndrome é causada por estresse, por quem passou muito estresse. Eu estava no Rio de Janeiro tentando descobrir. Passei quase um ano tentando descobrir. Os médicos iam me matando. Um médico me receitou remédio para epilepsia, que eu ficava muito mal. Uma depressão que eu tinha vontade de acabar com a vida, porque não fazia sentido viver daquela forma. Ai, algumas amigas me ajudaram a encontrar essa médica, fizeram campanha, e a doutora Rosália fez um exame minucioso e não achou o que eu tinha. A Nazira me levou em uma psiquiatra que passou três horas conversando comigo e não descobriu o que eu tinha, mas mandou eu parar de tomar o medicamento que me deixava muito tonta, sem noção de espaço. Eu me machucava direto (Dercy Teles apud Silva, 2023, p. 29).

O machismo, como ela mencionou acima, não era apenas uma questão de comportamento individual, mas uma estrutura social que limitava as liberdades das mulheres, restringindo suas ações e impondo um controle especificamente sobre suas vidas. Essa realidade, conforme discutida por Saffioti (2004), reflete uma cultura de opressão que marginaliza as mulheres e as coloca em situações de vulnerabilidade.

Saffioti (2004) ainda argumenta que as relações de gênero são moldadas por um sistema patriarcal que perpetua a desigualdade e a violência contra as mulheres, tornando-as mais suscetíveis a abusos em contextos em que a proteção e o apoio institucional são inexistentes.

Além disso, a fala de Dercy destaca a necessidade de um espaço seguro para as mulheres, onde possam expressar suas vozes e reivindicar seus direitos sem medo de represálias. A falta de estruturas de proteção, como políticas de segurança e apoio psicológico agravam ainda mais essa situação, exigindo que as mulheres não apenas enfrentem as adversidades do trabalho, mas também lutem contra a violência de gênero.

A experiência de Dercy é um testemunho poderoso da luta das mulheres em contextos adversos e da necessidade urgente de transformar as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade. Como afirma Saffioti (2004), é fundamental promover a conscientização e a

---

<sup>22</sup> Entrevista realizada por telefone com a líder sindical em agosto de 2024.

mobilização em torno das questões de gênero para que as mulheres possam conquistar seus direitos e garantir um ambiente mais seguro e justo.

Assim, o cotidiano das mulheres nos seringais era marcado por uma combinação complexa de lutas, resistência e enfrentamento de múltiplas formas de opressão, enquanto buscavam manter suas famílias e comunidades unidas em meio às dificuldades. Embora a luta por igualdade de gênero tenha feito progressos consideráveis, ainda é necessário reconhecer e desafiar as raízes históricas da discriminação contra as mulheres em diferentes esferas da sociedade, incluindo o movimento sindical (Alves, 2017).

Um dos argumentos utilizados para justificar a exclusão das mulheres de cargos de liderança e participação plena nas discussões dos movimentos sociais, era o paternalismo. Sob a suposta “proteção” masculina, as mulheres eram consideradas incapazes de lidar com as duras realidades do mundo do trabalho e as complexas negociações sindicais, a exemplo: Dercy discorre em diversas entrevistas que muitos sindicalizados no STR gritavam a plenos pulmões que jamais aceitariam que uma mulher assinasse a carteira de sócio.

Essa visão, além de negar a autonomia e capacidade das mulheres, reforçava a dinâmica de poder desigual e perpetuava a subordinação feminina. Outro argumento discriminatório era a crença na inferioridade do trabalho realizado pelas mulheres. Atribuía-se a ele menor valor e qualificação, mesmo que este fosse essencial para o funcionamento das atividades.

Décadas após a crítica contundente de Boaventura de Sousa Santos (2002) à racionalidade dualista da ciência moderna, que sistematicamente exclui o “outro”, observa-se que a perspectiva androcêntrica<sup>23</sup> ainda predomina nos estudos sindicais. Essa hegemonia masculina na produção do conhecimento ignora e marginaliza a militância sindical feminina, perpetuando sua invisibilidade no campo de pesquisa.

Tem ainda uma questão intrínseca, existe também a questão de maridos que não gostam que as suas companheiras assumam determinados cargos, como por exemplo o de presidente de um sindicato ou associação, para que façam as atividades domésticas. Marta Aguiar destaca em nossa entrevista que seu companheiro assumiu muitas funções “do lar” enquanto ela assumia as questões do sindicato, e que no início ele resistia muito a realizar essas tarefas.

Outro exemplo, assim como desse, é o de Marta Aguiar, conhecida na cidade de Manoel Urbano como “Marta do Sindicato”, ela foi presidente do sindicato dos trabalhadores

---

<sup>23</sup> Para Santos (2002), a epistemologia androcêntrica constrói um “conhecimento masculino”, universalizante e neutro, que toma como referência a experiência masculina e ignora as especificidades da realidade das mulheres.

rurais de Manoel Urbano duas vezes, a primeira em 2008 e a segunda em 2012, cada mandato com 4 anos.

Em agosto de 2024, conversamos com a Marta, que estava animada com a sua candidatura a vereadora do município de Manoel Urbano, e ela contou um pouco da sua trajetória de vida dentro e fora do sindicato e dos movimentos sociais, isso porque ela não era ligada apenas ao STR, ela também atuou em ações de uma cooperativa de mulheres no município e ajudou, em 2023, a criar a Associação Mulheres da Terra, que é uma organização da sociedade civil com o objetivo de mediar o desenvolvimento e capacitação através da promoção de conhecimento e educação às moradoras, produtoras e empreendedoras rurais e urbanas do município de Manoel Urbano e da região.

A Marta é uma ex-líder sindical que iniciou sua jornada no movimento social aos 19 anos, quando foi convidada para atuar como secretária no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Manoel Urbano. Segundo a própria Marta (2024), sua entrada no movimento sindical foi uma experiência surpreendente, pois inicialmente ela não conhecia a dinâmica do movimento social. No entanto, ao se envolver nas atividades do sindicato, ela se apaixonou pela causa e pela luta dos trabalhadores rurais.

Marta destaca:

Foi um início de caminhada muito motivador porque pra mim eu entendia que o movimento era totalmente diferente. E aí fui surpreendida pela paixão arrebatadora pelo movimento social [...] quando eu entrei no sindicato, é, passou uns 2 anos, e eu fui me destacando lá dentro, digo, do sindicato dos trabalhadores rurais. Então a partir disso eu fui conhecer a realidade dos nossos trabalhadores, né? E não foi fácil. (informação verbal)<sup>24</sup>.

As mulheres, especialmente nas regiões rurais e tradicionais, enfrentam o desafio constante de equilibrar suas responsabilidades domésticas com sua participação nos movimentos sociais. Elas muitas vezes assumem o papel central no cuidado da casa e da família, garantindo a educação dos filhos, a preparação de alimentos e a manutenção do lar, ao mesmo tempo em que se envolvem em lutas políticas e sociais.

Marta relata que durante sua gestão na presidência do STR no ano de 2010, 2 meses após ter sua filha, já estava no STR atuando e recebendo os associados, conforme relatou durante nossa entrevista:

Em 2010 eu tive a minha filha. E quando minha filha tinha 2 meses de idade, eu já levava ela para sindicato comigo, levava ela para reuniões. Quando eu estava atendendo um associado, lá no sindicato, às vezes ela estava no bebê conforto, aí eu

---

<sup>24</sup> Entrevista concedida por Marta Aguiar, ex-presidente do STR de Manoel Urbano, em agosto de 2024.

empurrava o bebê conforto com o pé para balançar o bebê conforto pra ela não chorar, né? Pra poder terminar o atendimento do associado. (informação verbal).<sup>25</sup>

A fala de Marta ilustra claramente os desafios que muitas mulheres enfrentam ao conciliar o cuidado familiar com sua atuação nos movimentos sociais. Mesmo sendo uma filha recém-nascida, Marta não deixou de lado suas responsabilidades no sindicato, adaptando sua rotina para atender tanto aos associados quanto às necessidades de sua filha. Esse relato destaca a força e a resiliência das mulheres, que, apesar das múltiplas demandas, seguem firmes em suas lutas por direitos. É uma realidade que evidencia a sobrecarga feminina e a necessidade de maior reconhecimento e apoio dentro dos movimentos sociais para que essas mulheres possam desempenhar seus papéis de forma plena.

A jornada de Marta nos traz uma reflexão sobre as jornadas que as mulheres frequentemente têm que lidar, Duarte e Spinelli (2019) fazem um apontamento sobre isso:

À mulher, independentemente de exercer atividades no trabalho produtivo, incumbiu-se o trabalho de reprodução, caracterizado como improdutivo, sem limites de tempo, inerente ao lar, aos serviços domésticos, exercido no seio familiar, e realizado de modo gratuito. O trabalho produtivo, apropriado pelo sexo masculino, visa conter todo esforço despendido na mão de obra assalariada em um produto comercial, com objetivos de lucro/acúmulo de capital, portanto maior valor social. (Duarte e Spinelli, 2019, p. 140).

A entrada das mulheres em movimentos sociais trouxe uma nova compreensão sobre os papéis sociais, permitindo-lhes um envolvimento ativo tanto político quanto econômico. No entanto, essa emancipação feminina gerou desconforto entre os setores mais conservadores, que passou a temer que as mulheres pudessem romper com suas “funções naturais”.

Esse recebimento estava ligado à ideia de que uma inversão nos papéis sociais tradicionais poderia desestruturar a família e gerar desordem social, ameaçando, no último instante. Ainda segundo Duarte e Spinelli (2019):

Nesse sentido, a caracterização dada ao trabalho doméstico (reprodutivo), bem como improdutivo, proporcionou a exclusão da mulher da sociedade civil e do status livre de cidadão, realidade que parte de argumentos essencia-listas e naturalizantes, primordiais para a exploração e inferioridade do sexo feminino na sociedade. Esse cenário de inferioridade, sobretudo, é identificado pelas feministas contemporâneas como articulações misóginas do sistema capitalista, com intuito de tencionar para a desvalorização do trabalho desenvolvido pelas mulheres. (Duarte e Spinelli, 2019, p. 142).

Durante nossa entrevista, em alguns momentos, Marta ressaltou que ao longo da sua trajetória do sindicato, logo nos primeiros anos, seu companheiro não conseguia entender a importância de ela estar naquele local e acabava se irritando pelo fato de ter que lidar com as

---

<sup>25</sup> Entrevista concedida por Marta Aguiar, ex-presidente do STR de Manoel Urbano, em agosto de 2024.

demandas de casa, ela destaca:

No início, a questão do sindicato, né? Deixou um pouco assim a nossa relação a ser um pouco turbulenta, porque as demandas, né, ficavam mais para ele: a demanda de casa e tudo, mas a gente fazia o possível, né? [...] antes ele me ajudava com raiva, sabe? Porque ele não entendia o quanto que era importante esse trabalho que eu fazia. E aí, só em 2015 que ele já teve outra concepção, já viu o quanto é importante, né? E assim, a parceria se fortaleceu cada dia mais. (informação verbal).<sup>26</sup>

A experiência de Marta ilustra não apenas os desafios enfrentados pelas mulheres que se aventuram nos movimentos sociais, mas também a necessidade de um reconhecimento mais amplo de suas contribuições e da importância de uma divisão equitativa das responsabilidades familiares. A luta por direitos não se limita apenas à esfera pública, mas permeia as dinâmicas familiares, exigindo que tanto homens quanto mulheres reavaliem seus papéis tradicionais.

Segundo Bourdieu (2000), as relações de gênero podem ser construídas socialmente e ser desconstruídas por meio da conscientização e da luta coletiva, o que é essencial para que as mulheres possam se sentir protegidas e respeitadas em suas jornadas. Além disso, a trajetória de Marta reflete uma opinião mais ampla que ocorre em diversas comunidades da Amazônia, onde as mulheres estão cada vez mais se organizando e reivindicando seus direitos.

O fortalecimento de associações como a “Associação Mulheres da Terra” é um exemplo claro de como a mobilização feminina pode criar espaços de empoderamento e solidariedade. Como argumenta Guimarães (2015, p. 64): “a organização coletiva das mulheres não apenas desafia as estruturas patriarcais, mas também promove uma mudança cultural que beneficia toda a sociedade”.

## **2.4 A luta por mais representatividade: as mulheres indígenas do Acre**

Nas últimas décadas, o Brasil presenciou um notável crescimento da participação das mulheres indígenas em diversos âmbitos da sociedade. Essa ascensão se manifesta na intensificação de sua presença em espaços públicos de debate político, na interlocução com instituições não indígenas, na institucionalização de organizações políticas femininas e no acirramento do debate sobre seus direitos específicos.

As mulheres indígenas estão assumindo cada vez mais um papel de destaque nas lutas e reivindicações dos povos indígenas, especialmente na histórica batalha pela demarcação das terras. Sua voz ressoa com vigor nos debates que abordam uma variedade de temas cruciais. No

---

<sup>26</sup> Entrevista concedida por Marta Aguiar, ex-presidente do STR de Manoel Urbano, em agosto de 2024.

âmbito da violência, elas lutam incansavelmente contra a violência familiar e interétnica, buscando proteção contra agressões físicas, psicológicas e sexuais que afetam suas comunidades.

O empoderamento econômico é outra frente importante, buscando acesso a recursos técnicos e financeiros para a geração de renda, promovendo assim autonomia e desenvolvimento sustentável, elas estão sendo cada vez mais inseridas em cargos de alto escalão de governos atuais: a exemplo de Sônia Guajajara como Ministra dos Povos Indígenas, Joenia Wapichana como presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, a FUNAI. No Acre, Nedina Yawanawá e Francisca Arara ganham destaque como secretárias de povos indígenas no estado. Nedina também é coordenadora de uma associação de mulheres indígenas, ativista política e professora.

A trajetória histórica das organizações de mulheres indígenas no Brasil é marcada por importantes marcos e desafios, evidenciando o protagonismo e a capacidade de transformação social dessas mulheres ao longo do tempo. A década de 1990 marcou a expansão desse movimento, com a criação de mais organizações de mulheres indígenas e o estabelecimento de departamentos dedicados às mulheres dentro de organizações indígenas existentes.

A institucionalização das demandas das mulheres indígenas impulsionou a participação delas em reuniões nacionais e internacionais, consolidando e articulando suas organizações. Essa crescente inserção em diferentes espaços de debate amplifica suas vozes e reivindicações.

A participação ativa das organizações de mulheres indígenas, conforme observado por Verdum (2008), desempenha um papel importante no fortalecimento dessas comunidades em diversos aspectos: em primeiro lugar, essa participação fortalece a capacidade das organizações de mulheres indígenas de influenciar políticas públicas, permitindo-lhes incidir na formulação e implementação de políticas que impactam diretamente suas vidas e as de suas comunidades.

Assim como aconteceu a marcha das margaridas, no ano de 2002, segundo Verdum *et al* (2008), no mesmo ano (2002), o Encontro de Mulheres Indígenas Amazônicas foi um marco para o movimento de mulheres indígenas, resultando na criação do Departamento de Mulheres Indígenas dentro da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Essa iniciativa representou um avanço significativo na articulação e fortalecimento do movimento das mulheres indígenas na região amazônica.

Além disso, essa participação possibilita o exercício do controle social, ao monitorar e avaliar a aplicação de recursos e políticas públicas destinadas aos povos indígenas. Outro aspecto relevante é a habilidade de dialogar com a sociedade não indígena, estabelecendo

pontes de comunicação e colaboração com diferentes setores.

Em novembro de 2021 uma jovem mulher indígena atraiu os olhares do mundo ao discursar na 26ª Conferência do Clima (COP26) em Glasgow, na Escócia. Txai Suruí, fez um discurso empoderado acerca da emergência climática e da devastação da floresta Amazônica.

A Txai Suruí é uma liderança indígena do povo Paiter Suruí, e sua presença na COP 26 proporcionou uma plataforma global para destacar as questões enfrentadas pelas comunidades indígenas, especialmente em relação à preservação ambiental e à luta contra as mudanças climáticas.

Ela foi capaz de compartilhar as perspectivas, os conhecimentos e as experiências das mulheres indígenas em relação à proteção da terra, dos recursos naturais e da biodiversidade. Essa participação traz consigo uma série de consequências positivas. Entre elas, podemos destacar a ampliação da visibilidade das mulheres indígenas e de seus desafios na sociedade brasileira, o que contribui para um maior reconhecimento dos direitos específicos das mulheres indígenas, como o direito à terra, à saúde, à educação e à participação política. Ademais, fortalece o protagonismo das mulheres indígenas na luta por seus direitos e pelo bem-estar de suas comunidades.

Entretanto, apesar dos avanços, ainda persistem desafios significativos. A sub-representação das mulheres indígenas em cargos de poder, a desigualdade de gênero dentro das comunidades e na sociedade em geral, a falta de recursos financeiros e técnicos para o pleno funcionamento das organizações de mulheres indígenas e a prevalência da violência doméstica e sexual contra as mulheres indígenas são alguns dos desafios que demandam atenção e ação contínua, segundo algumas mulheres indígenas que hoje ocupam cargos importantes no governo de Gladson Cameli (2019-atual).

No Acre uma organização que tem ganhado cada dia mais protagonismo é a Organização das Mulheres Indígenas do Acre e Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia – SITOAKORE, que tem desempenhado um papel significativo na representação das mulheres indígenas da região amazônica, segundo Nedina Yawanawá, desde sua fundação em 2005. Seu compromisso tem sido consolidar a organização social e promover as causas do movimento indígena e do espaço feminino.

Ao longo dos anos, a SITOAKORE tem trabalhado para destacar o papel ativo e histórico das mulheres indígenas dentro e fora das aldeias, buscando o reconhecimento de sua importância. A organização concentra seus esforços na defesa dos direitos sociais e culturais das mulheres indígenas, ao mesmo tempo em que promove e fortalece suas atividades. Isso visa assegurar a presença e a participação feminina em diversas áreas de discussão relacionadas às



políticas destinadas aos povos indígenas.

A SITOAKORE tem como coordenadora Nedina Yawanawá, liderança que está desde a fundação da organização e em entrevista cedida para o jornal *ContilNet* em 18/03/2022 destacou:

Eu sou um resultado da luta do movimento de mulheres indígenas do Estado do Acre. Sou fruto de resistência. Hoje estou tendo a oportunidade de estar, pela segunda vez, na coordenação da SITOAKORE, o que considero uma função importantíssima. Antes de mim, outras mulheres iniciaram esse movimento, que brevemente completará duas décadas. Nossa causa é permanente e constante, em defesa dos direitos indígenas garantidos constitucionalmente, pela conquista de espaço das mulheres indígenas e pelo fortalecimento da cultura de cada um dos povos que compõem a organização (Nedina Yawanawá, entrevista em 18/03/2022).

Além disso, as lideranças também estão atuantes em uma articulação regional envolvendo povos indígenas do Acre, Sul do Amazonas e noroeste de Rondônia, buscando garantir políticas públicas específicas e diferenciadas nas áreas de educação, meio ambiente, saúde, produção, entre outros.

De acordo com Matos (2012):

Na trajetória histórica do movimento indígena no Brasil, as mulheres indígenas criaram, no início de sua participação, associações com o intuito de fortalecer as reivindicações e ações do movimento ampliado, cuja coordenação se concentrava nas mãos das lideranças masculinas [...] por meio dessas associações, Gênero e Povos Indígenas lidavam com problemas comuns aos homens (demandas por terra, geração de renda, educação, saúde etc.), mas a partir da perspectiva indígena feminina. Somente anos depois, as mulheres indígenas formularam demandas específicas ao gênero feminino, como cuidados com a saúde reprodutiva e criação dos/as filhos/as, combate à violência contra mulheres (em decorrência do alcoolismo), reivindicação por maior participação feminina nos espaços públicos indígenas e indigenistas, maior oportunidade de capacitação das mulheres indígenas, entre outras demandas. Nas últimas décadas, as principais reivindicações das mulheres indígenas eram pela participação direta no gerenciamento de projetos indígenas comunitários, sobretudo, os de desenvolvimento sustentável e de revitalização cultural articulada à geração de renda (Matos, 2012, p. 148-149).

Ainda segundo Matos (2012), assim como muitos líderes homens do movimento indígena no Brasil, a maioria das mulheres que emergiram como líderes em espaços públicos interétnicos possuem uma significativa experiência de vida urbana. Isso é compreensível, uma vez que para se envolver politicamente no campo indigenista, as representantes indígenas devem possuir conhecimentos específicos para lidar com o funcionamento do Estado brasileiro em suas várias esferas (federal, estadual e municipal), a estrutura da sociedade nacional (composta por diferentes categorias sociais, econômicas, profissionais, geracionais e de gênero) e com políticas internacionais.

Nedina Yawanawá é da Terra Indígena do Rio Gregório, e ela é de uma família de

lideranças indígenas. Ela destaca:

Então, primeiro que é eu venho de uma família de lideranças né, meu avô foi o que herdou a liderança, depois do pai dele. Minha mãe é a primeira filha [do avô], então como filho de liderança a gente recebe uma preparação, uma educação para assumir papéis, né? E ao longo dos anos... desde a minha juventude, eu passei a acompanhar as lideranças dos meus tios, meus avós, meu pai... nos espaços que eles andavam, né? Como uma jovem ouvindo e aprendendo, então vendo os meus, vendo meu avô, vendo dos meus tios. Isso me impulsionou. Me motivou também a dar continuidade. Aí esse papel de contribuir, para minha família, para contribuir para o meu povo de alguma forma. É, então, isso me motivou porque vê que as minhas lideranças, meu avô, meus tios em que trabalhavam em prol da nossa família, do nosso povo e isso demonstrava respeito muito grande por eles, porque eles sempre que faziam algum trabalho com projeto que era voltado para toda a família. Então vindo de uma família de liderança e acompanhando meus tios, meu avô, meu pai... nesse trabalho de frente, me deu um preparo para que eu pudesse continuar essas jornadas... de também contribuir, conforme a minha preparação, e buscando também outros conhecimentos além da educação tradicional, também buscando outros conhecimentos no mundo não indígena (informação verbal).<sup>27</sup>

A migração histórica de famílias indígenas para áreas urbanas, impulsionada por motivos econômicos e pela busca de acesso aos serviços públicos, principalmente educação e saúde, tem levado as mulheres indígenas a se envolverem cada vez mais nas dinâmicas interétnicas urbanas. Distribuídas em diversos espaços e redes sociais, muitas delas assumiram o papel de provedoras para seus familiares na cidade, além de serem referências familiares para aqueles que permaneceram nas terras indígenas.

No caso das mulheres indígenas, segundo Nedina Yawanawá:

Então, a princípio, era mais questões domésticas, cuidar da limpeza, cuidando dos filhos, cuidar do roçado, organizar uma reunião... depois, com o tempo, com as mudanças, as mulheres também passam a participar de reuniões com voz, né, com respeito, elas passam também a conduzir trabalhos voltados para fortalecimento do artesanato. Muito forte o artesanato que passa a ter uma receita dentro da aldeia. Os trabalhos que elas têm também de fazer representações fora da comunidade e os próprios papéis que as mulheres desenvolvem como professoras, agentes de saúde, agentes de saneamento básico, como parteiras, como líderes espirituais, como pajés... Então, hoje, são diversos papéis que as mulheres desempenham, não é mais só o que era pré-definido, mas também nós realizamos outros papéis. Trazendo todo esse conhecimento tradicional para a atuação do movimento social, a gente fortalece o movimento que tem aqui fora através do conhecimento que a gente traz da base, do nosso povo, e a gente soma com os conhecimentos que a gente adquire aqui, conhecendo os nossos direitos, a lutar pelos direitos e por um acesso às políticas públicas: da saúde, da educação, na cultura, nas questões sociais... (informação verbal).<sup>28</sup>

Nesse sentido, torna-se fundamental reconhecer que o trabalho reprodutivo das mulheres indígenas apresenta especificidades culturais distintas daquelas presentes na sociedade não indígena. Em suas comunidades, essas mulheres desempenham papéis essenciais

<sup>27</sup> Entrevista realizada com Nedina Yawanawá em setembro de 2024.

<sup>28</sup> Entrevista realizada com Nedina Yawanawá em setembro de 2024.

não apenas na manutenção da vida cotidiana e no cuidado com os familiares, mas também na preservação e transmissão de conhecimentos tradicionais, na gestão dos recursos naturais e na sustentação das estruturas sociais e culturais de suas comunidades.

Essas contribuições, que vão além das funções econômicas, reforçam a importância das mulheres indígenas tanto em contextos urbanos quanto nas terras indígenas, evidenciando suas múltiplas responsabilidades e a centralidade de seu papel na família e na comunidade.

### **CAPÍTULO 3 – Trajetórias de lutas e resistências das mulheres indígenas e seringueiras: elas por elas**

Neste capítulo, exploramos as trajetórias de luta e resistência das mulheres indígenas e seringueiras do Acre, destacando suas histórias de vida e as experiências que moldaram suas práticas de resistência. A partir das entrevistas realizadas, pretendemos amplificar a voz dessas mulheres, compreendendo suas perspectivas sobre a atuação nos movimentos sociais, na organização comunitária e na luta pela preservação do território. O objetivo é trazer à tona as narrativas dessas mulheres, que muitas vezes são invisibilizadas, mas que desempenham um papel central na defesa dos direitos territoriais e na promoção da justiça social e ambiental na Amazônia.

A análise das entrevistas foi feita à luz de conceitos geográficos e de justiça social, enfatizando a importância da interseção entre identidade de gênero e território na construção de suas resistências. Através das vozes dessas mulheres, buscamos entender como suas experiências pessoais e coletivas contribuem para a construção de um espaço amazônico que resiste às ofensivas do capital e às pressões externas, reafirmando a necessidade de reconhecer e valorizar suas contribuições para o fortalecimento das comunidades e para a defesa dos direitos ambientais e territoriais.

Ao longo deste capítulo, discutiremos também os desafios enfrentados pelas mulheres indígenas e seringueiras, tanto no contexto familiar quanto nas esferas sociais e políticas mais amplas. Abordaremos as estratégias de resistência que elas têm desenvolvido para enfrentar a discriminação, a violência e as desigualdades de gênero, explorando como essas práticas de luta se conectam com a busca por justiça social e territorial.

#### **3.1 - Práticas de resistência: elas contam e fazem a história**

As entrevistas revelam que as histórias de vida dessas mulheres estão profundamente ligadas ao seu território e à sua cultura. Muitas delas cresceram em comunidades que dependem da floresta para sua subsistência, e essa relação íntima com a terra moldou suas identidades e suas lutas.

Por exemplo, Maria José Arara, 37 anos, mãe, avó, esposa e coordenadora do coletivo de mulheres indígenas da Terra Indígena Jaminawa-Arara do Rio Bagé, do município de Marechal Thaumaturgo, coincidentemente como a tradição de coleta de sementes foi passada de geração em geração, e como isso a protegeu da luta pela preservação não apenas de seu modo

de vida, mas também do meio ambiente que sustenta sua comunidade e garante a soberania alimentar do seu povo.

Maria José afirma:

Graças a esse conhecimento tradicional que foi passado de geração em geração pela minha família, que nós conseguimos hoje passar e conseguir vencer essa seca que hoje o Rio Bagé enfrenta. Do município de Marechal Thaumaturgo para a Aldeia São Sebastião são mais de 4 horas de barco, mas com o rio seco não é possível fazer esse trajeto, então fica impossível trazer alimentação: arroz, feijão, açúcar [...] e se nós não tivéssemos a nossa colheita, as nossas coisas aqui na nossa aldeia, tava todo mundo passando fome [...] então eu me orgulho muito de ser a representante das mulheres Arara do Rio Bagé, pois nosso conhecimento ele é compartilhado, inclusive em forma de intercâmbio. Nós fizemos um intercâmbio recente com aldeias aqui do Peru e foi muito importante porque nós podemos fazer essa troca de mudas, de sementes [...] que ajuda a gente. (informação verbal).<sup>29</sup>

A resistência dessas mulheres se manifesta de diversas formas, desde a organização de grupos de apoio mútuo até a participação em movimentos sociais mais amplos. Elas utilizam sua voz e presença em espaços públicos para reivindicar direitos e expressar suas demandas. Através de encontros, assembleias e protestos, essas mulheres têm se articulado para exigir políticas públicas que garantam a proteção de seus territórios e o reconhecimento de suas contribuições para a sociedade.

E para Nedina Yawanawá, a participação de mulheres indígenas nos movimentos sociais tem crescido muito e tem sido significativa, ela afirma:

olha no contexto do movimento social, a participação das mulheres... É, ela teve uma progressão muito grande, ela teve um avanço. Antes, as mulheres, muito tímidas... tinham medo de se impor, tinham medo de exigir espaço de voz porque era só para as lideranças homens. Porém, com o tempo, muitas coisas se perderam, muitos movimentos se enfraqueceram e as mulheres passaram a ser fortalecidas nas suas presenças, com as suas atuações, na defesa de seus direitos. E aqui no Acre não foi diferente. atualmente a participação de nós mulheres é muito forte... a nível federal, a nível nacional, nós temos, hoje com a criação do ministérios povos indígenas a Sonia Guajajara, presidência da FUNAI a Joênia Wapichana, nós temos cinco secretarias estaduais na Amazônia e a presença ela é bem visível, mas ainda somos poucas, a nossa dificuldade é manter uma política, é manter a participação e as nossas dificuldades é fortalecer isso para que a gente possa aumentar essa participação porque ainda é pouco diante das necessidades, dos problemas que a gente enfrenta como povos indígenas, é preciso ter muitas outras mulheres, trazer a juventude, as mulheres indígenas para elas somar e entender também o papel de contribuir para essa defesa, estando nas instituições públicas, estando no governo, estando nos movimentos sociais... todos esses espaços precisa ser preenchido com mais mulheres e fortalecer essa luta. (informação verbal).<sup>30</sup>

<sup>29</sup> Entrevista realizada em abril de 2024 na reserva extrativista Alto Juruá durante uma reunião de um Plano de Gestão Integrada entre os extrativistas da Alto Juruá e as Terras Indígenas do entorno da Resex. A reunião foi coordenada pela ONG SOS Amazônia e pela Comissão Pró-Indígenas do Acre – CPI Acre.

<sup>30</sup> Entrevista realizada com Nedina Yawanawá em setembro de 2024.

Apesar de suas valiosas contribuições, as mulheres indígenas e seringueiras enfrentam enormes desafios. A discriminação de gênero, a violência e a falta de acesso a recursos e oportunidades são barreiras constantes. Muitas delas relatam experiências de assédio e opressão, tanto no ambiente familiar quanto nas esferas sociais e políticas. Dercy, uma agricultora, enfatizou em sua entrevista que “o machismo imperava na época”, refletindo uma realidade que ainda persiste em muitos contextos.

Para enfrentar essas adversidades, as mulheres desenvolveram estratégias de resistência que incluem a promoção da educação e a capacitação de outras mulheres em suas comunidades. Elas reconhecem que a educação é uma ferramenta poderosa para a transformação social e a autonomia. Além disso, a formação de redes de apoio e solidariedade entre mulheres tem sido fundamental para fortalecer suas vozes e suas lutas.

A mobilização de mulheres no Brasil e no mundo teve, sem dúvida, impactos significativos no Acre, que sempre foi visto como um território em constante transformação. Segundo a historiografia tradicional, essa região foi desbravada predominantemente por homens que estabeleceram modos de vida locais. As mulheres, por sua vez, frequentemente foram deixadas à sombra, e quando mencionadas na historiografia clássica, aparecem como exceções, sendo tratadas como mercadorias, privilégios ou objetos de disputa.

Elas costumam estar “à margem” da narrativa histórica do Acre (Cruz, 2001). Contudo, essa perspectiva é uma questão de interpretação, pois as mulheres estiveram ativamente presentes, demonstrando coragem e resistência de diversas maneiras no cotidiano dos seringais, nas margens dos rios e, mais tarde, nos centros urbanos.

Cruz (2001) destaca que a década de 1990 foi um marco para o movimento de mulheres no Acre. De acordo com a autora:

O destaque do ano de 1996 é a criação da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CEMTRAC), da Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Acre (FETACRE) [...] Também com o apoio das Missionárias de Jesus Crucificado, é criado o Grupo de Mulheres e Adolescentes Força Feminina (GMAF), no bairro Nova Esperança, em Rio Branco (Cruz, 2001, p. 48).

E neste período também as mulheres indígenas se movimentam em suas organizações, buscando apoios que garantiriam um maior fortalecimento dos movimentos. Cruz (2001) destaca:

As mulheres indígenas também se movimentam buscando um maior espaço na União das Nações Indígenas (UNI), criando em 1997, o Grupo de Mulheres Indígenas (GMI), durante a III Assembléia Ordinária da UNI, realizada na Aldeia Morada Nova, no município de Feijó/AC. Com o apoio da UNI, Universidade Federal do Acre (UFAC), Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (PESACRE) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI), realizou o levantamento da

realidade dos índios que moram na cidade de Rio Branco. O resultado desse trabalho evidenciou as precárias condições de vida dessas famílias, principalmente nas áreas de saúde, educação, habitação e emprego. E, no conjunto da população, as mulheres encontram-se em condições mais desfavoráveis e mais vulneráveis, principalmente em relação à saúde. Com base nesses indicadores, o GMI iniciou um trabalho de prevenção através de palestras e cursos para essas mulheres indígenas (Cruz, 2001, p. 49).

Para Maria José, do povo Jaminawa-Arara do Rio Bagé, esses eventos são muito importantes para o conhecimento e o incentivo de mais mulheres nos movimentos indígenas. No caso dela, que vive na região do Alto Juruá em Marechal Thaumaturgo, em muitos dos eventos que reuniam os povos indígenas apenas os homens eram convidados a falar, as mulheres indígenas dessa região eram vistas como “selvagens” e “brabas”, como nos descreve Wolff (1998) em sua tese.

Nedina Yawanawá destaca em sua fala que seu avô, liderança do povo Yawanawá do Rio Gregório, foi uma das pessoas que ajudou a dar espaço para as mulheres do seu povo. Ela disse:

E somente em 2005, a partir da entrada de 2 tias minhas para uma dieta sagrada que somente era para os homens e que as mulheres não tinham acesso. Quando elas quebraram essa tradição, né, para que elas se pudessem também conhecer esse mundo espiritual. Quando o meu avô é também escolheu a nossa minha primeira liderança mulher, da tradição dentro da aldeia, como uma liderança indígena dentro da aldeia, como cacica, isso foi sendo mudanças que nos deram exemplos que a gente podia também, é, assumir algum papel dentro da comunidade. Não só dos afazeres domésticos, não só cuidar de filho, não só fazer trabalhos no roçado. E aí, como mulher, eu enfrentei muitos desafios. É, por ser indígena também. Preconceito. A gente sofre esse preconceito de certa forma, dentro da família, dentro do povo, porque até então as mulheres não tinha voz em reuniões, não tinha esse espaço de voz, protagonismo, dentro da comunidade (informação verbal).<sup>31</sup>

Deste modo, observamos que as lutas das mulheres indígenas e extrativistas ao longo do tempo revelam não apenas a resistência contra opressões históricas, mas também a complexidade das dinâmicas de poder que as cercam. Apesar de frequentemente relegadas a papéis secundários nas narrativas históricas, conforme reforçado por Wolff (1998), essas mulheres desempenham um papel decisivo na defesa de seus direitos territoriais e na luta de classes.

### 3.2 Interseção entre gênero e território

---

<sup>31</sup> Entrevista realizada com Nedina Yawanawá em setembro de 2024.

A análise das experiências dessas mulheres também revela a interseção entre gênero e território como um aspecto importante em suas lutas. O conceito de “território” vai além da mera delimitação geográfica; envolve um espaço de identidade, cultura e resistência. Para as mulheres indígenas e seringueiras, o território é um símbolo de sua luta por reconhecimento e direitos. Eles defendem não apenas a preservação ambiental, mas também a preservação de suas culturas e modos de vida.

No contexto do preconceito sofrido por mulheres indígenas, por exemplo, Nedina faz questão de contar como o preconceito sempre esteve enraizado tanto na cultura indígena quanto na não indígena, ela destaca:

Como mulher indígena, primeiro por ser mulher, né? A gente já sofre um preconceito por simplesmente por ser mulher. Segundo, por ser indígena. Né? Ser indígena, pertencer a um povo, ter uma cultura, uma língua, uma tradição diferente, isso também é... isso causa nas pessoas que não conhecem um preconceito muito grande, ou seja, como se a gente não tivesse o direito de estar em qualquer lugar que a gente queira. Como eu expliquei né, vindo de família de lideranças, mas sabendo que dentro da comunidade a mulher e o homem, ela, pela tradição, a gente já tem papéis pré-definidos. E somente em 2005, a partir da entrada de 2 tias minhas para uma dieta sagrada que somente era para os homens e que as mulheres não tinham acesso. Quando elas quebraram essa tradição, né, para que elas se pudessem também conhecer esse mundo espiritual. Quando o meu avô é também escolheu a nossa minha primeira liderança mulher, da tradição dentro da aldeia, como uma liderança indígena dentro da aldeia, como cacica, isso foi sendo mudanças que nos deram exemplos que a gente podia também, é, assumir algum papel dentro da comunidade. Não só dos afazeres domésticos, não são cuidar de filho, não só fazer trabalhos no roçado. E aí, como mulher, eu enfrentei muitos desafios. É, por ser indígena também. Preconceito. A gente sofre esse preconceito de certa forma, dentro da família, dentro do povo, porque até então as mulheres não tinha voz em reuniões, não tinha esse espaço de voz, protagonismo, dentro da comunidade (informação verbal).<sup>32</sup>

As narrativas coletadas demonstram que, ao reivindicar seus direitos territoriais, essas mulheres também estão desafiando normas de gênero que historicamente foram marginalizadas. A luta por um espaço seguro e respeitoso para viver e trabalhar é, portanto, uma luta por justiça social, igualdade de gênero e sobretudo justiça em defesa de seus territórios.

Marta, ex-presidente do STR de Manoel Urbano também relata alguns preconceitos que sofreu quando ingressou na vida dos movimentos sociais, ela destacou em nossa entrevista:

E em 2014 eu “comprei” isso dentro do sindicato, as pessoas ainda era muito naquela questão de que mulher não podia ser presidente de sindicato, né? Então eu fui dominar esse espaço. Eu fui buscar o meu espaço no meio do machismo, né? E assim, lutar com todas as garras para que nós, mulheres, né, nós estejamos à frente dessas lideranças, mas com respeito, né? Conquistei meu respeito. Mas muitas das vezes as pessoas chegavam, dava piadinha, principalmente homens machistas dava piadinha. E eu conseguia com a minha educação burlar aquela situação, e tirar aquela ideia de que só por eu ser mulher eu ia querer receber qualquer cantada de homem. E ali eu fui indagada por homens que achavam que eu era só a carne, só o corpo. Como eu era

<sup>32</sup> Entrevista realizada com Nedina Yawanawá em setembro de 2024.



jovem desde o início, né? Ainda sou jovem, me considero jovem, tive que conquistar o respeito, conquistar o respeito de uma mulher que é reivindicadora, uma mulher batalhadora, como eu me considero. Um mulher que tem a família dela, que tem um esposo dela, mas que ali, quando ela está à frente do sindicato ela anda no meio da floresta sozinha e não precisa de ninguém para estar ali defendendo ela porque ela mesma se defende.

Da mesma forma que Marta e Nedina, Maria José Arara destaca que seu envolvimento com os movimentos sociais ocorreu de forma que ela hoje avalia como muito satisfatório:

No começo eu ia para os eventos e ficava ali calada, as vezes até meu nome eu tinha vergonha de falar, aí eu fui em um evento lá em Brasília e vi muitas mulheres participando ativamente das discussões e eu me senti bem para falar sobre o meu povo, para falar dos meus. Mas é um processo porque a gente é ensinada a ficar calada e em alguns lugares a gente mulher é silenciada. Hoje mesmo eu sempre ando com o Beto e as vezes perguntam mais as coisas para ele do que pra mim, mesmo quando são as ações de mulher, eles perguntam pro Beto e aí eu mesma digo que não é com ele, que quem cuida dessa parte sou eu. A gente vai aprendendo a se impor (informação verbal).<sup>33</sup>

As falas de Nedina evidenciam a complexidade do preconceito que as mulheres indígenas enfrentam, que não se limita apenas à sua condição de gênero, mas também à sua identidade cultural. Essa intersecção de opressões destaca a necessidade urgente de um diálogo mais inclusivo que reconheça e valorize a pluralidade das vozes indígenas. Ao romper com tradições que restringem o papel das mulheres, como suas tias fizeram, elas não apenas desafiam normas e condicionantes, mas também abrem caminho para uma nova geração de lideranças femininas. Essa mudança é fundamental para fortalecer a autonomia das mulheres dentro de suas comunidades e promover um ambiente onde todas possam participar ativamente nas decisões que afetam suas vidas.

Da mesma forma, a experiência de Marta ilustra a luta constante por respeito e reconhecimento em espaços dominados por homens. Sua determinação em conquistar um lugar de liderança dentro do sindicato não é apenas uma conquista pessoal, mas um passo significativo na luta pela igualdade de gênero. O fato de ela ter enfrentado as investidas sexuais e desdém revelam a resistência que muitas mulheres ainda enfrentam ao desafiar normas patriarcais.

Marta não apenas se destaca como uma líder, mas também como um modelo para outras mulheres que aspiram a ocupar espaços de poder e influência. Sua história enfatiza a importância de construir uma rede de apoio entre mulheres, onde experiências compartilhadas podem servir de inspiração e fortalecimento mútuo.

---

<sup>33</sup> Entrevista realizada em abril de 2024 na reserva extrativista Alto Juruá durante uma reunião de um Plano de Gestão Integrada entre os extrativistas da Alto Juruá e as Terras Indígenas do entorno da Resex. A reunião foi coordenada pela ONG SOS Amazônia e pela Comissão Pró-Indígenas do Acre – CPI Acre.

Inclusive, em 2024, Marta concorreu ao cargo de vereadora do município de Manoel Urbano, e foi eleita com 470 votos, e no meio da sua campanha sofreu um outro ataque que buscou lhe desqualificar: alguém criou um perfil no whatsapp se passando por ela e pedindo dinheiro para várias pessoas em nome da campanha. Marta teve que fazer um grande trabalho em suas redes sociais para expor o perfil fake e explicar a todos que se tratava de um golpe.

Já a trajetória de Maria José ressalta o poder da representatividade e a importância de dar voz às mulheres em espaços de decisão. Sua transformação de uma participante silenciosa para uma voz ativa nas reflexões reflete um processo de empoderamento que muitas mulheres vivenciaram.

Por fim, a análise dos conflitos enfrentados também por Dercy Teles e outras mulheres nas organizações e movimentos de trabalhadores rurais de Xapuri foi realizada a partir de sua trajetória como a primeira mulher a presidir um sindicato no Acre. Nossa abordagem de entrevistar e conhecer mais sobre a história de Dercy e todas as mulheres aqui entrevistadas destaca o processo de silenciamento que foi construído e perpetuado ao longo das décadas, considerando referências sobre o tema.

Além disso, suas experiências pessoais e profissionais, que são marcadas por deslocamentos, rupturas, contradições, memórias e esquecimentos. A resistência ao silenciamento é uma questão central na luta pela igualdade, e Maria José exemplifica como a visibilidade e a participação podem desafiar as normas sociais.

### **3.2 O silenciamento das mulheres *versus* sua liberdade de fala**

Como já mencionado ao longo desta pesquisa, no final do século XIX e início do XX, a região Amazônica vivenciou o auge da borracha, com o início da extração do látex, o que despertou o interesse de muitos viajantes e naturalistas, muitos destes negligenciavam a presença de mulheres nos territórios.

Nesse contexto, a construção discursiva da região amazônica foi em grande parte influenciada por perspectivas que ignoravam as culturas, identidades e os povos que ali habitavam. Quando paramos para analisar os eventos históricos disponíveis, percebemos que, frequentemente, eles são narrados a partir de uma “perspectiva dominante”, ou seja, pela ótica daqueles que exercem controle sobre as populações.

Dessa forma, a historiografia tende a marginalizar os oprimidos e os silenciados, que

nesse caso foram mulheres e indígenas. Além disso, muitos dos relatos são fundamentados nas escritas de escritores não-amazônicos, que contam a história segundo sua própria perspectiva, impondo suas visões e categorizando os indivíduos conforme suas próprias metodologias.

Em relação às mulheres, a história de marginalização é contextualizada mundialmente, nos seringais amazônicos, no final do século XIX e início do século XX, a mulher era vista como um ser improdutivo do ponto de vista econômico. Wolff (1998) destaca:

Era comum que elas exercessem, nos seringais, especialmente as tarefas consideradas “domésticas”: cozinhar, criar pequenos animais (galinhas e patos, por exemplo), limpar a caça, pescar (mariscar) e limpar os peixes, lavar roupa, entre outras. Neste período, a precariedade com que viviam os seringueiros em suas barracas, com a proibição da agricultura em grande parte dos seringais e a transitoriedade imposta pelas contingências do patrão ou pelo desejo de autonomia dos seringueiros, não possibilitava uma produção doméstica mais elaborada, como a que se verificará no período posterior de crise da borracha (Wolff, 1998, p. 78).

As tarefas domésticas e o papel das mulheres que as desempenhavam foram fundamentais para a sustentabilidade dos seringueiros na floresta, especialmente durante a crise de preços da borracha, quando as mercadorias se tornaram escassas (Wolff, 1998). E autora acrescenta:

O trabalho das mulheres nos seringais era, entretanto, invisível. Em primeiro lugar pela própria invisibilidade da existência das mulheres neste período, já que é comum a afirmação de que “não havia mulheres” nos altos rios daquela época. Mas também porque a este trabalho vem sendo negado o estatuto de “importante”, “necessário”, “produtivo”, há longo tempo em nossa sociedade. Tem sido não somente “esquecido”, mas até “escondido” como vergonhoso. **O trabalho das mulheres parece diminuir os homens, que são responsabilizados pelo sustento delas, e as mulheres sentem-se então associadas a homens “incompletos”, incapazes de sustentá-las como deveriam.** Pelo trabalho, sendo este reconhecido como tal, elas perdem sua identidade de mulheres (Wolff, 1998, p. 83, *grifo nosso*).

Esse trecho destaca a falta de reconhecimento do papel das mulheres nos seringais, evidenciando como sua presença foi frequentemente ignorada na narrativa histórica. A afirmação de que “não havia mulheres” reflete uma visão que marginaliza suas contribuições e experiências.

Além disso, a desvalorização do trabalho feminino como algo irrelevante ou insignificante perpetua a ideia de que a dependência econômica das mulheres é um sinal de fraqueza masculina. Essa percepção distorce a realidade, levando as mulheres a se sentirem menosprezadas e a questionarem seu valor na sociedade.

Ao longo da pesquisa, observamos que esse silenciamento vai se perpetuando nas comunidades e aldeais, isso vem mudando, mas ainda é um gargalo a ser vencido. E tudo isso reflete no pensamento dessas mulheres ainda hoje, Maria José Arara destaca que:

Logo que eu comecei a participar das coisas, dessas reuniões que tem aqui, com Funai, com ICMBio e até mesmo com outras pessoa, toda vez eles iam perguntar sobre os nosso projetos de intercâmbio de sementes, até da nossa fruteira, que somos nós que cuidamos, aí vinham e perguntavam era pro meu marido, e eu tava ali e ficavam perguntando tudo pra ele, até que ele mesmo começou a me dar a palavra quando perguntavam assim pra ele (informação verbal)<sup>34</sup>.

Wolff (1998) destaca que as mulheres sempre foram colocadas nessa posição de pertencimento do homem, a autora destaca:

As relações entre homens e mulheres que se estabeleciam nesta sociedade movediça e cambiante dos seringais, eram perpassadas por atribuições de gênero que se relacionavam com as condições desta sociedade. Assim, ser homem era ser “seringueiro”, produzir muita borracha; ser forte, violento até, quando fosse tocada sua “honra”. Ser mulher era “pertencer” a um homem, pai, marido ou companheira. Este pertencimento podia ser mediado por alguma troca, doação ou mesmo por um “roubo” (Wolff, 1998, p. 84).

E era assim, pois na cultura dos seringais, as mulheres eram vistas como mercadorias valiosas, podendo ser traficadas, vendidas, encomendadas, capturadas nas florestas se fossem indígenas ou até mesmo roubadas. Nesse contexto, ser mulher significava estar sob a posse de um homem, obedecer e não ter a liberdade de determinar o próprio destino. Contudo, Cruz (2001) ressalta que foi a partir de 1980 que as mulheres passaram a ocupar mais espaços, a autora destaca:

A partir da segunda metade da década de 1980, no Acre, como fruto da resistência histórica e cotidiana das mulheres e da atuação de voluntárias do Movimento Leigo para a América Latina (MLAL) e do Setor Mulher da Comissão Pastoral da Terra (CPT), começaram a surgir organizações específicas dessas mulheres como Grupos de Mulheres colonas na BR 317 (sentido Rio Branco - Boca do Acre) com o objetivo de conscientizar e valorizar as mulheres, desenvolver atividades produtivas (corte e costura, artesanato, pintura em guardanapos, plantios comunitários, criação comercial de galinha caipira) aumentando a renda familiar; incentivar a participação das mulheres nas lutas reivindicatórias juntamente com os olhos e conquistar a cidadania (Cruz, 2001, p. 114-115).

Ainda de acordo com Cruz (2001), a partir desse momento começaram a surgir associações e coletivos para incentivar a participação de mulheres nos movimentos. Nesse contexto, a Comissão Pastoral da Terra do Acre – CPT-AC, desempenhou um papel fundamental pois:

O Setor Mulher da CPT - Regional Acre, desde a sua formação, em 1988, contribuiu no processo de valorização da mulher e conscientização de seus direitos e melhoria da renda familiar, incentivando as mais variadas atividades produtivas motivando a participação das mulheres trabalhadoras rurais nas organizações e movimentos populares (Cruz, 2001, p. 115).

---

<sup>34</sup> Entrevista realizada em abril de 2024 na reserva extrativista Alto Juruá durante uma reunião de um Plano de Gestão Integrada entre os extrativistas da Alto Juruá e as Terras Indígenas do entorno da Resex. A reunião foi coordenada pela ONG SOS Amazônia e pela Comissão Pró-Indígenas do Acre – CPI Acre.

E continua:

O Setor Mulher da CPT sempre procurou promover um intercâmbio entre os Grupos de Mulheres. Um primeiro espaço criado neste sentido, foi a promoção de reuniões bimestrais com as coordenadoras de cada grupo no Km 52 da BR 317. Nessas reuniões cada mulher colocava a caminhada de seu grupo e juntas definiam uma programação. Também se constituíram em espaços de aprofundamento de temas específicos relacionados aos interesses das mulheres (Cruz, 2001, p. 118).

A representatividade dessas mulheres fortaleceu os movimentos sociais de associações no Acre. Exemplo disso é a, já mencionada, Associação Mulheres da Terra que foi fundada com o apoio da ex-líder sindical Marta Aguiar, e ela fez questão de destacar em nossa conversa:

Essa associação, ela tem quase 100 mulheres dentro dessa associação. Além disso, nós tínhamos uma presidenta da cooperativa... Ela foi presidente por 2 mandatos e aí foi organizando, né? É mulheres costureiras, artesãs, né? Tudo isso dentro da cooperativa. Mas hoje, né, nós temos a associação mulheres da Terra, a qual a presidente é uma mulher. E que essa associação está para apoiar o empreendimento das mulheres rurais de Manoel Urbano.

Essas lutas regionais, locais, precisam e estão se articulando cada vez mais. A associação citada por Marta, atualmente, oferta cursos, palestras e em março de 2025 realizará a III Convenção de Mulheres da Terra de Manoel Urbano, uma iniciativa que representa o fortalecimento da união feminina em meio aos movimentos sociais.

Todos os avanços são muito importantes, mas como nos lembrou Nedina Yawanawá, há um esforço das mulheres que lideram para que mais mulheres queiram entrar no movimento para o fortalecimento dessa luta que é coletiva e constante. O cenário hoje pode parecer diferente do que descreveu Wolff (1998) em sua pesquisa de doutorado, mas todas as entrevistas nesta pesquisa acabaram, direta e indiretamente, dizendo que sentem falta de mais mulheres presentes nas associações, nas organizações, o que revela um latente silenciamento de muitas mulheres indígenas, rurais, extrativistas e seringueiras.

Outro fator que observamos, foi a influência que a Teologia da Libertação teve na vida de muitas mulheres, como foi o caso de Dercy Teles. O movimento teológico não apenas buscou a libertação dos pobres e oprimidos, mas também criou um espaço para a reflexão sobre a condição das mulheres, que frequentemente eram relegadas a papéis secundários nas narrativas sociais e religiosas (Boff, 1986). Ao enfatizar a justiça social, a Teologia da Libertação contribuiu significativamente para que os movimentos sociais incorporassem as vozes e as experiências das mulheres, promovendo uma transformação nas dinâmicas de poder dentro das comunidades.

De acordo com Boff (1986), um dos principais legados da Teologia da Libertação foi a valorização das experiências vividas pelas mulheres. A teologia propôs uma análise crítica

das estruturas patriarcais que não apenas oprimiam os pobres, mas também perpetuavam a desigualdade de gênero. Ao reconhecer que as mulheres enfrentavam múltiplas formas de opressão — econômica, social e de gênero — a Teologia da Libertação incentivou um diálogo que incluía suas vozes e experiências.

Esse diálogo ganhou força com os grupos de evangelização. Dercy destacou:

[...] em (19)78 iniciou em Xapuri, chegou a teologia da libertação em Xapuri, e aí os padres né, que na época era o padre Otavio Destro e o Claudio Avalone que vieram para Xapuri, eles iniciaram a teologia da libertação na zona rural do município, e nessas visitas eles fundavam o que se chamava de grupo de evangelização né, que depois se chamou de comunidade e até hoje é. Então nos grupos de evangelização era indicada comunidade, a comunidade indicava uma pessoa pra se responsabilizar e ser o animador daquele grupo, fazia as leituras, representar o grupo nas reuniões na paróquia e tudo mais, e aí a comunidade onde eu moro me indicou como a monitora titular, que era assim que era chamado o animador, de monitor e eu comecei a participar dos encontros né, que eram muito bom os encontros que a paróquia realizava, prelazia realizava né. Assim com grandes pensadores né como o Leonardo Boff, Clodovis Boff, Carlos Masters, e outros que eu não lembro o nome no momento né, que eram teólogos assim renomados que vinham fazer palestras para os monitores né. E nessas palestras claro que o tema de politização ele estava em primeiro lugar né porque a luz do evangelho nos conduzia para fazer uma política social aonde se garantisse o direito das pessoas independente de qualquer coisa (informação verbal).<sup>35</sup>

Além dessa influência, a Teologia da Libertação promoveu uma crítica mais ampla das estruturas de poder que sustentavam a desigualdade. Essa análise incluiu uma reflexão sobre como as relações de gênero estavam interligadas com as injustiças sociais e econômicas (Boff, 1986). As mulheres, frequentemente vistas como meras coadjuvantes na luta por justiça, passaram a ser reconhecidas como agentes de mudança. Essa mudança de perspectiva foi fundamental para que os movimentos sociais comessem a integrar questões de gênero em suas agendas, reconhecendo que a luta pela justiça social não poderia ser plena sem a inclusão das demandas femininas.

Como já mencionamos aqui, em 1990, a CNBB lançou a Campanha da Fraternidade com o tema “Mulher e Homem: imagem de Deus”, essa campanha especificamente ajudou o fortalecimento de redes de solidariedade entre mulheres (Boni, 2012). Esses espaços permitiram a troca de experiências e a construção de alianças em prol de causas comuns, criando uma base sólida para a luta por direitos. Através da mobilização coletiva, as mulheres puderam se unir em torno de objetivos comuns, ampliando seu impacto nas comunidades e reforçando sua presença nos movimentos sociais (Cruz, 2001).

Assim, ao longo deste capítulo, discutimos as trajetórias de luta e resistência das mulheres indígenas e seringueiras do Acre, destacando suas histórias de vida, os desafios

---

<sup>35</sup> Entrevista realizada com a ex-líder sindical em agosto de 2024.

enfrentados e as estratégias de resistência enfrentadas. Através das vozes dessas mulheres, conseguimos compreender a complexidade de suas experiências e a importância de suas contribuições para a defesa dos direitos territoriais e ambientais.

Desta forma, observa-se que as narrativas não apenas iluminam a luta por justiça social, mas também enfatizam a necessidade de um reconhecimento mais amplo das mulheres nas esferas sociais e políticas. A resistência dessas mulheres é um poderoso testemunho de sua força e determinação, e é fundamental que continuemos a apoiar e amplificar suas vozes.

## Considerações finais

Este trabalho buscou explorar as trajetórias de lutas e resistência das mulheres indígenas e seringueiras do Acre, destacando suas experiências e contribuições fundamentais para a defesa dos direitos territoriais e a promoção da justiça social e ambiental na Amazônia. Através das narrativas coletadas, foi possível evidenciar como essas mulheres, muitas vezes invisibilizadas, desempenham um papel central na preservação de suas culturas e na luta contra as desigualdades de gênero.

As entrevistas revelaram que a resistência dessas mulheres não se limita apenas ao enfrentamento das adversidades impostas por um sistema patriarcal e opressor, mas também se manifesta na construção de redes de solidariedade e na promoção de práticas de empoderamento. Essas mulheres utilizam suas vozes e experiências para desafiar normas sociais que historicamente as marginalizaram, mostrando que a luta por direitos não é apenas uma questão de sobrevivência, mas também de afirmação de identidade e dignidade.

A interseção entre gênero e território se mostrou fundamental para compreender a complexidade de suas lutas. O conceito de território, neste contexto, vai além da mera delimitação geográfica; ele envolve um espaço de identidade, cultura e resistência. Para as mulheres indígenas e seringueiras, a defesa de suas terras é uma forma de preservar não apenas seus modos de vida, mas também suas tradições e saberes ancestrais. Essa conexão íntima com a terra reforça a ideia de que a luta ambiental é também uma luta pelos direitos humanos, onde a preservação do meio ambiente está intrinsecamente ligada à afirmação de suas identidades e direitos.

Além disso, as histórias de vida apresentadas neste estudo ressaltam a importância da educação e da organização comunitária como ferramentas essenciais para a transformação social. Muitas mulheres afirmam que a educação é um dos principais caminhos para a autonomia e a emancipação. Ao buscar capacitação e conhecimento, elas não apenas se empoderam, mas também se tornam agentes de mudança em suas comunidades. As iniciativas voltadas para a formação de lideranças femininas e a promoção de espaços de diálogo são fundamentais para fortalecer a voz dessas mulheres e garantir que suas demandas sejam ouvidas e respeitadas.

Outro aspecto relevante é a necessidade de um reconhecimento mais amplo das contribuições dessas mulheres nas esferas sociais e políticas. O fortalecimento de políticas



públicas que garantam a proteção de seus direitos e a valorização de suas contribuições é essencial para garantir um futuro sustentável para as comunidades amazônicas. É necessário que as instituições governamentais e não governamentais reconheçam a importância da participação ativa das mulheres na tomada de decisões que afetam suas vidas e seus territórios. Isso não apenas promoverá a equidade de gênero, mas também contribuirá para o desenvolvimento sustentável da região.

Ao retomar os objetivos desta pesquisa, que incluíram a análise das trajetórias de luta das mulheres indígenas e extrativistas, bem como a compreensão das intersecções entre gênero, etnia e classe, é evidente que as experiências dessas mulheres oferecem um rico campo de reflexão sobre a justiça social. A pesquisa permitiu vislumbrar como suas lutas estão interligadas a contextos históricos e sociais mais amplos, e como a visibilidade de suas vozes pode contribuir para a construção de um movimento mais inclusivo e representativo.

Por fim, este estudo não apenas documenta a luta dessas mulheres, mas também serve como um chamado à ação para que continuemos a apoiar suas causas e a promover a equidade de gênero em todos os níveis da sociedade. A luta das mulheres indígenas e seringueiras é um reflexo das lutas mais amplas por justiça social, e é fundamental que todos nós, como sociedade, nos unamos a essa causa. A valorização e o respeito às vozes dessas mulheres são essenciais para a construção de um futuro mais justo, onde todas possam viver em harmonia com a natureza e com dignidade.

Em suma, as trajetórias de luta e resistência das mulheres indígenas e seringueiras do Acre nos ensinam que, apesar dos desafios enfrentados, a força coletiva e a solidariedade podem promover mudanças significativas. A resiliência dessas mulheres diante da adversidade é uma fonte de inspiração e um lembrete de que a luta por justiça e igualdade é contínua. Ao celebrarmos suas conquistas e considerarmos suas lutas, contribuimos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos os indivíduos, independentemente de gênero ou origem, possam ter seus direitos respeitados e suas vozes ouvidas.

## REFERÊNCIAS

**AC24HORAS.** A terra que sente. **AC24horas**, Rio Branco, 2 out. 2015. Disponível em: <https://ac24horas.com/2015/10/02/a-terra-que-sente/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ACRE (Estado). **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II.** Rio Branco: SEMA, 2010. 356 p.

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros.** Brasília. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conflito e Mediação: Os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. 463 p. 1993. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ALVES, José. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO):** Degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia. 2014. 671 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP).

ALVES, Paulo Marques. **Da exclusão à sub-representação:** dois séculos de relações problemáticas entre sindicatos e mulheres, *Journal of Studies on Citizenship and Sustainability*, v. 3, p. 158-177, 2017.

ARAÚJO, RR de. Os paradigmas da ciência e suas influências na constituição do sujeito: a intersubjetividade na construção conhecimento. CAMARGO, MRRM., org., SANTOS, VCC., collab. **Leitura e escrita como espaços autobiográficos de formação [online].** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BICALHO, Ana Maria de Souza Mello. Estrada do Pacífico na Integração Sul-Americana e o Acre. **Revista Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, v. 3, n. 2, p. 185-208, 2013. ISSN 2237-3071.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer teologia da libertação.** Coleção Fazer, v. 17, 1986.

BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas:** o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CAMELY, Nazira. **Imperialismo, ambientalismo e ONGs na Amazônia.** Rio de Janeiro: Consequência, 2018. 352 p.

CARVALHO, Débora Jucely. A conquista da cidadania feminina. **Revista Multidisciplinar da UNIESP. Saber Acadêmico**, v. 11, p. 143-153, 2011.

CHAVES, Leandro (2022). Projeto de estrada avança sobre floresta amazônica intocada entre

Brasil e Peru. **Diálogo Chino**. Recuperado de <https://dialogochino.net/pt-br/infraestrutura-pt-br/51606-projeto-de-estrada-avanca-sobre-floresta-amazonica-intocada-entre-brasil-e-peru/>

COIAB. Acre. 2023. Disponível em: <https://coiab.org.br/acre>. Acesso em: 02 fev. 2024.

CONTILNET Notícias. **Sitoakore**: Empoderamento e protagonismo de mulheres indígenas amazônicas. Disponível em: <https://contilnetnoticias.com.br/2022/03/sitoakore-empoderamento-e-protagonismo-de-mulheres-indigenas-amazonicas/>. Acesso em: 04 fev. 2024.

CPI-ACRE. **Terras Indígenas no Acre**. Disponível em: <https://cpiacre.org.br/terras-indigenas-no-acre/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

CRUZ, Tereza Almeida. **Mulheres trabalhadoras rurais em movimento**: uma história de resistência. Vales do Acre e Médio Purus (1988-1998). Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Acre/Universidade Federal de Pernambuco, 2001. 145p.

COUTINHO de Paula, Larissa Araújo. As margaridas seguem o caminho, do campo às ruas, das ruas ao campo: a mulher rural e sua trajetória de luta por reconhecimento e direitos. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 41, p. 100-121, 2019.

DUARTE, Giovana; SPINELLI, Letícia Machado. Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada. **Revista Sociais e Humanas**, v. 32, n. 2, p. 126-146, 2019.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves**: entre o velho e o novo sindicalismo rural. 2009. 146 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre, Artmed; 2009.

GRUBITS, Sonia; DARRAULT-HARRIS, Ivan; PEDROSO, Maíra. Mulheres indígenas: poder e tradição. **Psicologia em Estudo**, v. 10, p. 363-372, 2005.

GUIMARÃES, Maria Helena. **Mulheres e movimentos sociais**: desafios e conquistas. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

HAESBAERT, Rogerio. **Viver no Limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. 1.ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2010.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. **Amazônia indígena**: conquistas e desafios. Estudos avançados, v. 19, p. 237-255, 2005.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –. **Divisão regional do Brasil em regiões**

**geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias.** IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro, 2017.

IMAZON. **Ameaça e Pressão de Desmatamento em Áreas Protegidas** - SAD de outubro a dezembro de 2022. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/resex-chico-mendes-e-pelo-sexto-ano-consecutivo-a-area-protegida-mais-ameacada-pelo-desmatamento-na-amazonia/>. Acesso em: outubro de 2023.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI.** Novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

MACHADO, Tânia Mara Rezende. **Migrantes sulistas:** caminhadas e aprendizados na região acreana. Rio Branco: Edufac, 2016. 134 p.

MANCHINERY, Alessandra Severino da Silva. **Territórios Originários:** Manchineri Além das Fronteiras. Porto Velho, RO, 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Rondônia, 2019.

MATOS, Maria Helena Ortolan. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In.: **Gênero e povos indígenas**, p. 140-171, 2012.

MIRANDA, Gabriela Alves. **Doutores da Batalha da Borracha:** os médicos do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e o recrutamento de trabalhadores para os seringais em tempo de guerra (1942-1943). Dissertação de mestrado. Fundação Oswaldo Cruz. 2013.

MORAIS, Maria de Jesus. **“Acreanidade”:** invenção e reinvenção da identidade acreana. Rio Branco: Edufac, 2016. 360 p.

MUNIZ, Tácia. (2022, 19 de abril). Estudo conclui que estrada entre AC e Peru geraria prejuízo social de R\$ 960 milhões, mais custos do que benefícios. **G1**. <https://g1.globo.com/ac/acre/natureza/amazonia/noticia/2022/04/19/estudo-conclui-que-estrada-entre-ac-e-peru-geraria-prejuizo-social-de-r-960-milhoes-mais-custos-do-que-beneficios.ghtml>.

NASCIMENTO, Débora Souza do. **Valdiza Alencar de Souza:** a mulher do sindicato. Rio Branco: UFAC, 2013. 123f.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. **Pucallpa-Cruzeiro do Sul:** Nova Bioceânica. 2023. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/pucallpa-cruzeiro-do-sul-nova-bioceanica>: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/pucallpa-cruzeiro-do-sul-nova-bioceanica>. Acesso em: 29 jan. 2024.

NEVES, Marcos Vinícius. História Nativa do Acre. In: **História Indígena da Amazônia Ocidental.** Rio Branco-Acre, 2002.

OBADOWSKI, B.; JARRAH, A. **O sonho de Chico Mendes para a Amazônia ainda é possível?** InfoAmazonia, 16 de agosto de 2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/08/16/o-sonho-de-chico-mendes-para-a-amazonia-ainda-e->

possível/. Acesso em 23 out. de 2023.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio Branco: Edufac, 2013. 452 p.

PAULA, Elder Andrade de. **Capitalismo verde e transgressões: Amazônia no espelho de Caliban**. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013. 138 p.

PAULA, Elder Andrade de. **Seringueiros e sindicatos: um povo de floresta em busca de liberdade**. Rio Branco: Nepan Editora, 2016. 204p.

PIMENTA, José. **O amazonismo acriano e os povos indígenas: Revisitando a história do Acre**. Amazônia, Revista de Antropologia (Online), v. 7, n. 2, p. 327-353, 2015.

PIMENTA, José. **“Índio não é todo igual”**. A construção Ashaninka da história e da política interétnica. 2002. 443p. Tese (doutorado). Universidade de Brasília.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p. (Coleção História do Povo Brasileiro).

PONTE, Karina Furini da. **O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho: um estudo a partir da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (AC)**. 360p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

REIS, Auricélia França de Sousa; SIQUEIRA, Graciele Karine; FREITAS, Thiago Nogueira de. **SEMTA: Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia-por JP Chabloz**. 2022.

RIBEIRO, D. (2017). **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando. (Feminismos Plurais).

SAFFIOTI, Heleieth. **A construção social da desigualdade**. São Paulo: Editora da USP, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.

SCHMIDLEHNER, Michael F. A Função estratégica do Acre na produção do discurso da Economia Verde. In: **Do\$\$\$ê Acre**, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2018.

SILVA, Berenice Gomes da. **A marcha das margaridas: resistências e permanências**. 2008. 172 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, Estefany France Cunha da. **Itinerários de Dercy Teles: sindicalista, mãe, trabalhadora de cidades e florestas amazônicas**. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Identidade) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2023.

SILVA, Silvio S. (2005) **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana**. Presidente Prudente, 2005. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP.

SILVA, Suzanna Dourado da; ALMEIDA SILVA, Adnilson de. O Protagonismo invisibilizado da mulher na floresta Amazônica-Acreana. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 20-34, 2020.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. – 3. Ed. – São Paulo: Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI**. **GEOUSP**, São Paulo, ano 2011, n. 29, p. 107 - 121, 2011.

VERDUM, Ricardo et al. **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. 2008.

VINNYA, Aldaiso Luiz. OCHOA, Maria Luiza Pinedo. TEIXEIRA, Gleyson de Araújo. (Orgs.). **Costumes e Tradições do Povo Yawanawá**. Comissão Pró-Índio do Acre / Organização dos Professores Indígenas do Acre. – Rio Branco, 2006.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá, Acre 1870-1945**. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.